



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O RELICÁRIO DO CONTESTADO: OBJETOS MÁGICOS NO
IMAGINÁRIO SERTANEJO**

FELIPE AUGUSTO WERNER DOS REIS

Florianópolis, 2020

FELIPE AUGUSTO WERNER DOS REIS

**O RELICÁRIO DO CONTESTADO:
OBJETOS MÁGICOS NO IMAGINÁRIO SERTANEJO**

Dissertação apresentada ao Programa do
Mestrado Profissional em Ensino de História –
ProfHistória, da Universidade do Estado de
Santa Catarina – UDESC como requisito parcial
para obtenção de título de Mestre em Ensino de
História. Orientador: Prof. Dr. Rogério Rosa
Rodrigues

**FLORIANÓPOLIS – SC
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

dos Reis, Felipe Augusto Werner
O Relicário do Contestado: : Os objetos mágicos dos
sertanejos / Felipe Augusto Werner dos Reis. -- 2020.
102 p.

Orientador: Rogério Rosa Rodrigues
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de
História, Florianópolis, 2020.

1. Contestado. 2. Imaginação. 3. Educação. I. Rosa
Rodrigues, Rogério . II. Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de
História. III. Título.

FELIPE AUGUSTO WERNER DOS REIS

**O RELICÁRIO DO CONTESTADO: OBJETOS MÁGICOS NA GUERRA
SERTANEJA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre/a, no curso de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientador/a: _____

Doutor Rogério Rosa Rodrigues
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutor Paulo Pinheiro Machado
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 08 de julho de 2020.

À imaginação, por sua capacidade de gerar empatia com outros seres humanos através de experiências jamais compartilhadas (J.K. Rowling)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a princípio a minha mãe e meu pai, mas por motivos distintos. A ela por indicar, mas não insistir que todos seus filhos estudassem e ao menos se formassem no ensino superior. Minha mãe, também professora sempre foi uma entusiasta dos bons argumentos. Ainda sobre ela, agradeço de certa forma sua crença na quiromancia, que a levou a perguntar certa vez quando eu ainda era muito jovem, qual seria meu futuro para uma espécie de cartomante que lhe disse de forma genérica que me via “falando para muita gente”. Frase que talvez tenha se escondido em meu inconsciente como um carro que dobra uma esquina. Pois o fato de você não vê-lo, não significa que ele desapareceu. No meu caso talvez tenha inclusive, permanecendo na metáfora do carro, me guiado a docência. Por esses motivos a agradeço. Ao meu pai, agradeço não por sua relação com os estudos, mas por seu desejo de estudar, em especial história, que talvez em alguns momentos tenha cedido a realidade material das coisas, mas que de alguma forma parece ter chego a seus filhos, já que dois deles ingressaram no curso. Por fim, os advindos de relações um pouco mais recentes. Meu orientador, Rogério Rosa Rodrigues e minha companheira Isadora Carpes. Para Rogério todo amor do mundo, inclusive o meu. Sua paciência, gentileza e disponibilidade foram fundamentais em todo esse processo. Devo inclusive fazer aqui minha *mea culpa* e dizer que usei e abusei desses seus predicados. Deveria haver algum regimento entre orientador e orientando que impedisse isso. Apesar que acho pouco provável que eu iria respeitar, dada toda sua amabilidade e constantes conselhos para me acalmar e tomar banho com Manjerição. Já Isadora merece meu agradecimento em conjunto com minha admiração e amor. Neste exato momento em que escrevo, ávida por conhecimento e por defender o uso correto da língua portuguesa, me indica os lugares certos para as vírgulas, pontos finais e seu amado ponto e vírgula. Por isso e por tudo a agradeço desde o *post* lendo Walter Benjamin até esse exato segundo.

Salve São João Maria!

RESUMO

A dissertação a seguir tem como objetivo problematizar o percurso de elaboração do produto didático cujo maior objetivo foi atrair os leitores e leitoras para o universo sagrado e ritual dos homens e mulheres do Contestado. Concebido dentro do escopo da história pública e para consumo, segmento de produção histórica que propõe uma expansão de conteúdos e métodos de elaboração e apropriação para além do formato convencional, a obra nomeada como “Relíquias do Contestado: objetos mágicos dos sertanejos, visa, a partir de diferentes estratégias, recursos e artifícios, atrair e mobilizar um público fora do alcance da produção historiográfica tradicional e transformá-lo leitores apaixonados de uma história que se propõe a reatar os laços entre o presente e o passado dos sujeitos, tendo como mediação os objetos da cultura material, os quais eram tão significativos para a vida cotidiana dos homens e mulheres do Contestado.

Palavras-chave: História Pública, Ensino de História, Guerra do Contestado, Religiosidade, Produção Didática

ABSTRACT

The following dissertation aims to analyze the elaboration of a didactic product whose main objective is to attract readers to the sacred and ritual universe of the men and women of the Contestado. Conceived within the scope of public history and for consumption, a segment of historical production that proposes an expansion of contents and methods of elaboration and appropriation beyond the conventional format, the work named "Reliquias do Contestado: magical objects of the sertanejos is inspired by " The book of magical artifacts "from the Harry Potter saga, aiming, from different strategies, resources and devices, to attract and mobilize an audience beyond the reach of traditional historiographical production and transform it into passionate readers of a story that aims to resume ties between the present and the past of the subjects, having as mediation the objects of material culture, which were so significant for the daily life of the men and women of the Contestado.

Keywords: Public History, History Teaching, War of the Contestado, Religiosity , Didactic production

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Espada Elétrica.....	34
FIGURA 2 - Grafite sobre a Guerra do Contestado	34
FIGURA 3 - Página 8 do <i>e-book</i>	37
FIGURA 4 - Página 9 do <i>e-book</i>	37
FIGURA 5 - Página 14 do <i>e-book</i>	38
FIGURA 6 - Página 22 do <i>e-book</i>	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O PRODUTO	18
2.1 OPÇÕES PRÁTICO TEÓRICAS	22
2.2 <i>E-BOOK</i> , LINGUAGEM E PÚBLICO	24
2.3 HARRY POTTER, ESTRUTURA, CULTURA MATERIAL E ICONOGRAFIA	26
2.4 FONTES	38
3 O CONTESTADO NAS ESCOLAS	40
3.1 PRODUÇÃO ACADÊMICA E MEMÓRIA	42
3.2 ENSINO E MATERIAL DIDÁTICO	45
3.3 O POTENCIAL DIDÁTICO DA GUERRA DO CONTESTADO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	49
3.4 DIRECIONAMENTOS DIDÁTICOS	53
4 O SAGRADO NO CONTESTADO	67
4.1 AS GESTAS CAROLÍNGIAS E MESSIANISMO	70
4.2 OS MONGES	81
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	91
ANEXO <i>EBOOK</i>	94

1 INTRODUÇÃO

A problemática da pesquisa, por algum tempo, esteve difusa. De concreto, após um primeiro contato de orientação e sugestões sobre o movimento, apenas o desejo de estudar mais profundamente o tema e, em especial, os sertanejos e suas práticas socioculturais. Motivação de foro pessoal, ao menos a princípio. Pois, se “todo discurso é egóico”, como sugere a psicanálise, meu sintomático desconhecimento sobre o tema, tendo nascido em Florianópolis e cursado todo ensino fundamental e médio na cidade, foi incômodo suficiente para seguir adiante.

Entretanto, como sugere o historiador prussiano Johann Gustav Droysen, a essência do método histórico é o ato de “compreender pesquisando”. (DROYSEN, 1977, p. 22, apud ASSIS, 2014, p.4). Ou seja, longe de uma história teleológica, devemos estar abertos às possibilidades que surgem a partir do processo de construção histórico.

Sendo assim, a curiosidade inicial foi tomando forma a partir da leitura, principalmente, do texto de Ezequiel Antunes, médico do exército que participou do conflito. Antunes, após recolher diversos objetos de uso dos caboclos durante a guerra, concedeu, em 1918, uma palestra no Instituto Histórico e Geográfico de Belém, objetivando, ainda que tenha ocultado, demonstrar o fanatismo, a incivilidade e aculturação daquele povo embrutecido pela precariedade de sua própria condição. Ao fazê-lo, descreveu uma série de objetos da cultura material dos homens e mulheres do Contestado, que mais denunciavam o prolongamento da guerra em narrativas de desqualificação, a barbaridade do vencedor, do que o suposto fanatismo dos homens e mulheres que lutaram no Contestado. Objetos como patuás, rezas escritas em papéis, bandeira de santo, facões, munições e tantos outros artefatos sagrados, serviram-me como ferramenta para abordar o universo mágico do Contestado como potencial de encantamento e conhecimento histórico capaz de atrair a atenção de jovens estudantes de história para a complexidade e importância sociopolítica dessa que foi uma das mais importantes lutas rebeldes da história republicana do Brasil.

Como pude perceber, posteriormente, a originalidade do texto não estava em seu conteúdo, afinal, com frequência, militares, poder público e correntes

historiográficas propagaram semelhante narrativa em tempos e espaços diferentes.¹ O que me instigou foi a forma como Antunes se propôs a demonstrar seu juízo pouco amistoso acerca do movimento: expondo objetos e orações de caráter “mágico” para os sertanejos, que, na sua visão, seriam provas incontestes da deturpação religiosa e práticas profanas realizadas por José Maria e seus seguidores.

A visão estereotipada do médico militar leva em consideração uma análise prévia reforçada em seu discurso: os indivíduos aos quais ele se referia eram matutos. Caboclos ignorantes cujas práticas, conseqüentemente, só poderiam ser classificadas da mesma forma. A perspectiva de Antunes com relação ao movimento, corrobora com aquilo que Chimamanda Adichie (2009) chamou de "história única".

Em conferência coordenada pela *TED*, organização que abrange as áreas de tecnologia, entretenimento e *design*, no ano de 2009, a escritora nigeriana apontou os perigos desse tipo história. No seu discurso, Adichie expõe as armadilhas e problemas causados por narrativas estereotipadas que geram apenas uma forma de compreender povos, culturas, sociedades e indivíduos.

Em análise sobre a forma como sua colega de quarto estadunidense a enxergava assim que chegou ao país para estudar, Chimamanda relatou que era tratada com uma mistura de "arrogância bem intencionada e pena". No entanto aprofundando sua análise a escritora argumentou que:

Nessa história única não havia a possibilidade de africanos serem iguais a ela de forma alguma. Nenhuma possibilidade de sentimentos mais complexos do que a pena. Nenhuma possibilidade de conexão como humanos. (...) Então, depois de ter passado alguns anos nos EUA como uma africana, eu comecei a entender a reação da minha colega de quarto para comigo. Se eu não tivesse crescido na Nigéria e tudo o que eu soubesse sobre África viesse das imagens populares publicadas, eu também pensaria que a África era um lugar de paisagens bonitas, animais bonitos e pessoas incompreensíveis, disputando guerras insensatas, morrendo de pobreza e AIDS, incapazes de falar por si mesmas.

1 Em contato com o relatos de militares que participaram do conflito como Demerval Peixoto, Herculano D'Assupção e Setembrino de Carvalho, fica evidente a forma como desqualificavam as práticas sertanejas em suas narrativas. De forma geral, representando os rebeldes como fanáticos, incultos e incivilizados. Tais percepções são retomadas pela historiografia para fins de confirmação ou desconstrução da lógica militar. Em tom de concordância destaco os trabalhos de Oswaldo Cabral e Aujor Ávila. Criticando a visão, os trabalhos de Paulo Pinheiro Machado, Rogério Rosa Rodrigues, Márcia Janete Espig, dentre outros.

Esperando para serem salvas pelo estrangeiro branco e gentil. (...) Então comecei a perceber que minha colega de quarto deve ter visto e ouvido, durante toda sua vida, diferentes versões de uma história única. (CHIMAMANDA, 2009)

A reflexão chama atenção não apenas para construção dos estereótipos, mas para forma como eles são propagados e especialmente conservados a partir da repetição de narrativas históricas que restringem grupos e indivíduos a uma única caracterização, onde não existe possibilidade de fuga. Toda e qualquer ação desses sujeitos são padronizadas e tipificadas como confirmações de sua "natureza" previamente imposta. Reforçando essa análise Chimamanda afirma no mesmo evento: "mostre um grupo de uma única forma várias e várias vezes e é isso que eles se tornarão".

Essa uniformização pejorativa leva a impossibilidade de ir além da condição imposta por uma única e determinada história. No caso do Contestado, é uma forma de limitar os sertanejos a uma condição de fanatismo e desumanização constante. Como se as crenças do grupo fossem uma espécie de patologia que se amplia para todos os âmbitos de suas vidas, impedindo os sertanejos de criar, construir ou elaborar qualquer coisa que não seja de natureza fanatizada e caráter incivilizado. Por conta disso, é necessário uma ruptura com esse ideal uníssono a partir da elaboração de novas narrativas de diferentes lugares e perspectivas e através de novos métodos e produções. Quebra que vem se desenvolvendo através de produções afinadas com a nova historiografia sobre o movimento, cujo produto didático elaborado vem a se somar.²

O exercício de construção e desconstrução de determinada historiografia não deve ser feito como um fim em si mesmo, como uma espécie de arte pela arte, cuja única motivação é compreender e significar uma porção do passado. Na trilha sugerida por Droysen, tal como abordada por Assis (2014), ela deve antes se constituir numa interpretação do presente, capaz de dotá-lo de uma autoconsciência necessária para garantir a continuidade da própria história, enquanto um processo de desenvolvimento humano no tempo e espaço.

² Produções como os dois documentários "Terra Cabocla" e "A Maravilha do Século" dirigidos por Márcia Paraíso, além de produções teatrais, como o espetáculo de animação "Contestados" da Cia Mútua de Itajaí bem como romances históricos tal qual "O Bruxo do Contestado" de Godofredo de Oliveira Neto entre outras produções.

O desafio, a partir de então, foi buscar além de uma resignificação, uma forma de construir, no presente, as condições para assegurar, inicialmente, a compreensão do movimento e sua posterior manutenção no curso da história regional e nacional. Um modo de publicizar e popularizar o conflito por meio do desenvolvimento de um produto aplicável em sala de aula, adaptando os objetos e orações recolhidos pelos militares para uma linguagem lúdica, criativa e original que se constrói em diversos lugares como museus, televisão ou na Internet.

A importância da imaginação para elaboração do produto didático extrapolou a necessidade de atração para a temática e ampliou-se para uma possibilidade única de compreensão da experiência vivida pelos homens e mulheres do movimento. De acordo com J.K Rowling (2008), autora da saga de *Harry Potter*, a imaginação, além de ser a capacidade do ser humano de imaginar aquilo que não existe, gera a possibilidade de termos empatia com experiências de outros sujeitos que nós nunca compartilhamos.

A relação entre experiência e imaginação estabelecida pela escritora acerta em cheio o Contestado, principalmente o recorte temático proposto aqui para o produto didático: as crenças espirituais, místicas e fantásticas. Por conta disso, a opção por um produto de imaginação histórica afina-se com os rituais mágico-religiosos que se convertem em elementos fundantes da construção de um rico imaginário social, cultural e simbólico, possibilitando inclusive algumas aproximações com o universo fantástico da saga de *Harry Potter* como os Pares de França, o Quadro Santo ou o poder de cura atribuído aos monges. Entretanto cabe destacar que apesar da obra sobre o bruxo servir a este trabalho em especial enquanto base metodológica e estética, devido seu processo de elaboração pouco relacionado com as práticas e métodos da história sua relação com o produto possui limites. Tais relações convertem-se em pressupostos para o exercício de resignificação da natureza mágica e mística dos objetos utilizados no conflito, bem como para os demais âmbitos analíticos, reflexivos e associativos do movimento.

Segundo Márcia Espig (2008), o imaginário social e simbólico dos sertanejos não deve ser reduzido a rituais de caráter profano onde uma espécie de catolicismo barroco foi ceifado de sua condição romanizada. As crenças milenaristas e messiânicas inserem-se dentro de um quadro de luta que não se restringe apenas a

seu aspecto físico, no qual a força e a resistência faziam-se necessárias e comumente presentes. De acordo com a historiadora:

A luta contra os chamados “fanáticos” ultrapassava, enfim, os combates à baioneta e os cercos com os canhões: era uma luta que adentrava o campo das representações e da simbologia, e tal combate era tão ou mais importante que os ataques mortais aos “redutos”, nome pelo qual eram conhecidas as cidades dos rebeldes. Seu saldo deveria ser a demonstração da correção e superioridade da cultura de determinada parcela da sociedade, em contraposição a outras visões de mundo não subscritas pelos setores dominantes. (ESPIG, 2008, p. 95)

A carga cultural presente no conflito apresenta-se como importante fator para compreensão, não apenas do seu aspecto concreto e objetivo, restrito especificamente a segunda década do século XX, mas amplia-se para um embate atual onde temos no centro dessa disputa a memória do movimento e as narrativas produzidas a partir das apropriações de seus vestígios.

Dentre as reminiscências do movimento estão os objetos e orações sagradas que desempenhavam papel importante na construção do seu caráter messiânico e milenarista, através da concretização terrena do poder transcendental atribuído a José Maria e posteriormente a outras lideranças da revolta.

Comumente, tais objetos convertiam-se apenas em provas de ignorância e fanatismo religioso do povo sertanejo - a exemplo da interpretação de Antunes, na qual os sertanejos eram detentores de uma cultura inferior e ilegítima, além de serem considerados detratores da moral, da república e do catolicismo secular.

Levando em consideração o revisionismo atual sobre a Guerra do Contestado, abre-se a possibilidade de inserção, a partir do fluxo dessa corrente historiográfica, de um produto didático que vise ampliar a circulação dessa produção - geralmente cerceada a academia - oportunizando a estudantes e público em geral um contato com os fatos históricos de forma lúdica, criativa, dinâmica e atrativa. Formato que no mundo contemporâneo se faz cada vez mais necessário como uma alternativa à metodologia tradicional no ensino de história.

Diante disso, o principal objetivo do trabalho foi construir uma obra de caráter histórico, público e para consumo; a qual, baseada nos objetos “mágicos” e orações dos sertanejos, contribuisse para fixação do tema no ambiente escolar e na memória

social.

Todavia, ressalta-se que a obra não se pretende um material didático em si, mas uma fonte de conhecimento sobre o movimento que respeite os processos metodológicos da história e apresente potencialidades e possibilidades tanto de uso por parte dos docentes, quanto para consumo do público em geral.

Para isso, visando estruturar e organizar a exposição da temática, a dissertação foi dividida em três capítulos:

No primeiro capítulo, o produto é apresentado. Sua elaboração, processos e escolhas são expostas e justificadas. Além disso, o capítulo estabelece um diálogo entre a produção histórica e a nova historiografia, refletindo sobre as possibilidades de elaboração de produções afinadas a nova escrita do Contestado.

Já o segundo, intitulado “O Contestado e o ensino”, é composto por cinco subcapítulos e pretende discutir as relações entre o movimento e a produção histórica voltada para o público escolar e suas possibilidades. Além disso, por meio de uma reflexão analítica sobre a produção acadêmica, materiais didáticos e memória do movimento, alguns direcionamentos didáticos são propostos sobre temáticas importantes do Contestado que podem dialogar com uma história nacional.

Por fim, no último capítulo, é feito um estudo analítico dos rituais sacralizados pelos sertanejos, suas representações e importância para compreensão do conflito. Nesse contexto, questões como: as gestas carolíngias, o messianismo e o processo de construção de uma herança “joanina” são elementos fundamentais para formação de uma base para entendimento dos objetos e orações.

2 O PRODUTO

A produto foi concebido dentro do escopo da história pública e para consumo, segmento de produção histórica que propõe uma expansão de conteúdos e métodos de elaboração e apropriação para além do formato convencional. Visando, a partir de diferentes estratégias, recursos e artifícios, atrair e mobilizar um público fora do alcance da produção historiográfica tradicional e transformá-lo leitores apaixonados de uma história que se propõe a reatar os laços entre o presente e o passado dos sujeitos, tendo como mediação os objetos da cultura material, os quais eram tão significativos para a vida cotidiana dos homens e mulheres do Contestado.

É possível que o produto final dessa pesquisa resvale na chamada literatura de consumo, tal como *Harry Potter*, *Percy Jackson* e outros títulos avidamente lidos por uma geração juvenil no tempo presente. No entanto, a preocupação maior dessa pesquisa foi atrair os leitores e leitoras para o universo sagrado e ritual dos homens e mulheres do Contestado. Por isso, o cuidado tanto da linguagem escrita, quanto das imagens, bem como na análise crítica das fontes consultadas.

Para além das produções que alimentam as pesquisas acadêmicas, o Contestado tem gerado uma profusão de narrativas para consumo, sejam os objetos expostos em museus; sejam obras de artes plásticas e visuais como pinturas e peças teatrais; sejam, por fim, livros paradidáticos. Em todos, é possível verificar o passado colocado à vista e ao consumo. Esse passado, não formalizado em narrativa histórica tradicional, é vendido e contemplado em nosso presente. Antes de condenar essa produção, caberia refletir sobre a forma como eles podem potencializar o ensino, o compromisso ético e político que eles assumem com a memória dos mortos.

De acordo com Jerome de Groot, professor de literatura inglesa da Universidade de Manchester e pesquisador da área de história pública e para consumo:

O modo como uma sociedade consome sua história é crucial para a compreensão da cultura popular contemporânea, os problemas que estão em jogo na própria representação e os vários meios de autoconstrução social disponíveis. As práticas de consumo influenciam o que é empacotado como história, trabalham para definir como o passado se manifesta na sociedade". (DE GROOT, 2016, p.22).

O argumento proposto por de Groot possibilita uma análise alternativa para produção histórica na medida em que elege o consumo como um dos elementos fundamentais na definição de como o passado é representado socialmente e, por conseguinte, de que forma essas produções devem se constituir para atingir determinados públicos, no ambiente escolar ou não. Especialmente os com certa aversão a história “tradicional”, mas entusiastas de um formato criativo, lúdico e original.

Longe de estabelecer um juízo de valor acerca desses processos, De Groot apenas busca assinalar que houve profundas mudanças na forma como o público entra em contato com a história para além dos muros das instituições de ensino e por consequência, como se apropria do passado e dá significado a essas experiências.

Se aceitarmos que cinema, TV, documentário, ficção, jogos, hobbies, museus e afins, todos contribuem para um imaginário histórico (permitem pensar e aprender sobre o passado), além de possibilitar um imaginário historiográfico (eles contribuem para uma compreensão de como a "história" é construída), então percorremos um longo caminho para entender nossa historicidade cultural contemporânea. Juntando isso com noções de "uso", recepção, mercantilização e consumo, existem várias maneiras pelas quais a cultura popular processa o passado e as consequências para isso. (DE GROOT, 2016, p.27)

O estabelecimento das relações entre a produção cultural para consumo e a construção do imaginário histórico contemporâneo são a chave para o desenvolvimento de um saber histórico. Dentro desse contexto, uma produção histórica deve extrapolar uma condição de fonte e transformar-se numa obra atrativa, dinâmica, lúdica e divertida sem perder de vista sua função formativa pública e educacional.

Para além de uma forma inovadora de produzir história, é necessária uma nova forma de ler essa história. A qual, extrapolando barreiras etárias, possa colocar crianças, jovens e adultos em contato com uma experiência lúdica, dinâmica e significativa. Não coincidentemente, esse novo formato também é um dos objetivos constantes do segmento da história pública e para consumo. Como poder ser percebida na usual caracterização do universo da saga de Harry Potter, que adota uma linguagem lúdica, mágica e mística, associada à infância, mas que notoriamente foi apropriada, consumida e significada por indivíduos de todas as

faixas etárias. Tal questão pode ser analisada como um processo de transformação da forma de se produzir e compreender o que é “história”.

Segundo De Groot “(...) a “história” é agora uma marca de entretenimento globalizada.” (DE GROOT, 2016, p. 153). Fato que chama atenção para necessidade de pensar uma abordagem diferente na produção de história voltada para o público infanto-juvenil e geral, que possibilite uma interação especial, na qual ele possa através da imaginação, significar e apropriar-se do conhecimento histórico proposto na obra e concorrer com abordagens derrisórias e preconceituosas sobre os sujeitos e as experiências do passado.

Analisando o caso de uma série de livros infantis chamada “Horrible Histories”, cujas vendas desde 1993 já ultrapassaram os 27 milhões de exemplares em todo mundo, inclusive sendo traduzida para mais de 40 idiomas, De Groot assinala que seu estilo de escrita e metodologia estrutural foram imitados para ensinar matemática, ciências e geografia. Segundo ele:

Histórias horríveis são projetadas para envolver e entusiasmar o leitor sobre o assunto, embora pareça subversivo. Os livros são principalmente entretenimento, com propósito educativo. Eles são complementares à história da escola, oferecendo um contraste iconoclasta e revisionista e implicitamente sugerindo que o passado como ensinado não é tão interessante quanto o que realmente aconteceu. (DE GROOT, 2016, p. 162)

Para o autor, trata-se da criação de métodos e processos tangíveis para o alcance da atenção e do interesse dos estudantes em confluência com o ensino escolar, principalmente pensando em crianças que precisam elaborar as informações passadas a partir de conhecimentos prévios e peculiares da própria faixa etária. Diante disso, para De Groot é indispensável a concepção de uma história pública, consumível e que pressuponha uma relação de empatia com o sujeito que pretende atingir.

(...) é evidente a partir de guias de revisão e currículos que cronogramas, fontes, interpretação de dados e informações-chave ainda são os elementos mais importantes - a história não é apenas sobre “fatos, mas como usá-los”. De fato, a história secundária ainda é muito tradicional em muitos aspectos, não menos importante, no conjunto de temas e nas historiografias ensinadas. No entanto, esse senso de empatia histórica, se não parte do ônus da avaliação, é cada vez mais utilizado como uma ferramenta pedagógica. Essa empatia impulsiona o desenvolvimento educacional, com pesquisas sugerindo que as crianças “tornam-se cada vez mais capazes de fazer suposições, de entender outros pontos de vista e valores diferentes

dos seus". (DE GROOT, 2016, p. 163)

Através do trecho, é possível concebermos o jovem leitor enquanto um sujeito que se pretende subversivo dentro de sua ótica de mundo e na apropriação e significados que lhe confere. Sendo assim, talvez, para criar um produto didático que ofereça história de uma forma eficiente ao público não apenas infantil, mas jovem, escolar e em geral, seja necessário perceber a história também de maneira “subversiva” em seus métodos. Como uma criança, sem pressupor-se como a história *magistra*, que corre grande risco de manter-se na esterilidade e, por consequência, perder sua potencialidade, especialmente de formação ou de construção de uma cultura histórica capaz de pensar historicamente o presente em seus diferentes estratos temporais, visto que é constituído tanto de experiências acumuladas provenientes de tempos remotos, quanto fertilizado por experiências inovadoras inventadas por homens e mulheres no aqui e agora.

Diante das questões expostas, uma série de questionamentos surgiram e guiaram a concepção do produto:

Como acionar os elementos comuns de uma produção acadêmica eticamente responsável com uma produção didática seguindo os mesmos princípios, mas também garantindo as singularidades da narrativa didática?

Como produzir conhecimento histórico de forma lúdica, criativa e original sobre o movimento que consiga alcançar os alunos em tempos de redes sociais e avanços tecnológicos? É possível fazê-lo sem banalizar o conhecimento e com especial atenção nos elementos formativos que o conhecimento histórico potencialmente possui? De que forma ampliar esse alcance para o domínio público?

Além desses desafios, resta ainda o de articular tudo isso tendo como caso de estudo um movimento da importância e da complexidade da Guerra do Contestado. Ainda que presente no segundo capítulo, a discussão sobre as particularidades e os desafios gerados pelo universo multifacetado da guerra, deve ser registrado. O preconceito social para com movimentos rebeldes agrários, o imaginário social preconceituoso construído, e constantemente atualizado nos meios de comunicação e, atualmente, potencializado pelas redes sociais. Revisitar a religiosidade dos caboclos a partir dos objetos sagrados construídos e ressignificados por eles é outro

desafio importante que justifica e impõe grande dificuldade ao produto. Envolve pesquisa, leitura a contrapelo dos discursos construídos, elaborar uma narrativa para a qual não somos preparados em formação acadêmica, pensar e cuidar esteticamente do trabalho e, principalmente, assumir um compromisso político não só com a formação dos jovens leitores como com todos os homens e mulheres mortos. Homens e mulheres que, mesmo após a morte, seguiram aviltados como sujeitos, tratados como bárbaros, ignorantes e incivilizados.

Sendo assim, quais as possibilidades oferecidas pelo Contestado para abordar diferentes temáticas sociais e historiográficas em uma sala de aula?

A partir dessas reflexões surgiu a inspiração para criação de um *e-book* elaborado a partir da pesquisa histórica, que visa alcançar através de uma linguagem descontraída e acessível, bem como uma iconografia e demais elementos pensados para atrair de forma criativa, lúdica e original, um público jovem escolar, na faixa entre 15 e 17 anos, além da sociedade em geral.

Reforço tendo em vista o objetivo de publicizar e popularizar ao máximo a Guerra do Contestado, é importante não se constituir enquanto um livro didático, aos moldes escolares. Ela deve ser entendida como um material de caráter didático que pode ser apropriado tanto por docentes em sala de aula, quanto acessada por leitores de outras ordens e ambientes.

2.1 OPÇÕES PRÁTICO-TEÓRICAS

A partir da formulação do produto surgiram as questões práticas. Decisões que organizaram e caracterizaram o *e-book*. Aspectos que legitimam a obra enquanto uma produção acadêmica e em especial do PROFHISTÓRIA, que propõe uma concepção diferente para a produção histórica e sua apropriação. Principalmente a partir da relação estabelecida entre as práticas e métodos da história, sua aplicabilidade no ambiente escolar e sua divulgação pública.

Escrevendo sobre os mestrados profissionais no ensino de História, Marieta de Moraes Ferreira sugere que a criação dos mestrados profissionais em rede, do qual faz parte o PROFHISTÓRIA, assinala concretamente a modificação na forma como a academia, a partir dos anos 2000, passou a encarar a função formativa dos docentes e o modo como a história deveria ser “publicizada” por estes. Fato

notoriamente exposto na descrição do formato do mestrado segundo a Capes, fundação vinculada ao MEC responsável pela coordenação dos cursos.

“... devem apresentar uma estrutura curricular que enfatize a articulação entre o conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional específico. O trabalho final do curso deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso.” (FERREIRA, 2018, p.53).

A imbricação direta do trabalho final do curso, com a obrigatória produção material voltada aos problemas reais da área de atuação, como no presente caso, permite ao mestrado extrapolar um caráter produtivo restrito ao espaço acadêmico e ampliar-se para escola e o domínio público geral.

De acordo com Ferreira, as dissertações produzidas no curso, evidenciam a grande conexão do PROFHISTÓRIA com as demandas sociais no país, principalmente:

“(...) ao focalizarem temáticas como história e cultura afro-brasileira, educação patrimonial, história indígena, tecnologias, que podem ser ferramentas não só para melhorar a qualidade do ensino, mas também para garantir uma maior inclusão social dos alunos. Por outro lado, a preocupação com a produção de materiais didáticos aplicáveis à sala de aula denota o compromisso com a elaboração de instrumentos capazes de tornar o aprendizado mais atraente e sintonizado com as novas tecnologias”.(FERREIRA, 2018, p. 56).

Trata-se de uma história do ensino de história voltada para a realidade da comunidade escolar, mas também preocupada em fazer história do, para e com o público escolar. Por esse motivo, afirma outro pesquisador dessa mesma coletânea, defende que de alguma forma toda história produzida para e com a comunidade escolar tem uma filiação na história pública, isso porque o professor e professora geralmente está produzindo pensando no seu público, ele é provocado pelas demandas impostas pelos alunos e seus familiares.

Notoriamente, o curso se pretende um instrumento formativo para docentes que buscam transcender a metodologia tradicional da história, sem perder de vista as necessidades e urgências sociais. Especialmente no contexto que vive a sociedade brasileira. Para além da academia e da sala de aula, a obra tem o dever de comprometer-se socialmente enquanto uma ferramenta de luta e resistência através do uso da história. Objetivo também presente na obra didática produzida, desde sua condição ainda nebulosa de ideia até sua elaboração prática.

Partindo desses apontamentos, esclareço, a partir de agora, algumas escolhas realizadas almejando um produto didático que reunisse em si todas as características propostas e concepções defendidas.

2.2 E-BOOK, LINGUAGEM E PÚBLICO

2.2.1- *E-book*

A adoção do formato *e-book* se justifica, em grande medida, pelo alinhamento da obra com o campo da história pública e para consumo. Além de questões de ordem prática, como as impossibilidades criativas e financeiras geradas eventualmente por um livro físico.

Como apontado anteriormente, a natureza tanto do PROFHISTÓRIA, quanto da história pública, impõem a elaboração de um produto que seja resultado de pesquisa na área do ensino de história, que tenha amplo alcance a partir de metodologias inovadoras e voltado para público escolar. Isso esbarra em condições materiais e tecnológicas que, em alguns casos, cerceiam a criatividade e desejo dos pesquisadores. O formato, *e-book*, por sua vez, consegue fazer a mediação entre minhas expectativas e as reais condições de produção.

Através por exemplo da *Kindle Direct Publishing*, ferramenta da *Amazon*, é possível criar e publicar gratuitamente um *e-book* que será disponibilizado de forma digital no site da própria empresa, gerando vasta possibilidade de acesso para o público escolar e geral.

Além disso, o formato se alinha aos novos recursos educacionais que buscam se desenvolver em consonância com os interesses e desejos de consumo dos jovens, visando incorporar materiais e conteúdos no universo de dispositivos eletrônicos que são de uso frequente dessa e outras faixas etárias; transformando as plataformas digitais em aliadas no processo educacional, dentro do ambiente escolar ou não.

Une-se a isso, os obstáculos financeiros para produção da obra em formato impresso. Principalmente caso o produto venha a ser replicado e publicizado em maior escala. Somente com a impressão, levando em consideração que o livro possui a estética como um de seus pontos de atração e, por conta disso, precisaria

ser produzido a partir de materiais mais caros para obter um bom resultado, já haveria um grande gasto. Fator que talvez impossibilitasse uma eventual aquisição da obra.

Logicamente não se perdeu de vista a necessidade de uso da internet para obtenção do livro. Entretanto é possível transpor a obra para o formato *PDF*, facilitando seu acesso e ampliando seu alcance.

2.2.2 LINGUAGEM E PÚBLICO

A princípio, a escolha do público precedeu a opção pela linguagem. Em termos adaptativos, a linguagem deveria ser flexibilizada em favor do foco da obra. Entretanto a experiência subverteu a teoria.

No momento da concepção do produto, o público alvo havia sido definido como infanto-juvenil - especialmente pela característica lúdica da obra e seu alinhamento com a saga de *Harry Potter*, de autoria de J.K Rowling. Além disso, a escolha se justificava pelo período escolar onde a Primeira República é geralmente estudada, o nono ano do ensino fundamental.

No entanto, a adequação da linguagem da obra para o público acabou não se realizando da melhor forma. A transposição dos saberes acadêmicos e conteúdos da pesquisa histórica para uma linguagem compreensível visando essa faixa etária se transformaram em obstáculos infelizmente intransponíveis pelo tempo disponível para sua realização e talvez para minha formação enquanto historiador.

Em diversos momentos esbarrei na falta de recursos técnicos do campo da linguística para criar um texto criativo, atrativo e original. Caso essa dificuldade seja ampla e atinja parte razoável dos historiadores e em especial os docentes, evidencia-se uma latente necessidade de formação na área. Mesmo que seja um dos grandes aspectos do PROFHISTÓRIA, gerando uma série de reflexões e análises sobre a relação entre o saber acadêmico e a prática docente, inclusive nas metodologias da linguagem, ainda assim, é um passo diminuto para profissão e igualmente para o desafio de formar indivíduos capazes de atrair uma grande audiência, além de popularizar e ampliar as fronteiras do conhecimento histórico. Dessa forma, o público alvo se adequou a linguagem estabelecida pelo texto. Ela ainda se propõe lúdica, criativa e original e talvez alcance esse objetivo na maior

parte do tempo, entretanto, agora voltada para um público jovem, na faixa entre 15 e 17 anos.

A atualização do foco etário, para além da questão linguística pontuada, também levou em consideração o fato da temática da primeira república ser contemplada também no 2º ano do ensino médio. Ademais, como pontuado pelo professor Paulo Pinheiro Machado, na qualificação desse mestrado, a geração *Harry Potter* envelheceu, tendo em vista o espaçamento temporal entre o lançamento dos livros e filmes e o atual momento. Por esses motivos, é possível que o ambiente lúdico e mágico associado ao bruxo dialogue e faça mais sentido para as crianças de ontem do que particularmente para as de hoje.

Cabe assinalar ainda que mesmo com um público alvo definido, a obra se mantém firme em sua tentativa de divulgação e popularização da história do Contestado. Por conta disso, gosto de imaginar que o livro tem potencial para se comunicar de forma fluida com diversas e distintas faixas etárias. São todos bem-vindos.

2.3. HARRY POTTER, ESTRUTURA, CULTURA MATERIAL E ICONOGRAFIA

2.3.1. Harry Potter

Como apontado anteriormente a obra foi desenvolvida a partir de uma inspiração no “Livro dos Artefatos Mágicos”, obra segmentada do universo *Harry Potter*, em conjunto com a metodologia da história.

Lançado no Brasil pela editora *Record* em junho de 2016, "O livro de artefatos mágicos" reúne informações sobre os objetos presentes na saga com base nos livros e filmes da série. Ao longo de nove capítulos, ele apresenta delícias de chocolate, vassouras voadoras, varinhas mágicas, pergaminhos, chaves aladas, armaduras de elfos e publicações como O profeta diário, jornal que circulava em *Hogwarts*.

A obra apresenta uma estrutura dinâmica e interativa, aliando imagens dos objetos, com sua contextualização histórica e utilização nos livros e filmes. Essa organização permite ao leitor acessar o processo de desenvolvimento da série cinematográfica ao associar, por exemplo, a “penseira” de *Dumbledore* com um *story*

board onde *Harry* utiliza o objeto mágico.

O *layout* das páginas apresenta o nome do objeto com uma frase relacionada ao mesmo, dita por algum personagem durante a saga, além de uma imagem do artefato destacada de forma isolada e, posteriormente, aparecendo em uma cena da série e, por fim, um texto explicativo que define, contextualiza e explica alguns processos de sua produção.

A estrutura descrita afina-se com o produto didático na medida em que propõe um método para elaboração de uma obra literária atrativa de caráter literário com viés histórico e material. Adaptando ao contexto educacional, a proposição atende aos principais requisitos do PROFHISTÓRIA, especialmente com relação ao ambiente escolar, a prática docente e a história voltada para grande público, em especial aquele ligado à comunidade escolar, marcos que fundamentam o curso.

Pelos fatores elencados, o produto didático seguiu um formato estrutural semelhante ao proposto pelo livro do universo de *Harry Potter*. Apenas adaptando-se aos limites e possibilidades oferecidos pelo contexto do conflito.

2.3.2. Estrutura

Abrindo o *e-book*, a capa apresenta o título da obra, sua autoria e quatro imagens de objetos utilizados no contexto do conflito. Ela foi concebida esteticamente para destacar a relação estabelecida entre magia e cultura material, uma das bases de concepção do produto didático. Além disso, as cores escolhidas para folha e demais sessões do livro, com algumas modificações, foram igualmente inspiradas na obra sobre o bruxo de *Hogwarts*.

Como forma de introdução ao recorte temático religioso, sentiu-se a falta de um preâmbulo para a questão da magia no contexto do embate. Dessa forma, a "introdução ao fantástico" surge após o sumário como uma forma divertida de iniciar a temática na obra. Através de um instigante relato de Demerval Peixoto (1920), segundo tenente do exército, onde ele expõe a descoberta em uma das incursões das forças militares as cidades santas de um vidro, onde se encontravam miniaturas de um caixão, corpos e algumas velas, abre-se o universo fantástico das crenças caboclas. Dessa forma dando o tom do conteúdo dos capítulos que virão a seguir. Além disso, a "nota aos descrentes", o último texto após a finalização dos capítulos,

estruturado como uma espécie de conclusão do material, utilizando, novamente, da descontração para provocar o leitor e levá-lo a refletir sobre o real e o sobrenatural dentro de suas crenças.

Chegando aos capítulos, o coração do trabalho, cabe assinalar que sua estruturação tomou como base as fontes e possibilidades abertas pelas características, afinidades e disposição dos artefatos. Sendo assim, optou-se por dividir o livro em três partes: Arsenal, Amuletos de Proteção e Relíquias.

Dentro dos capítulos, a exposição dos objetos se organiza a partir da importância e do protagonismo desses instrumentos. Os artefatos principais, que possuem "poder mágico" reconhecido abrem a sessão. Os demais objetos são organizados na chamada "Sessão Extra".

Tal segmento visa contribuir para formação de um conjunto de objetos alinhados entre si, reforçando a importância da cultura material dentro da guerra. Entretanto, não são alçados a uma condição superior por não apresentarem registros suficientes de sua "magia", caso da panela que multiplicava comida utilizada por João Maria, ou por efetivamente não possuírem tal característica perante o movimento ou no contexto maior da guerra, a exemplo do cajado também utilizado pelo mesmo monge e das armas de fogo.

Além disso, todo capítulo é aberto com uma folha de rosto, onde é apresentado seu número e o título. A partir daí, a cada objeto destacado, uma nova folha de rosto contendo o nome do artefato, uma ilustração original de sua forma "mágica" e uma frase dita sobre ele marcam a apresentação do próximo material. Exceção feita aos objetos que integram as sessões extras.

Após a abertura, os capítulos seguem um padrão estabelecido para todos. De acordo com os limites impostos pelas fontes, eles apresentam o objeto, contextualizam seu uso, descrevem sua forma e características, expõem seu processo de produção e explicam sua transformação em um artefato mágico.

No primeiro capítulo, intitulado "Arsenal", a obra apresenta um conjunto de armas utilizadas durante a guerra. Aparecem nesse momento, espingardas, revólveres e até mesmo a metralhadora de origem inglesa, *Maxim Nordendelt*, utilizada pelas forças oficiais contra os sertanejos. Entretanto, o objeto que

protagoniza a sessão é o facão, ou de acordo com a crença cabocla, a Espada Elétrica.

Por se tratar do primeiro capítulo, excepcionalmente o objetivo inicial foi apresentar um pouco da fé sertaneja, destacando alguns eventos e rituais que se relacionam com o uso das armas e que marcam a construção da religião cabocla, como a tradição das gestas carolíngias no movimento. Após essa introdução, contextualiza-se o uso do facão no cotidiano sertanejo, descreve-se as características e seu uso na guerra. Além disso, expõe-se o ritual de transformação para a Espada Elétrica, bem como os poderes mágicos que ele adquire.

Na sessão de objetos extras, algumas das armas de fogo e munições são apresentadas e contextualizadas. A exemplo das munições que recebiam a inscrição de uma cruz por parte dos caboclos. Inscrição feita como forma de batizar a arma e inseri-la dentro de um ritual mágico-religioso que permitiria acertar o alvo e proteger seu portador dos males do inimigo.

Já o segundo capítulo, "Amuletos de Proteção" versa sobre os patuás e as orações utilizadas pelos sertanejos com o objetivo de "fechar o corpo".

Este capítulo não se configurou da mesma forma que os demais. Ele propõe uma equidade de importância entre as sessões. Especialmente pelo fato das orações e patuás serem complementares e indissociáveis no contexto da obra. Por conta disso, não possui "sessão extra" de objetos.

Ele inicia com os patuás, contextualiza, a princípio, o uso de símbolos e objetos com função protetiva ao longo da história para, posteriormente, inserir a descrição desses objetos, seu processo de produção, a forma como as forças oficiais enxergavam a prática e a crença sertaneja no seu poder.

Por suas semelhanças funcionais, a sessão sobre as orações segue o mesmo padrão. Inicia com um breve histórico do uso das palavras aliadas à magia, passando a exposição da produção dos patuás, seus poderes protetivos e para fechar o capítulo, a forma como deveriam ser utilizados.

Por fim, o terceiro e último capítulo apresenta as "Relíquias" utilizadas no conflito. O foco nessa parte da obra está nas bandeiras e sua utilização. Em

especial, a bandeira do Divino carregada por João Maria de Jesus e o clássico estandarte branco com a cruz verde ao centro frequentemente utilizado durante as batalhas para simbolizar a presença dos sertanejos.

Além das bandeiras, na sessão de objetos extras são apresentados a panela de uso de João Maria e seu cajado.

O uso do termo Relíquias para o capítulo foi escolhido pela necessidade de agrupar os objetos que não possuem diretamente afinidades classificatórias, evitando que apenas as bandeiras formassem um capítulo e gerando uma oportunidade de inserir na sessão extra, a panela e o cajado. Objetos importantes e presentes no imaginário sertanejo e nos relatos sobre o monge.

Após a estruturação da obra, cabe apresentar e analisar algumas questões conceituais e opções iconográficas que compõem o livro.

2.3.3 Cultura material e Iconografia

2.3.3.1 Cultura Material

Para além da inspiração, a relação entre a obra derivada do universo literário criado por J.K Rowling e o produto didático não se limita ao conteúdo similar ou estruturação, amplia-se para a metodologia. Entretanto, assim como no livro de *Potter*, o *e-book* esbarra nos limites da oferta de imagens como forma de reproduzir a experiência física sugerida.

De acordo com Ivan Gaskell (2019), professor de história cultural e museologia da Universidade de Harvard, os objetos nos oferecem traços do passado. Tais reminiscências materiais podem nos levar ou não, a revelações em grande escala, mas essas nuances abrem uma nova perspectiva de compreensão através de novos sentidos.

A partir dessa assertiva, o professor defende uma história através dos objetos. A diferença é fundamental. Ele expõe sua crítica àqueles que analisam a cultura material como mera ilustração subordinada ao texto escrito. Não se trata de uma história dos objetos, mas a partir deles, açando-os a condição de protagonistas das análises e reflexões acerca de determinado contexto histórico.

A inversão metodológica sugerida por Gaskell vai ao encontro da proposta de análise presente no produto didático que busca subverter o papel da cultura material nos discursos e análises de uma historiografia oficial, que comumente registra o uso desses objetos de cunho sagrado para os sertanejos como forma de ilustrar o que compreendem como uma crença fanatizada.

Dessa forma, o viés analítico sugerido pelo historiador da cultura material foi adotado com o objetivo de articular um produto didático com potencial de publicizar o conflito, ao mesmo tempo que propõe uma ressignificação da forma como os artefatos são compreendidos, bem como sua crença cabocla de forma mais ampla.

Entretanto, Gaskell chama atenção para a tangibilidade como característica fundamental ao desenvolvimento dessa forma de análise. É necessário o uso dos sentidos para construir essa nova compreensão. Experiência que infelizmente não pode ser mimetizada em sua completude a partir da análise de imagens.

Mesmo enquanto um recurso que visa ampliar a possibilidade de acesso aos objetos históricos, tendo em vista que estes localizam-se geralmente em museus situados em locais não acessíveis a todos, coleções particulares ou mesmo lugares incertos que necessitam de pesquisa para desvendar seu paradeiro, o uso de imagens como forma de representar a produção material carrega consigo limites que precisam ser observados. É o caso do *e-book*, visto que o público acessará os objetos a partir das imagens técnicas, como as fotografias, descrições de época e recriações efetuadas por artistas contemporâneos.

O contato com os objetos utilizados no material se deu em larga medida a partir dos registros de militares ou outras descrições textuais com raízes em relatos orais. Não houve um contato direto com os artefatos retratados para além de sua forma descritiva e imagética, fato que cria uma lacuna e restringe a possibilidade de classificar a metodologia de análise da obra enquanto um produto de história material.

Por conta disso, optou-se por uma tentativa de traduzir a experiência do contato com os objetos e a sensibilidade que envolve o processo utilizando ilustrações originais, criadas especialmente para o produto. Associando essa iconografia a outras produções artísticas, como alguns quadros e painéis de artistas

que retrataram o movimento, buscou-se extrapolar o caráter ilustrativo e alcançar um efeito sensível mais próximo possível do contato material. Dessa forma, busquei transformar a iconografia em uma espécie de narrativa que expõe uma memória sobre o movimento ou auxilie na construção de uma inédito, como propõe o historiador italiano Carlo Ginzburg (2014).

No capítulo “Seu país precisa de você”: Um estudo de caso em iconografia política, que se encontra no livro, “Medo, reverência e Terror”, Ginzburg propõe uma reflexão sobre a construção ou não da memória, a partir de representações iconográficas e suas especificidades metodológicas.

A metodologia adotada por ele sugere, para além da racionalização, uma tentativa de compreensão do impacto gerado pela imagem a partir das emoções e sensações que o ato de encará-la suscita em seus observadores. Segundo o historiador italiano, algumas imagens se utilizam de um imaginário social construído a partir de uma espécie de genealogia da arte e enraizado semioticamente para produzir um efeito de “ancestralidade”. Uma espécie de memória universal que pode ser acessada a partir da utilização de alguns signos e símbolos incrustados em nossa tradição imagética.

A exemplo de Kant, que define a beleza enquanto um fenômeno da ordem dos sentidos, um prazer gerado que não pode ser racionalizado, bem como o impulso energético interno para Freud, que direciona o comportamento dos sujeitos; a hipótese de Ginzburg vai ao encontro da construção de uma iconografia que se relaciona com os sentidos, os desejos, os comportamentos, as posturas e os relacionamentos humanos, tal como Gaskell sugere para uma história através dos objetos.

Além disso, compreender a produção iconográfica como uma linguagem independente que complementa a forma textual, ao invés de submeter-se a ela abre algumas possibilidades de reflexão sobre a forma como os autores e artistas utilizavam a memória como base para composição e escolha dos elementos representativos de um movimento como o Contestado.

Cabe a reflexão: para representar iconograficamente a guerra, quais signos, símbolos, formas, elementos e cores precisam estar presentes? O que é

imprescindível para que uma imagem se articule com uma memória individual ou social construída sobre o movimento? De que forma os próprios sertanejos se representavam ou representavam imagetivamente os objetos de sua crença?

Tais questionamentos fizeram parte de todo processo de elaboração da iconografia do produto. Gerando dúvidas, limites, acertos e possivelmente também

2.3.3.2 Iconografia

Partindo das reflexões supracitadas, a composição de imagens presentes no produto se organiza em quatro categorias: ilustrações originais, fotografias dos objetos de forma isolada ou em uso, pinturas de artistas que retrataram o movimento e imagens com fins estéticos.

As ilustrações originais foram utilizadas na abertura dos capítulos, cenas e *storyboards*.

O uso das imagens na folha capa dos capítulos atende a necessidade de mostrar o objeto diretamente em sua forma "mágica", anunciando de forma atrativa e original a sessão. Ademais, por se tratar de uma proposta inovadora, não existem imagens previamente produzidas desses objetos a partir do seu caráter mágico e sagrado. Dessa forma, além de fundamental para representar o universo fantástico de algumas das crenças sertanejas, a produção se configurou em necessidade prática na estrutura do produto, como demonstra o exemplo a seguir: (Fig1)

Figura 1 - Espada Elétrica



Artista: Nicollas Munhoz, 2020.

A ilustração produzida para abertura da sessão que versa sobre o facão e seu uso enquanto objeto mágico, exemplifica com precisão a potência dessa forma de iconografia e sua importância para o alcance de um cenário lúdico e fantástico como forma de atrair o leitor para o conteúdo da obra, sem perder de vista o caráter original da imagem e sua composição repleta de elementos fundamentais para se pensar a representação do movimento imagetivamente, como a cruz, o pinheiro, a mata, o terço e até mesmo o desgaste que o tempo e o trabalho pesado gerava nas mãos dos sertanejos.

Já a utilização em cenas e *storyboards*, foi inspirada diretamente pelo emprego do recurso no livro dos artefatos mágicos de *Harry Potter*.

O uso do artifício visa uma aproximação entre o público e a história proposta. O leitor, através de uma espécie de fresta no tempo e espaço, é elevado a condição de testemunha, cúmplice de fatos e eventos dos quais se sente parte através da visualização do seu desenvolvimento. Retirar o público da condição de simples espectador e inseri-lo nesse mundo fantástico é fundamental para estabelecer uma relação intimista visando a compreensão e o consumo do enredo.

A elaboração dessas imagens, a cargo do artista Nicollas Munhoz, foi fruto de um detalhado processo de pesquisa e leituras que o autor, formado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolveu em constante diálogo como os demais segmentos da obra, com o intuito de estabelecer um padrão iconográfico e uma unicidade entre as partes que compõe a produção. Além disso, todas as ilustrações são dispostas e propostas enquanto forma de linguagem autônoma dentro do material, visando problematizar os elementos de sua constituição e gerar reflexões acerca do uso de determinados símbolos como forma de representar o movimento.

Em depoimento sobre o desenvolvimento da iconografia, o artista relatou que:

Foi bem próximo de uma pesquisa histórica, mas voltada para construção de imagens. Pesquisei algumas fotos do Contestado, li artigos, o seu trabalho e através disso tentei chegar em símbolos imagéticos que remetessem à uma ideia de resistência brasileira totalmente ligada ao contexto e as reivindicações que fazem parte da Guerra do Contestado. Acabei trabalhando bastante com a figura do sertanejo, tentando retratar a imagem do sertanejo dessa época. Por isso a utilização do chapéu, do bigode e das armas. Além disso também busquei representar a magia, que é a grande questão do seu trabalho, tentar traduzir essa magia de alguma forma. Para isso usei asteriscos, pontinhos e traços em volta dos objetos que trazem essa ideia de subjetividade. Até no quadrinho você pode encontrar isso e também na minha referência maior que é a xilogravura, principalmente a brasileira. E alguns artistas que vejo no Instagram que trabalham com ilustração, tatuagem e até como falei anteriormente com xilogravura. A ideia é essa. (MUNHOZ, 2020)

É possível perceber na fala de Munhoz preocupações que extrapolam o processo produtivo de uma iconografia apenas ilustrativa. A elaboração do material partiu do mesmo pressuposto teórico utilizado nos demais formatos de linguagem do livro: a pesquisa histórica. Ademais, propõe a construção de um universo essencialmente brasileiro e caboclo, um dos objetivos centrais do produto. Reafirmando, inclusive a partir da técnica da Xilogravura, a raiz sertaneja do movimento, afastando a possibilidade de leituras coloniais e europeizantes do conflito.

O envolvimento do artista na produção das imagens para esta pesquisa se aproxima de outra das demandas de uma história pública que é também colaborativa. A implicação do ilustrador fez com que ele pesquisasse e reavaliasse a potência da história do Contestado para as resistências e lutas no tempo presente. A

tal ponto foi sua identificação com os sujeitos do Contestado que por iniciativa própria fez um grafite em espaço público da cidade.

Figura 2 - Grafite sobre a Guerra do Contestado



Autor: Nicollas Munhoz, 2020.

Com relação ao uso das fotografias, dois aspectos que a caracterizam como forma de linguagem justificam sua utilização no produto: sua condição de registro e capacidade de comoção.

No caso do Contestado, notoriamente as imagens produzidas pelo fotógrafo sueco Klas Gustav Jansson, surgem como um material relevante para uma tentativa de compreensão do movimento a partir de uma iconografia. Todavia, o acervo de aproximadamente 150 imagens possui uma grande limitação de uso dentro da concepção do produto didático: de forma geral, ele retrata as forças oficiais e vaqueanos. Os sertanejos aparecem pouco e quando são mostrados, normalmente estão sob a custódia desses grupos, reforçando uma espécie de domínio sob os caboclos.

Por conta disso, somente uma fotografia de Jansson foi utilizada na elaboração do material. Uma imagem encenada que retrata o uso do facão de madeira por parte de sertanejos da região, momento anterior ao conflito. Além dessa imagem, retratos dos objetos de forma isolada aparecem no produto. Entretanto, ao contrário das ilustrações originais, limitam-se a função estética, exemplificando

iconograficamente as ideias contidas no texto, bem como algumas formas e efeitos utilizados a fim de atrair de forma criativa a atenção do leitor.

Figura 3 - Página 8 do e-book O relicário do Contestado



Figura 4 - Página 9 do e-book O relicário do Contestado



Finalizando o conjunto iconográfico do produto, a utilização de duas pinturas de artistas contemporâneas que retrataram o movimento. Nelas é importante destacar a inclusão de relíquias sagradas nas cenas narradas. Isso mostra o poder de fixação dos objetos religiosos no cotidiano dos homens e mulheres do Contestado. O fato deles reaparecerem em pinturas no nosso presente sugere que mesmo passados cem anos do conflito eles permanecem no imaginário social como indispensáveis para a proteção dos rebeldes. Sua inclusão do e-book, além de apontar o uso dos objetos enquanto elementos importantes na representação de uma cultura material e religiosa dos sertanejos, teve como objetivo divulgar, mesmo que de forma sucinta, parte de um segmento dedicado a traduzir artisticamente as experiências da guerra e suas histórias.

Para tal fim, duas obras foram utilizadas: o painel "O Contestado Terra Contestada" de Hassis e a tela, "Maria Rosa transmite a ordem aos Pares de França", de Déia. C Reichmann.

Figura 5 - Página 14 do e-book O relicário do Contestado



Figura 6 - Página 22 do e-book O relicário do Contestado



A princípio, a ideia era criar uma sessão especial dentro de cada capítulo, onde uma produção sobre o conflito seria divulgada e analisada, bem como a vida e obra de seu autor. Entretanto, pela dificuldade de encontrar obras que retratassem todos os objetos, levando em consideração que cada sessão artística seria dedicada a um artefato e uma questão de dinâmica da obra, a articulação entre texto e imagens deveria ser sempre fluída e informal, dentro dos limites aceitáveis, optou-se por inserir essas duas obras dentro do próprio corpo do capítulo, sem separações, buscando dessa maneira manter uma estrutura menos acadêmica e mais atraente para o público.

2.4 FONTES

Com relação a historiografia, de forma geral o conjunto de fontes se resumiu aos relatos e registros militares. Uma série de documentos produzidos por capitães, tenentes e até médicos do exército, que por seus vínculos a instituições científicas, metodologia de pesquisa e compromisso com uma narrativa histórica identificada

com os valores políticos e militares, foram denominados de "historiadores de farda"³.

Essas produções, que *a priori* deveriam ter um caráter formal e burocrático, transformavam-se por vezes em escritos instigantes e até mesmo pitorescos. Dentre eles, temos por exemplo, tentativas menos ou mais exitosas de incursões na literatura aos moldes de Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Além disso, também não foi incomum o uso da prerrogativa militar para tentar estabelecer interpretações e análises de caráter "quase" científico por parte desses indivíduos que acompanharam o conflito e buscavam explicar suas raízes. É justamente nessas linhas que a obra didática se apoia.

De forma geral três militares colaboraram com suas obras para a produção do material didático: o segundo-tenente Demerval Peixoto (1920), Herculano D'Assumpção (1917) e em especial o médico Ezequiel Antunes (1918). Os três foram testemunhas, repressores e narradores da Guerra do Contestado. Suas obras abrigam fontes inéditas, algumas não mais existentes em arquivos e museus. É o caso, por exemplos, de alguns objetos da cultura material por eles descritos, tal como os patuás.

Antunes foi o responsável por descrever alguns objetos que havia recolhido durante seu período na Guerra. Seu texto, ainda que contaminado por sua visão militarizada e positivista, foi o primeiro impulso para idealização da obra. Os demais falam sobre alguns artefatos de forma breve, apenas como plano de fundo, quando relatavam alguma cena do conflito que envolvia algum dos instrumentos.

Para além dos oficiais, pouquíssimos são os registros, reflexões e análises, inclusive no campo historiográfico. Exceção feita ao texto de Márcia Espig (2008) sobre as orações no movimento, as quais, assim como na obra didática, não se dissociam dos patuás, levando a historiadora a refletir brevemente sobre o papel desses objetos dentro do movimento.

3 O termo foi cunhado pelo Historiador Rogério Rosa Rodrigues para designar os militares que de alguma forma registraram fatos do conflito.

3 O CONTESTADO NA ESCOLA

No capítulo anterior, propus uma reflexão analítica sobre os processos que estruturaram o produto, bem como as opções feitas e suas respectivas justificativas. Entretanto é necessário pensar o lugar onde se insere a obra. Sua elaboração visa provocar algumas reflexões acerca das brechas na produção histórica sobre o Contestado. Lacunas originadas de relações que, talvez, não foram totalmente estabelecidas ou que necessitam maior solidez. Como é caso do diálogo entre a produção acadêmica sobre o movimento e o ambiente escolar; as metodologias adotadas pelos historiadores profissionais para visibilizar o conflito e transformar estudantes e público geral em entusiastas e consumidores da temática; e de seu pouco alcance no âmbito geral e educacional, ocasionando equívocos e clichês interpretativos acerca do movimento - inclusive entre professores e produtores de materiais didáticos. Sendo assim, pela natureza do mestrado profissional, mas especialmente pela necessidade de produções e intervenções que proponham métodos criativos para contemplar esses descompassos, é fundamental uma reflexão sobre o Contestado e sua transmissão em sala de aula.

De acordo com o historiador inglês Peter Lee, existe, atualmente, uma necessidade de instrumentalização dos estudantes para a prática de uma leitura histórica do mundo, exercício intelectual que ele nomeia como “letramento”.

O conceito apologiza uma capacitação dos discentes voltada para compreensão do saber fazer histórico que possa convergir para seu cotidiano e fazer parte da vida. Segundo Lee, espera-se que “em sala de aula, os nossos alunos sejam levados à compreensão de que a História não é apenas um conhecimento de lembranças de eventos passados” (LEE, 2006, p. 133).

Evidentemente, Lee e a Educação Histórica propõem uma fuga, se não total, mas parcial de uma metodologia de entendimento da história que se compreende imutável, excludente e normativa. Em outras palavras, “tal conhecimento não deve ser inerte, mas deve agir como uma parte da vida do aprendiz” (LEE, 2006, pág. 135).

Para isso, o diálogo acerca dos métodos da história e, por conseguinte dos historiadores, deve ampliar-se especialmente para o conteúdo produzido, além das

ferramentas utilizadas na constituição dos saberes históricos, o modo como estes são construídos e, sobretudo, como o público, não apenas escolar e acadêmico, compreende, se apropria e confere significado ao passado.

Dentre os possíveis elementos capazes de suscitar uma análise do passado de maneira dinâmica, levando em conta seu caráter subjetivo e simbólico, a literatura de ficção apresenta-se talvez como uns dos mais utilizados nesse exercício constitutivo. No entanto, o gênero não deve ser tomado apenas como fonte de análise conflituosa, ou mesmo harmônica em relação à história, principalmente no que tange a discussão sobre o elemento narrativo. O binarismo, contido numa possível relação entre as áreas, deve abrir espaço para uma junção metodológica comprometida com o conteúdo acadêmico, ao mesmo tempo em que se pretende um produto de amplo alcance popular. Ou seja, reduzir a literatura de ficção a uma condição de passividade ou unicamente de fonte para história, é desperdiçar seu potencial de construção e até formação de mundos. Isso se aplica até mesmo a chamada literatura de divulgação, como livros didáticos ou paradidáticos, mas, especialmente, em publicações de entretenimento como o Livro de Artefatos Mágicos de *Harry Potter*. Obras como essa não só têm grande papel na formação histórica contemporânea, como também exploram categorias, conceitos e métodos históricos, tais como sincronia e diacronia, impressos, contexto, personagens históricos entre outros.

Perceber as ampliações que um produto de imaginação histórica adiciona à apropriação do passado por parte do público em geral, pressupõe compreender seu caráter ativo no processo de constituição da história enquanto elemento cultural da indústria de consumo. A qual modela o que o público em geral vai ler sobre história e o que vai compreender sobre o que é história.

Qualquer metodologia utilizada para entender o que ocorreu na Guerra do Contestado deve partir da seguinte assertiva: o termo “conflito” e seus equivalentes nunca podem ser compreendidos e analisados apenas no singular.

Os “campos de batalha” do movimento, além de uma singular multiplicidade espacial, tendo em vista a fragmentação geográfica das cidades santas espalhadas pelo planalto catarinense, ampliavam-se também para esferas da memória, religiosidade, gênero, política, além de questões étnicas e econômicas.

Todavia a complexidade do movimento do Contestado, se não tratada com a devida cautela, torna-se um fator agravante na busca por sua compreensão. Principalmente, no momento de traduzir para o domínio público os múltiplos aspectos da luta cabocla, bem como adaptar a produção acadêmica sobre o movimento para processos e linguagens voltados ao ambiente escolar.

3.1 PRODUÇÃO ACADÊMICA E MEMÓRIA

O volume de produções sobre o conflito e sua memória, aumentou significativamente nas últimas três décadas⁴. Com a descoberta de documentos originais, novos relatos e imagens inéditas, surgiram diferentes análises e reflexões acerca do que teria ocorrido entre os anos de 1912 e 1916 na região do meio oeste catarinense.

Teses, dissertações, monografias e artigos eclodiram em diversas áreas do conhecimento acadêmico como História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Literatura, Educação e até mesmo Direito, na tentativa de compreender e ressignificar a experiência de luta vivida por homens, mulheres e crianças na região.

Contudo, tal adensamento produtivo não se converteu necessariamente em uma inscrição na memória social e didática. Por isso, há necessidade de estratégias metodológicas que busquem fixar, marcar e, se possível, popularizar a temática do Contestado, evitando que a produção acadêmica sobre o conflito converta-se apenas em conteúdo para debates entre pequenos grupos de pesquisadores ou iniciativas efêmeras de apropriação da memória do movimento na esfera pública.

Segundo o historiador Paulo Pinheiro Machado, até mesmo entre universitários, o movimento ainda é pouco conhecido.

Não é reduzido o número de pessoas, mesmo com formação universitária, que jamais ouviram falar sobre o movimento do Contestado. Entre os que possuem alguma informação, é muito comum a afirmação de que “foi um segundo Canudos, com fanáticos e ignorantes”. Há outros que apenas se

⁴Para uma melhor compreensão da visão historiográfica recente sobre o conflito cabe a leitura dos trabalhos de Rogério Rosa Rodrigues, Paulo Pinheiro Machado, Márcia Janete Espig, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Ivone Gallo, Maurício Vinhas de Queiroz, Oswaldo Cabral, Douglas Teixeira Monteiro e Delmir Valentini.

contentam em defender um “heroísmo” do Contestado, como uma jornada épica de nossos antepassados, sem definir claramente pelo que aquelas pessoas estavam lutando. (MACHADO, 2017, p. 73)

O trecho sugere a existência de conhecimento acerca do conflito, todavia de forma ainda pouco contextualizada ou mesmo romântica. Quando não se limitam a associar o movimento e suas características em menor escala com a luta capitaneada por Antônio Conselheiro no arraial baiano, reduzem os caboclos a condição de fanáticos, ignorantes e aculturados, corroborando para manutenção da narrativa histórica oficial sobre a guerra. Visão essa repleta de mitos, preconceitos e reducionismos, os quais, academicamente, já foram superados; mas que socialmente, mesmo com a elaboração de produtos e narrativas alternativas sobre o Contestado, ainda não atingiu a esfera pública, tanto da historiografia nacional, quando da memória social.

Apesar da história, como defende Peter Lee, ser “uma forma pública de conhecimento” e “que deve ter respeitada suas próprias normas e critérios”, fato que a diferencia da simples apreensão do passado, notoriamente, existe um desafino entre o que academicamente se produz, e o que efetivamente se inscreve na memória social e escolar (LEE, 2016, p. 114). Isso não se aplica apenas ao Contestado, mas no caso específico desse movimento, algumas barreiras têm dificultado essa popularização, dentre elas: o conflito ser visto como história regional, além de um movimento rebelde de comunidade agrária e não estar situado no sudeste do Brasil. Por conta disso, pretendo argumentar em favor das potencialidades de se inscrever o Contestado nas vertentes centrais da estrutura da história social e política da Primeira República.

De acordo com Machado, o desacerto está entre a memória do conflito e o ensino de História.

(...) como outras áreas de avanço do conhecimento historiográfico, há um descompasso entre a produção acadêmica e o domínio da sociedade sobre este tema. Esse descompasso ocorre nas políticas públicas de memória e no ensino de História predominante nas redes de Ensino Fundamental. (MACHADO, 2017, p. 74)

A relação entre as políticas públicas para promoção de uma memória sobre o Contestado e o ensino de história é íntima, visto que se retroalimentam. Por esse motivo, é indispensável uma reflexão sobre a forma como a memória sobre o movimento vem sendo explorada no âmbito geral e educacional.

O edifício da memória sobre o movimento tem sido explorado, segundo Rogério Rosa Rodrigues, de diversas formas e sob distintas metodologias por parte do poder público. Para o historiador:

A memória é um campo de batalha. Vivemos a época do acúmulo de registros, da vontade de não esquecer. Os governantes têm implementado ações contra o esquecimento. No caso do Contestado, museus, arquivos, artistas, cerimônias, eventos e pesquisas científicas têm explorado o tema e destacado a importância de não deixar a história desse movimento cair no esquecimento. Mas que memória tem sido evocada sobre esse conflito? Como o Estado tem se comprometido com a rememoração do Contestado? Se existe uma política de memória, é possível falar também de uma política do esquecimento?(RODRIGUES, 2016, p. 29)

Trata-se de peneirar a memória sobre o movimento. Se existe objetivamente o propósito de exaltar uma memória, conseqüentemente, o mesmo interesse recai sobre o esquecimento. A eleição do que se preserva, obedece a um processo meticuloso de controle, articulado com os ideais do poder público e da ordem vigente. Legar ao esquecimento ou a uma memória deturpada a luta de José Maria e seus seguidores, é negar-lhes a condição de sujeitos ativos e presentes no processo histórico, é permitir que morram duplamente, como bem alertou Walter Benjamin ao afirmar que:

O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1985, p. 27)

O aviso do filósofo alemão é direcionado aos historiadores enquanto agentes do desenvolvimento historiográfico, um dos grandes construtores e mantenedores da memória social comprometida com as ações e sujeitos do passado⁵. Sendo assim, pesquisadores e professores devem ter um olhar atento e cuidadoso com o conteúdo e a forma como a memória sobre o Contestado é constituída, traduzida e propagada publicamente, academicamente e no meio escolar.

Para tanto, debates e discussões sobre a produção de conhecimento histórico a partir da memória sobre o conflito são fundamentais. De acordo com Rodrigues:

⁵ Rogério Rosa Rodrigues (2016) define esta forma de memória como sendo “compartilhada pelos agentes da história, é viva e dinâmica, por isso, é reelaborada constantemente (...) A memória social tem direito e capacidade de esquecer, suprimir, expandir e alterar os acontecimentos do passado. Ela obedece a uma lógica própria de organização e de narrativa. O esquecimento por ela operado é o esquecimento de reserva para memória, aquele que atualiza e revigora a própria memória.”

Não existe uma memória historiográfica sobre o Contestado. Os pesquisadores discordam, debatem, refutam as teses dos pares. Mas esse empreendimento contribui para o próprio avanço do conhecimento. Ele serve como uma espécie de controle sobre os exageros, falta de método, ausência de comprovação, problemas de interpretação das fontes. Em síntese, as disputas e conflitos no interior da memória historiográfica beneficia sua própria construção. Seu legado fica disponibilizado de forma livre para toda a sociedade. (RODRIGUES, 2016, p. 35)

Reafirmando a importância da memória historiográfica, Rodrigues sugere que ela exerce uma espécie de vigilância sob a produção de conhecimento acerca do Contestado. Assegurando que a apropriação sobre os fatos respeite as normas e regras do conhecimento histórico.

Para além dessa função, é possível sugerir similaridades entre o processo de constituição da memória historiográfica sobre o conflito e a construção das narrativas didáticas. Não cabe apenas marcar seus distanciamentos, é preciso refletir sobre um possível e necessário diálogo metodológico.

Entre os pontos de proximidade, estão o compromisso com os sujeitos do passado e a fundamentação das narrativas em fontes e pesquisas confiáveis. Características que, em tempos de relativização da verdade, demonização do historiador e caricaturização do conhecimento histórico, visto como doutrinário e proselitista⁶, são indispensáveis, não apenas na popularização da temática do Contestado, mas para assegurar a fixação do movimento na memória didática respeitando os processos e métodos da história.

3.2 ENSINO E MATERIAL DIDÁTICO

Junto às questões da memória, temos a questão do ensino sobre o Contestado nas escolas de nível fundamental e médio e sua necessidade de expansão. Dentro desse contexto, dois aspectos educacionais são importantes: a produção de material didático e a formação de professores.

⁶ Dentro os projetos e organizações que visam limitar e cercear a liberdade de cátedra e a prática docente, especialmente de disciplinas como a História é o Movimento Escola sem Partido surgiu em 2004, através da iniciativa do então procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib. O projeto surgiu como uma reação a um suposto fenômeno de instrumentalização do ensino para fins político ideológicos, partidários e eleitorais, cujo objetivo seria a disseminação de propaganda partidária e de ideais de esquerda.

Na concepção de Machado (2017), constantemente, os materiais didáticos que se dedicam a tratar da temática, limitam-se a reproduzir uma visão historiográfica ultrapassada e parcial, a qual, por muito tempo, pautando-se nos relatos produzidos pelos chamados “historiadores de farda” ⁷, buscou construir a imagem do sertanejo como ignorante, aculturado e selvagem - em um claro processo de desumanização do grupo.

Seguindo a crítica, em avaliação de uma obra didática⁸ sobre o movimento, Rodrigues também expôs o processo de manutenção da antiga e superada narrativa de exaltação do imigrante europeu como “herói” do processo de colonização da região, não apenas do meio oeste catarinense, mas de todo estado. Dessa forma diluindo a história do movimento sertanejo e relegando o Contestado a condição de apêndice da história colonial. Segundo o historiador:

(...) não bastasse repetir os velhos jargões da historiografia tradicional, diluir a história do Contestado na história da colonização europeia em Santa Catarina, o autor conclui um livro, cujo subtítulo é “a revolta dos caboclos no sertão catarinense”, com exaltações a empresa colonizadora de terras, a mesma que expulsou os sertanejos e foi uma das causas da rebelião. (RODRIGUES, 2016, p. 45)

Além de contribuir com o processo de invisibilidade dos sertanejos na esfera escolar, certa produção didática mais comprometida como o mercado editorial do que com a história e a memória de luta dos homens e mulheres do Contestado, insiste em limitar-se a uma narrativa oficial profundamente atrelada a um ideal de história nacional.

Referindo-se ao Contestado, juntamente com o levante liderado por Antônio Conselheiro e a sedição ocorrida em Juazeiro, o sociólogo Duglas Teixeira Monteiro denuncia o processo de marginalização dos movimentos nas produções historiográficas do período republicano. Segundo ele:

Nos manuais mais divulgados de História do Brasil, os movimentos aqui estudados em geral aparecem - quando aparecem - sob a forma de referências breves, quase sempre distorcidas. Na melhor das hipóteses, têm sido tratados como erupções perturbadoras no curso da realização de alguma coisa como uma espécie de “destino nacional”. Quando é este o

⁷Termo cunhado por Rodrigues para designar os militares enviados para o Contestado com o objetivo de relatar os fatos da guerra. Usualmente exaltavam apenas as conquistas militares.

⁸KAISER, Jakzam. Guerra do Contestado: a revolta dos caboclos no sertão catarinense. 2. Edição. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014.

caso, são, por exemplo, mencionados, no contexto da corrente histórica mais importante, como obstáculos enfrentados pelo processo de consolidação da República. (MONTEIRO, 2006, p. 95).

Para Monteiro, sujeitos e grupos sociais são excluídos, historiograficamente, por não serem vistos como relevantes para o arcabouço explicativo de uma história defendida como nacional, ou por não partilharem modelo de cidadania pretendido socialmente pela classe política e elite econômica do país. Fato que na concepção de Machado, gera uma má influência na formação de professores para o desafio de ensinar a história do movimento. Para o historiador:

Muitas vezes, o descompasso da produção acadêmica com o ensino tem origem em obras gerais de autores consagrados no meio acadêmico, muito influentes na formação de professores. Essas obras gerais tendem a generalizar movimentos, apontados como episódios secundários e marginais da narrativa central, frequentemente focada na política institucional e no mundo urbano das capitais. (MACHADO, 2016, p.75)

O trecho aponta a urgente necessidade de revisão de algumas produções de grande circulação no âmbito acadêmico, as quais insistem na manutenção de uma historiografia expirada que apenas corrobora com uma história colonizada e pré-definida pelo poder público, que usualmente se guia por interesses econômicos e políticos.

De acordo com Peter Lee:

O paradoxo aqui é que, se a história é subordinada à cidadania, é provável que cesse de entregar precisamente o tipo de pensamento independente sobre o passado que faz da história uma parte crucial de uma sociedade democrática e aberta. (Levado a sério, tal subordinação significaria que, se a história não conseguiu entregar os pontos de vista exigidos pela cidadania, as histórias contadas pela História teriam que ser alteradas para garantir que tenham êxito.) (LEE, 2016, p. 111).

A subordinação à cidadania refere-se a um projeto de coesão histórica, ligado a construção de uma identidade nacional única, essencialmente elitista e elitizante. Fato que restringe a história ao papel de instrumento opaco de legitimação de discursos impostos e moldados para manutenção do *status quo*. Narrativa que em diversos momentos turva as águas do conhecimento histórico sobre o Contestado e impede pesquisadores e professores de enxergar aspectos fundamentais e indispensáveis acerca do movimento.

Cabe, então, ao docente a missão de buscar referências atualizadas e

comprometidas com a história social e ampla do movimento, que fogem de reducionismos e simplificações para explicar o conflito multifacetado, ou, na linguagem de Chimamanda Adichie tirar a narrativa do Contestado de uma "tradição de história única".

A adaptação do conhecimento historiográfico para a linguagem escolar não é tarefa fácil. Exige disposição e estratégias metodológicas diversas para se alcançar a compreensão dos estudantes, além de preparo para estabelecer relações entre a produção do conhecimento histórico e a forma de transmiti-lo didaticamente, como propõem alguns cursos de formação para professores, a exemplo do PROFHISTÓRIA. Todavia, a expansão da temática do Contestado não pode se restringir apenas ao ambiente escolar. É premente o alcance do domínio público.

Diante das questões expostas e das dificuldades apresentadas, algumas perguntas permanecem: como acionar os elementos comuns de uma produção acadêmica eticamente responsável com uma produção didática seguindo os mesmos princípios da pesquisa acadêmica, mas também garantindo as singularidades da narrativa didática? Como produzir conhecimento histórico de forma lúdica, criativa e original sobre o movimento, o qual consiga alcançar os alunos em tempos de redes sociais e avanços tecnológicos, sem banalizar o conhecimento e com especial atenção nos elementos formativos que o conhecimento histórico potencialmente possui? De que forma ampliar esse alcance para o domínio público? Quais as possibilidades oferecidas pelo Contestado para abordar diferentes temáticas sociais e historiográficas em uma sala de aula?

A fim de contribuir com o exercício reflexivo e enriquecer a discussão sobre o movimento, proponho a seguir uma análise do material didático que utilizo em uma instituição privada de ensino e, posteriormente, sugiro alguns direcionamentos como forma de contextualização acerca das principais temáticas para a compreensão do movimento, como a política, direito a terra e economia e a questão religiosa que podem ser apropriadas para fins escolares. Ressalto que entendo a dificuldade em produzir um livro didático. É preciso enfrentar as exigências editoriais, fazer seleção do amplo conteúdo, articular narrativa e imagens, preocupar-se com aspectos formativos que dizem respeito a auxiliar os estudantes a pensar historicamente e menos a decorar datas e nomes. Minha proposta central é mostrar como a história

da Guerra do Contestado pode ser articulada de forma orgânica e complexa com diversas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais da Primeira República.

3.3 O POTENCIAL DIDÁTICO DA GUERRA DO CONTESTADO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

O título proposto para o subcapítulo é bastante amplo e genérico, tendo em vista que as sugestões apresentadas podem ser adaptadas para outras temáticas e variar de acordo com espaço, tempo e principalmente faixa etária dos estudantes.

Todavia, o exercício, nesse caso, é segmentado de forma flexível e direcionado para professores que trabalham com um público geracional na faixa dos 14 anos de idade, na linearidade das fases educacionais, o equivalente, com exceções, ao 9º ano.

A escolha do público afina-se com a cronologia utilizada pela maior parte dos materiais didáticos que inserem o movimento do Contestado dentro da temática da Primeira República no Brasil, conteúdo que perpassa, além do 9º ano, 2º e 3º anos do ensino médio.

Para estabelecer parâmetros concretos e utilizar uma base objetivamente presente em sala de aula, a proposição busca dialogar com um material didático produzido pela rede de ensino Pitágoras.

A opção pela obra se deu pela familiaridade que possui com a mesma, tendo em vista sua utilização na escola em que leciono, além de sua abrangência. Segundo o site da rede educacional, o material alcança mais de 200 mil alunos distribuídos em 600 escolas parceiras em todo o país, além de unidades no exterior.

Escrito por Gustavo Celso Magalhães, licenciado em História e Filosofia, e Miriam Hermeto, doutora em História e professora da UFMG, o material foi lançado pela Editora Educacional, no ano de 2014 e engloba historiograficamente o período convencionado como Idade Contemporânea, no qual se insere a temática do Contestado.

Para iniciar o exercício, proponho uma análise geral sobre o único parágrafo dedicado ao movimento para, no momento posterior, apontar alguns

direcionamentos específicos para temática da guerra. De acordo com a publicação o conflito se deu nas seguintes bases:

CONTESTADO: movimento social de caráter religioso ocorrido na fronteira entre Santa Catarina e Paraná, entre 1912 e 1916. Envolveu a participação de sertanejos sem terra ou posseiros em situação de miséria, ameaçados de expulsão, e explorados pelos fazendeiros ou pelas empresas estrangeiras que construíram uma ferrovia no local e explorava a região. Liderados pelo beato “monge” João Maria e, depois, pelo “monge” José Maria, fundaram povoados, formando a chamada “Monarquia Celeste”, onde prevaleciam regras igualitárias de influência religiosa e as ordens republicanas não eram aceitas. Temendo se tratar de um novo Canudos, o governo federal enviou tropas para a região que, com forte aparato, fizeram uma guerra de extermínio, destruindo cada núcleo dos revoltosos. (HERMETO E MAGALHÃES, 2014, p. 93).

O trecho inicia apontando o caráter religioso implícito na guerra. Todavia não existe nenhuma especificidade que indique o tipo de religiosidade ou mesmo de qual religião se trata. Fato preocupante levando em consideração que as características religiosas do movimento são fundamentais na sua definição e compreensão. Conceitos como Messianismo não podem ser excluídos de qualquer estrutura explicativa que pretende minimamente dar conta do conflito.

Posteriormente, a guerra é situada na região de fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Não é mencionado o litígio territorial entre os dois estados que leva à região e, conseqüentemente, ao conflito a nomenclatura de Contestado. Apesar do imbróglio judicial se relacionar de forma incidental com a guerra, ainda assim, não pode ser desprezado, tendo em vista que a Batalha do Irani (1912), primeiro embate do conflito em que José Maria acaba morto, se desenvolve em grande medida por conta da querela.

Adiante, referindo-se aos seus participantes, dois grupos sociais são citados: "sertanejos sem terra" ou "posseiros em situação de miséria ameaçados de expulsão e explorados por fazendeiros ou empresas estrangeiras". A utilização da conjunção “ou” exprime a ideia que se trata de apenas um entre os dois grupos. Falha linguística seguida de reducionismo histórico, tendo em vista que, além dos grupos apontados, havia outros indivíduos de diversas origens e funções sociais, como imigrantes europeus, maragatos da Revolução Federalista e até mesmo coronéis e fazendeiros da região de Lages e Curitiba.

Com relação à exploração pelos fazendeiros e empresas estrangeiras, o texto

poderia, mesmo que de forma sintética, expor o sistema de coronelismo e mandonismo que se desenvolvia na região e servia como instrumento de coerção, pressão social e exploração das classes mais baixas. Além disso, nem mesmo o nome da *Brazil Railway Company* ou sua subsidiária *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* são citados quando mencionado a opressão sofrida pelos sertanejos, limitando a tarefa de forma genérica ao capitalismo estrangeiro.

No entanto, os silêncios mais contundentes se encontram em relação aos monges, João e José Maria, a “formação” de uma “Monarquia Celeste” e a não aceitação das ordens republicanas. Apesar de cronologicamente o texto marcar de forma correta o aparecimento dos monges, simplesmente afirmar que os sertanejos foram liderados primeiro por João e posteriormente por José Maria, está muito aquém da realidade. Principalmente pela simplificação da questão.

A citação do primeiro monge não estabelece uma distinção suficiente para compreender de quem se trata. Segundo a historiografia sobre o movimento, dois monges que passaram em diferentes momentos pela região adotaram a nomenclatura de João Maria. Sendo assim, é impossível saber a quem o material se refere. Além disso, no início do texto, o conflito foi datado entre os anos de 1912 e 1916, momento onde os dois monges conhecidos como João Maria, apesar de manterem-se vivos na memória espiritual do grupo, já haviam desaparecido da região, logo não poderiam estar guiando os sertanejos no embate.

Já o caso de José Maria é um pouco mais emblemático. Segundo consta, através de diversas práticas culturais, sociais e religiosas, o monge, que já havia congregado sob sua liderança muitos seguidores, organizou o movimento simbolicamente, a partir de discursos e narrativas que exaltavam personagens e eventos, como São Sebastião e sua volta ao mundo para instauração da Monarquia Celeste, além de ser um elemento de manutenção de uma herança “joanina”⁹ na região.

Entretanto, como supracitado, José Maria é morto no primeiro embate com a polícia do Paraná, na cidade de Irani. Sendo assim, para alguns autores, como Duglas Monteiro, o monge foi apenas o iniciador do movimento, não um líder fixo e

⁹ Expressão construída pela antropóloga Tania Welter para se referir a permanência da crença em São João Maria na atualidade.

longevo. Prova disso, são as diversas lideranças, de diferentes características que ascendem ao poder após a sua morte, ponto crucial para compreensão do movimento¹⁰.

Já sobre a “Monarquia Celeste”, o parágrafo é escrito de forma assertiva, confirmando que o modelo de organização foi posto em prática nas cidades santas. Tal afirmação é perigosa, pois a pretensa estrutura encontrava-se em um plano narrativo de caráter simbólico, metafórico. Não se tratava simplesmente de uma organização terrena como sugere os autores do material quando escrevem que “Liderados pelo beato 'monge' João Maria e, depois, pelo 'monge' José Maria, fundaram povoados, formando a chamada 'Monarquia Celeste'”. A Monarquia Celeste operava no sentido simbólico e ritual do movimento, ela indicava os santos e os anjos que desceriam dos céus para atuar diretamente na luta pelo mundo novo desejado e arduamente defendido pelos rebeldes. Nunca foi criada uma figura terrena de rei ou imperador dentro das cidades santas. A crença contava com elementos sagrados, míticos e messiânicos, como a ressurreição do monge, o qual desceria dos céus acompanhado por figuras espirituais, como São Sebastião.

Para fechar o texto, é sugerida uma negação sistemática das ordens republicanas. De acordo com os autores, as cidades santas eram locais “(...) onde prevaleciam regras igualitárias de influência religiosa e as ordens republicanas não eram aceitas”. A historiografia sobre o movimento, há algum tempo, esclareceu que, apesar de existir nos quadros santos uma cultura de exaltação da monarquia em detrimento da república, vista como “coisa do diabo”, tratava-se da valorização de um período anterior à chegada das empresas e do capital estrangeiro. Afirmar que as ordens da república eram indolentes aos caboclos, propõe resistência organizada ao republicanismo. Todavia, enquanto um movimento social, o Contestado se articulava contra todos os poderes que os oprimiam. Organizados de forma oficial ou não, a república era apenas um deles.

Diante de exposição pouco explicativa e elucidativa da complexidade do

¹⁰ Para além dos “monges”, o movimento teve algumas figuras de liderança. Destacaram-se a “virgem” Maria Rosa e o líder de guerra, Adeodato. Além deles, Venuto Baiano, Chico Ventura, Aleixo Gonçalves, Antonio Tavares, Bonifácio Papudo e Alemãozinho também teriam desenvolvido alguma forma de liderança sob o grupo. Para uma compreensão mais profunda sobre as lideranças do Contestado sugiro a obra de Paulo Pinheiro Machado, *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*.

movimento, ainda que ela possa estar atrelada ao caráter sintético pressuposto pela obra ou ligada a questões editoriais e estigmas de análise, cabe indagar os motivos da insistência, consciente ou não, em restringir o conflito ao caráter de história regional e, por conseguinte, contribuir para esvaziar o papel do movimento na formação histórica brasileira.

Segundo Paulo Pinheiro Machado é possível ampliar a importância do movimento para além das fronteiras nacionais, e localizá-lo como um marco histórico importante dentro da região latino-americana. Para ele:

O movimento do Contestado precisa ser entendido como um evento nacional e latino-americano, não como um evento local, circunscrito a uma região. A luta pela terra, a luta antioligárquica, a resistência à ação de empresas multinacionais, a destruição de florestas, o deslocamento compulsório de populações não são eventos locais, são experiências compartilhadas por todo o país e por nossos vizinhos continentais. O Contestado precisa ser entendido como importante episódio da história do Brasil Contemporâneo. (MACHADO, 2017, p.76)

Dessa forma, é latente a necessidade de construção de uma história inclusiva, a qual retire o Contestado da condição de “nota de rodapé” e o reconheça como peça importante no quebra-cabeça da Primeira República.

3.4 DIRECIONAMENTOS DIDÁTICOS

3.4.1 A política no Contestado

Como apontado, a metodologia proposta no material didático analisado ancora-se numa disposição costumeira e pouco original para expor as relações políticas no período da Primeira República. Limitando-se a narrativas sintéticas sobre o funcionamento do coronelismo enquanto uma prática geral e constante durante a época, os autores não pontuam suas diferenças de funcionamento ou apropriação de acordo com o tempo e o espaço onde se desenvolveram. Além disso, não é estabelecida uma relação direta entre as práticas clientelistas e os movimentos sociais rurais. Nem no mesmo subcapítulo estão expostos. Apartados estruturalmente na organização do texto são marginalizados dentro da hierarquia explicativa do período, relegados à condição de agitações e agrupados em uma única página.

Diante disso, anuncio de antemão minha proposta. Inverter a lógica da historiografia clássica, utilizando os elementos do movimento para compreender a política brasileira no período da Primeira República e, principalmente, a prática do coronelismo e seus desdobramentos, não o oposto.

Não se trata de uma apologia pura do Contestado, visando apenas uma inversão metodológica reducionista. Privilegiar o movimento, em detrimento de conflitos semelhantes e demais arcabouços explicativos para Primeira República, consistiria no mesmo exercício historiográfico marginalizante.

É necessário utilizar uma abordagem didática a fim de expor as características peculiares do desenvolvimento das práticas políticas para os sertanejos e as colocar em diálogo com a história brasileira, apontando possíveis interpretações a partir de aproximações e distanciamentos, promovendo a inclusão do movimento na constituição histórica do período, fato ainda pouco corriqueiro. Sendo o ponto de partida da proposição, o mesmo do conflito.

Temeroso dos riscos inerentes a ajuntamentos dessa natureza e alarmado pelo fato de que em Taquaruçu reuniam-se homens fiéis a seu inimigo político, o “coronel” superintendente de Curitiba decidiu dispersar os sertanejos, ameaçando-os com violência. Em face disso, acompanhado de um grupo de adeptos, José Maria abandonou o lugar e, transpondo o Rio do Peixe, alcançou os campos do Irani, nas proximidades de Palmas. Ali - onde contava com amigos – reconstituiu o ajuntamento. (MONTEIRO, 2006, p. 82).

O trecho é emblemático por seu duplo caráter historiográfico. Sendo assim, sua apropriação deverá obedecer a uma lógica de recorte individual, pautada, usualmente, na eleição do protagonismo de fatores na construção de uma história a ser ensinada. Trata-se da percepção das possibilidades que o relato apresenta e da forma como elas interagem para posterior exposição aos estudantes.

A princípio, o texto pode remeter aos momentos que antecederam a Batalha do Irani, embate que inaugura a guerra, em outubro de 1912, e vítima o monge e guia dos sertanejos, José Maria.

Entretanto, com um pequeno ajuste na lente de análise, o relato pode transformar-se numa descrição detalhista do contexto político da região e das práticas coercitivas dos “coronéis do planalto”, figuras presentes não apenas no meio oeste catarinense, mas na tradição política brasileira durante a primeira

república.

Em seu artigo, “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual” o historiador José Murilo de Carvalho apresenta uma das possibilidades de compreensão do fenômeno político:

(...) o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. (CARVALHO, 1997, p. 52)

Nessa visão, o sistema coronelista seria fundado na relação de favores entre o governo e os coronéis, no qual, em troca da manutenção do domínio desses grandes proprietários através da cessão de poder sob alguns cargos públicos, estes apoiavam o governo por meio dos votos de seu “curral eleitoral” ¹¹. Além disso, o texto sugere um vínculo que é mais que material (troca de votos), é também social e simbólico.

No relato da expulsão de José Maria e seus seguidores, inicialmente, Duglas Teixeira não nomeia os dois “coronéis” nem o motivo da querela entre eles. Entretanto, posteriormente, o próprio historiador esclarece que os seguidores do monge estavam nas terras de Henriquinho de Almeida, em Taquaruçu, e a ameaça feita partiu de seu rival político na região, o também “coronel”, Francisco de Albuquerque.

De acordo com Monteiro, entre os adeptos de José Maria estavam os “clientes e capangas” do “coronel” Henriquinho, um dos motivos pelo qual Albuquerque teria ameaçado os seguidores do monge, além de uma desavença anterior com José Maria quando este teria se negado a ir até a casa do coronel para prestar ajuda a sua esposa, precipitando a saída do grupo em direção ao território paranaense, mais especificamente para o Irani, pertencente a Palmas, sob

¹¹ Expressão cunhada no período da Primeira República que designava um grupo de pessoas que eram controladas politicamente pelos coronéis que manipulavam a partir de seu poder os processos eleitorais. Nesses locais o coronel geralmente oferecia algum tipo de benesse em troca do voto ou impunha coercitivamente seus desejos aos votantes.

jurisdição do Paraná.

Além disso, Monteiro destaca que Albuquerque também era “superintendente de Curitiba e dono da *situação* política dessa mesma vila”, ou seja, a esfera de seu poder não se restringia a condição imposta pela propriedade de terras, mas ampliava-se para uma oficialização através do cargo público exercido pelo fazendeiro, característica fundamental da prática coronelista. Entretanto, apesar da presença dos coronéis no meio oeste catarinense, a princípio, não é possível afirmar que o controle exercido por estes se constituiu da forma como apresentou Carvalho. Principalmente no que diz respeito a troca de votos.

Na visão do historiador José Ibarê Dantas o coronelismo se articulava através de outras bases. Segundo ele:

... o voto nem sempre se constituiu na principal fonte de poder do Coronel. Sob este aspecto, nossa hipótese é de que na Primeira República o controle da coerção pelos proprietários rurais apresentava um papel muito mais significativo, como fonte de prestígio e de poder, do que o controle do voto, enquanto tal. Diante das transformações político-institucionais que afetam o Estado, o Coronelismo vai explorando suas fontes de poder, primeiramente suas milícias particulares, posteriormente seu prestígio socialmente reconhecido, e, por fim, o controle do eleitorado. (DANTAS, 1987, p.14).

O autor não nega o poder emanado do processo eleitoral, mas sugere que, em termos hierárquicos, ele não pode ser estabelecido como elemento principal. Pois, segundo ele, a massa rural era em sua maior parte analfabeta, dessa forma, não poderiam votar, reduzindo em grande medida a possibilidade de barganha dos coronéis e impossibilitando a adoção do poder sob o eleitorado como característica fundante do coronelismo¹².

Para Dantas a coerção através de milícias particulares era o cerne da prática. Sendo assim, o prestígio do proprietário de terra estava necessariamente atrelado a sua capacidade de controle de um determinado grupo social através de práticas violentas e opressoras, mas que não obrigatoriamente eram revertidas em poder eleitoral ou negociações com esferas públicas do poder. Justamente o que o relato expõe.

¹² A primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, abolia o voto censitário (só votavam pessoas de determinada renda). Entretanto o voto de analfabetos já havia sido abolido cerca de 10 anos antes, através da Lei Saraiva de 9 de janeiro de 1881.

Apesar de exercer o cargo de superintendente de Curitiba, Albuquerque, de acordo com a descrição dos fatos, além de utilizar de seu expediente público ou de sua condição política oficial para dispersar o ajuntamento dos sertanejos das terras de seu adversário, já que ele envia um telegrama para governador Vidal Ramos acusando o movimento de sedição monárquica; opta também pela coerção e pela agência da violência em sua dupla ameaça, contra José Maria e seus seguidores e contra Henriquinho de Almeida. Além disso, segundo Paulo Pinheiro Machado, muitas lideranças se firmavam na região do planalto sem ocupar qualquer cargo público. De acordo com ele tais sujeitos:

(...) exerciam seu poder e influência política pela quantidade de homens em armas que poderiam rapidamente mobilizar. O Coronel Fabrício Vieira, por exemplo, atuou no planalto norte catarinense e no vale do Iguaçu, no Sul do Paraná, desde a Revolução Federalista até a década de 1930, sem jamais ocupar um cargo público. Da mesma maneira podemos nomear os *vaqueanos* Chico Lino, Leocádio Pacheco, Salvador Dente de Ouro, Pedro Ruivo, Nicolau Bley e Lau Fernandes, chefes locais que lideraram centenas e até milhares de capangas no auxílio às tropas oficiais, como lideranças que exerciam um poder de fato em extensas regiões, sem depender de qualquer legitimidade eleitoral. (MACHADO, 2001, p.88)

Notoriamente, as conceituações das práticas coronelistas e suas características encontram pontos de convergência, ao passo que divergem do contexto do movimento em função de uma adaptação de seus elementos as condições específicas da região do meio oeste catarinense.

Em uma direção distinta, uma terceira via para compreensão dessas práticas foi sugerida pela socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957). Segundo a autora, uma característica indispensável do coronelismo era a liderança pessoal e política do coronel sobre um grupo social nomeado por ela de *parentela*¹³.

Para Pereira Queiroz, o conflito gerado se deu a partir de desdobramentos de atritos entre diversas parentelas, especialmente as de Albuquerque e Almeida, ou seja, a trama que em grande medida dá origem à guerra teria se desenvolvido numa esfera social hierarquicamente superior, inviabilizando a compreensão da luta a partir de lógicas próprias e movimentos autônomos dos sertanejos que se encontravam restritos pelos limites impostos por estes coronéis e seus respectivos poderes.

¹³ De acordo com Paulo Pinheiro Machado, o termo foi adotado de um trabalho de Jean Blondel sobre a política paraibana e tem origem nos laços de parentesco criados a partir de relações de compadrio.

Todavia, como aponta Machado, existem vários indícios em discursos e práticas que sugerem tentativas de emancipação dos sertanejos e a busca por um caminho independente das estruturas coronelistas, como por exemplo, o ataque à fazenda de Henriquinho no ano de 1915.

Diante do exposto, é preciso ressaltar que o relato da saída de José Maria e seus seguidores da fazenda de Henriquinho, bem como a ameaça feita por Albuquerque, ainda que um recorte ínfimo sugere a presença de pelo menos duas características clássicas do coronelismo enquanto prática constante no período da Primeira República, a saber: coercitividade e o uso do prestígio social reconhecido.

Em verdade, a estrutura política – notoriamente coronelística – existente no planalto oferecia essas possibilidades. O coronelismo catarinense, em especial o que vigorou na região do Contestado, possuía características próprias que merecem estudos mais detalhados, mas nem por isso deixaram de fazer parte dos jogos e arranjos de poder oligárquico da Primeira República Brasileira.

Cabe ressaltar que o exercício de incorporação dos parâmetros políticos desenvolvidos na região enquanto estrutura modelar de compreensão das práticas políticas na Primeira República requer análises que reflitam sobre permanências, rupturas e singularidades.

Entretanto, destacar as peculiaridades dessas relações no conflito do Contestado, consiste igualmente num exercício de admissão do movimento como parte integrante das lógicas políticas nacionais para o período, na medida em que elas devem ser compreendidas como adaptações para o ambiente e contexto da região.

3.4.2 Direito à terra e economia no Contestado

A guerra do Contestado se mostra complexa invariavelmente em todos os seus aspectos temáticos. Com relação à posse e direito à terra, o cenário não é menos desafiador. Daí a necessidade da produção de materiais didáticos que respeitando os limites da sua metodologia e estruturação, busquem dar conta do complicado contexto.

O livro didático analisado apontou duas esferas de conflito pela posse da terra na região. Inicialmente, ele localizou o litígio fronteiro entre os estados do Paraná e Santa Catarina e, posteriormente, assinalou que a guerra envolveu sertanejos sem terra ou posseiros ameaçados de expulsão e explorados por fazendeiros e empresas estrangeiras que construíram uma ferrovia no local, marcando um segundo nível da questão.

A importância da querela envolvendo os dois estados vizinhos, apesar de relativizada dentro da historiografia, pode ser interessante para o âmbito escolar. Especialmente por sua presença constante como fator explicativo nos materiais didáticos produzidos acerca do movimento, a exemplo do livro analisado.

Como apontado anteriormente, pontuar a existência do imbróglio jurídico é necessário para o entendimento da nomenclatura da guerra, além de sua relevância para compreensão do desencadeamento da primeira batalha e de apropriações indevidas de territórios na região contestada.

Todavia sua desconstrução como possível aspecto fundamental para o entendimento do conflito é imprescindível, especialmente para evitar sua expansão do âmbito escolar para o imaginário popular.

Além disso, as relações estabelecidas entre os sertanejos e as esferas do poder público, coronelista e capitalista possuem um maior impacto para eclosão do conflito, como se pode perceber nos discursos desses grupos.

Em 1914, o Cap. Matos Costa, responsável pela defesa da região do Contestado, declarou para um jornal paranaense:

Os jagunços queixam-se que o Cel. Artur de Paula e outros chefes políticos lhes tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer às terras devolutas do Governo, por se terem apossado delas pessoas conhecidas e que tem facilidade de obter dos governos, grandes territórios nos dois Estados. (PEIXOTO, 1995, p. 156)

A expropriação das terras dos sertanejos, como aponta o trecho, se dava dentro de uma lógica estrutural de poder, onde representantes públicos, no caso o coronel da Guarda Nacional, tomavam propriedades geralmente com o aval dos líderes políticos da região. Ao recorrerem ao governo, os sertanejos tomavam conhecimento que as terras devolutas já haviam sido cedidas a “estrangeiros”, como

aponta a mensagem deixada pelos revoltosos na porta de uma venda, após atacarem uma estação da estrada de ferro São Paulo Rio Grande:

Nós estava em Taquarussú tratando da noça devoção não matava nem robava, o Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardiar onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isso é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia. O governo da República toca os filhos brasileiros dos terreno que pertence a nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer prevalecer os noços direito. (PEIXOTO, 1995, p.64)

O trecho é simbólico, pois congrega o embate entre os sertanejos e o governo federal, personificado na figura do presidente Hermes da Fonseca além de fazer uma clara alusão a *Brazil Railway Company*, empresa responsável pela construção da estrada de ferro que atravessava a região e sua subsidiária, *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, criada para explorar as terras devolutas nas margens da estrada que haviam sido cedidas pelo governo brasileiro.

É fundamental localizar em sala de aula e nos materiais didáticos distintas relações estabelecidas entre os sertanejos e as demais esferas de poder. Reduzir a questão a expulsões e exploração, dilui grupos e atores sociais fundamentais para compreensão dos motivos que levam uma gama variada de sujeitos a se incorporarem na luta pela terra e conseqüentemente no posterior conflito.

De acordo com o historiador Tarcísio Motta de Carvalho a cessão dos territórios se relacionava diretamente com um projeto de colonização na região contestada. Para ele:

No final do século XIX, interessava ao governo imperial incrementar a colonização da região contestada, seja por fazer parte da política de substituição do trabalho escravo pelo trabalhador livre imigrante em detrimento dos chamados “nacionais”, seja por motivos estratégicos ligados à chamada Questão de Palmas. Havia uma dúvida sobre os limites que separavam o Brasil da Argentina naquela região, que só foi resolvida com o arbitramento do presidente dos EUA. Enquanto a questão não era solucionada, o governo brasileiro tratava de incrementar a colonização da região e de melhorar os meios de transporte, temendo um possível confronto militar. (CARVALHO, 2008, p. 50).

O elogio ao projeto colonizador, e por extensão aos imigrantes europeus que teriam desenvolvido a região, é fator constante dentro das estruturas explicativas sobre o movimento nos materiais didáticos, como apontou Rogério Rosa Rodrigues (2016) em análise supracitada. Principalmente como forma de marginalizar o

protagonismo histórico dos sertanejos que tomados como incapacitados para tarefa são relegados à condição de coadjuvantes dentro do processo desenvolvimentista da região.

É nesse contexto que, em 1888, foram iniciados os estudos para construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. A construção da linha férrea, iniciada em 1908, ocasionou mudanças substanciais no cotidiano sertanejo. O derrubamento de matas e o trabalho de deslocamento de terras exigiu um grande contingente de mão de obra. Além disso, segundo Motta Carvalho, havia “diversos indícios de que, apesar do trabalho na construção da ferrovia ser uma oportunidade para complementar o ganho da lida no campo, os sertanejos se submetiam a relações de trabalho muito piores do que aquelas a que estavam sujeitos nas fazendas”. (CARVALHO, 2008, p.51). Objetivamente a chegada das empresas estrangeiras adicionava mais um elemento coercitivo a vida dos sertanejos, para além das práticas coronelistas e das ações coercitivas dos governos estadual e federal.

Segundo Duglas Teixeira Monteiro:

Os estabelecimentos da Brazil Railway Company, como também da Southern Lumber na área, faz com que surjam modalidades novas de controle, de violência e de repressão. Se amas dispunham de polícia própria, distinguia-se esta dos bandos tradicionais de capangas por estar a serviço de interesses econômicos anônimos e não à disposição dos interesses de determinados “coronéis”. (MONTEIRO, 1974, p.44)

É necessária a percepção de uma modificação na lógica econômica moral que pautava as relações de trabalho dos sertanejos, que anteriormente dentro da estrutura dos mandatários das fazendas, mesmo que violentas e coercitivas, ainda soavam naturais e familiares. Entretanto sua substituição pelas práticas capitalistas e suas características impessoais possivelmente reforçaram um sentimento de injustiça e a quebra de certas tradições do campo.

A imposição súbita de um novo modelo produtivo pode ter gerado nos sertanejos a necessidade de restauração de antigos valores e práticas que visassem acabar com uma real ou imaginária, crise da economia local.

De acordo com Machado a economia local estava ligada ao antigo caminho das tropas e com o advento da ferrovia, trilhas inteiras “pontilhadas de vendas, locais

de pouso, descanso e invernada das tropas, principalmente no interior dos municípios de Lages, Campos Novos, Curitibanos e Canoinhas” entraram em crise.

Todavia a modificação mais objetiva para os sertanejos parece ter sido a violenta expulsão dos posseiros da região sofrida a partir da chegada da ferrovia e a construção da serraria administrada pela Lumber.

Em 1911, um jornal da região do Contestado publicava um edital da companhia que afirmava que:

Este faz saber a todos que é expressamente proibido invadir ou ocupar os terrenos pertencentes à Companhia estrada de ferro São Paulo- Rio Grande, situados em ambas as margens do rio do Peixe e em outras localidades onde, por concessão estadual, a Companhia de Estrada de Ferro possui terras que já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ela. (MOTTA, 2008, p.53).

Era a união de forças entre o poder público e a empresa capitalista quebrando oficialmente o modelo de vida estabelecido na região.

Forçosamente os sertanejos estavam limitados à condição de indivíduos sem terras, que por todos os lados se viam necessariamente impelidos à subserviência e a aceitação de ações violentas e coercitivas de diversas esferas de poder político e econômicos ou seja, terrenos. Talvez uma das possibilidades de luta fosse articular-se com poderes além do plano terrestre.

3.4.3 A religiosidade no Contestado

Comumente, seis movimentos sociais são destacados nos livros didáticos que versam sobre a Primeira República. São eles: O Contestado, Canudos, Revolta da Chibata, Revolta da Vacina, Revolução Federalista e a Revolta de Juazeiro. Dentre eles, a metade tem na religiosidade um dos grandes fundamentos de sua origem.¹⁴

Partindo da premissa que a religião se configurou enquanto força motriz de três conflitos de grande impacto em diferentes estados brasileiros durante o período, analisar conceitos como o messianismo, misticismo, “catolicismo rústico”, e presença

¹⁴ Leia-se Contestado, Canudos e Revolta de Juazeiro.

de “monges” no Contestado não se restringe a um exercício de história regional, amplia-se para construção de um modelo explicativo, através do qual, abre-se a possibilidade de compreensão do papel da religiosidade e sua apropriação em outras regiões brasileiras, desconstruindo a lógica historiográfica nacional que diminui hierarquicamente ou ignora o papel do movimento na constituição histórica da Primeira República.

Na contramão do exposto, o material didático analisado reafirma a ótica tradicional acerca do conflito quando o define apenas enquanto um “movimento social de caráter religioso”.

Não discriminar as peculiaridades da temática na região, como a tradição “joanina”, as gestas carolíngias e a crença na instauração da Monarquia Celestial, dilui sua importância para compreensão da guerra, na medida em que não a coloca em diálogo com os demais movimentos de origem semelhante.

Ademais, tratar de forma genérica a religiosidade dos sertanejos corrobora para uma análise historiográfica clássica, pois impossibilita a compreensão do tema a partir do movimento, obrigando os estudantes a buscar as características da religiosidade do período em modelos expositivos mais divulgados e por consequência acessíveis, como Canudos, para posteriormente compreender a utilização desses conceitos para o conflito catarinense.

Não se trata de uma apologia pura do Contestado, visando apenas uma inversão metodológica reducionista. Privilegiar o movimento, em detrimento de conflitos semelhantes e demais arcabouços explicativos para Primeira República, consiste no mesmo exercício historiográfico marginalizante.

É necessário utilizar uma abordagem didática a fim de expor as características peculiares da religiosidade para os sertanejos e as colocar em diálogo com a história brasileira, apontando possíveis interpretações a partir de aproximações e distanciamentos, promovendo a inclusão do movimento na constituição histórica do período, fato ainda pouco corriqueiro.

Em análise acerca do modelo de catolicismo desenvolvido no Contestado e seus semelhantes nordestinos, respectivamente Canudos e Juazeiro, Douglas Teixeira Monteiro (2006) expõe uma ligação religiosa entre os movimentos.

Sem pontuar distinções nos seus aspectos gerais, o historiador propõe uma horizontalidade. Sem hierarquizar os levantes, todos fazem parte conjuntamente da história republicana brasileira, inclusive sofrendo os mesmos preconceitos religiosos. Para ele a apropriação do catolicismo por parte dos seguidores de José Maria, Padre Cícero e Antônio Conselheiro era designada como “catolicismo rústico”, que obedecia a lógicas próprias, nem por isso inferiores.

A variante do catolicismo, comumente designada como catolicismo rústico, e, com frequência, vista apenas como a expressão de um empobrecimento com relação as fontes originais, ou como o resultado de sincretismos espúrios. Entende-la desse modo significa, primeiramente, aferi-la de maneira arbitrária e enviesada, através do contraste com as modalidades ilustradas do cristianismo, minimizando sua especificidade e originalidade. Em segundo lugar, implica ignorar o papel desempenhado universalmente pelos sincretismos em todas as grandes religiões. (MONTEIRO, 2006, p. 46)

A crítica do autor expõe inicialmente uma das possíveis causas para não inserção dos movimentos dentro de um amplo espectro historiográfico. Trata-se de uma religiosidade que dentro de uma ótica oficial, seja da igreja secularizada, do poder público ou da memória histórica, não se adequava a construção de um ideal nacional.

Entretanto ele aponta o caráter sincrético das grandes religiões, inclusive a católica. Dessa forma sugerindo que a religiosidade no Contestado, apesar de suas peculiaridades, não se caracterizava como apropriação incomum do catolicismo, principalmente pela forma como este foi introduzido na América Latina, abrindo a possibilidade da utilização dos parâmetros sincréticos do movimento catarinense para compreensão do mesmo fenômeno numa escala histórica mais ampla. De acordo com Monteiro:

(...) é importante assinalar que, na América Latina, ao contrario (ou, pelo menos, mais acentuadamente) do que ocorreu em outras partes do mundo afetadas pela expansão do Ocidente, a cristianização foi regularmente associada a instauração de um poder colonial sobre as populações submetidas. Mais importante do que isto, gerou uma “cristandade colonial”. (MONTEIRO, 2006, p. 47)

A caracterização de uma “cristandade colonial” pode ser compreendida como um instrumento no processo de submissão das classes inferiores. No caso do Contestado traduziu-se na tentativa de imposição de um catolicismo oficial aos sertanejos com o afã de retirá-los da condição de “fanatismo”. Segundo o sociólogo:

(...) no sertão catarinense - ao que parece, em proporção maior - havia escassez de padres. Também para lá - "terra de missão", no dizer de um bispo - voltou-se a atenção da Igreja. Em 1892, um grupo de franciscanos alemães instalou-se em Lajes, onde, com espírito combativo, começaram a enfrentar adversários tidos, como no Nordeste, na conta de séria ameaça para o Catolicismo: a "ignorância" religiosa dos sertanejos e as forças "satânicas" da maçonaria". (MONTEIRO, 2006, p. 80)

No entanto, semelhante processo de opressão por parte do clero pode ser estabelecido na religiosidade brasileira através de outros moldes, como por exemplo o processo de romanização da igreja.

A questão para Igreja não era particularmente a forma como o catolicismo era apropriado, o problema estava em quem se apropriava e para que fim. No caso do Contestado, segundo autores como Oswaldo Cabral para articulação de ideais messiânicos, milenaristas, produzindo sujeitos fanatizados que exaltavam "monges" divinizados que estavam muito aquém do que desejava o clero oficial.

Todavia é preciso compreender em que bases o messianismo e o culto aos monges se desenvolveram nos quadros santos.

O processo aproxima em grande medida a religiosidade presente no movimento, da crença católica oficial. Criando a possibilidade de discutir com os estudantes o processo de mitificação histórica de figuras beatificadas, como os monges do Contestado em comparação com semelhante processo ocorrido para Jesus Cristo, a partir do processo sertanejo, quanto utilizar sua "canonização" para compreender as relações entre o sagrado e o profano.

Para fechar o capítulo cabe assinalar que diante das análises, reflexões e direcionamentos feitos, o que se evidencia é a complexidade da tarefa proposta.

Todo adensamento das produções acadêmicas, debates sobre a inscrição do conflito no campo da memória social e escolar, além das produções artísticas sobre diferentes aspectos da guerra, sugerem que o Contestado vem, principalmente nos últimos anos, sendo amplamente discutido em seu conteúdo, mas talvez nem tanto na sua forma de exposição, criando uma espécie de vácuo, de elo perdido entre o que se desenvolve e o que efetivamente é fixado, absorvido e compreendido em termos sociais e educativos.

Os apontamentos didáticos feitos no acerca da relação entre o Contestado e o ensino escolar, fazem parte de uma tentativa de apontar tais brechas, além de compreender algumas necessidades latentes da produção histórica sobre o movimento e expor as características do conflito a partir de um prisma voltado para docência.

Sendo assim, a incorporação da ludicidade, de elementos criativos, dinâmicos e originais na produção do conhecimento histórico sobre o movimento, associados à história pública, surgem como alternativa viável, nem por isso menos complexa, para solucionar o problema da impopularidade e limitações geradas pela incompreensão do movimento multifacetado.

Diante de todos os obstáculos e dificuldades para se elaborar um material que dê conta do movimento destaco que o *e-book* não foi concebido com a ambição de abarcar toda guerra, nem tampouco solucionar todos os problemas, descompassos e equívocos presentes no tortuoso diálogo entre a produção histórica e o ambiente educacional. Ele se propõe como uma alternativa que se soma a outras produções. O potencial didático da Guerra do Contestado para ensino de história como busquei apontar no capítulo é amplo e sua utilização como parte do alicerce de uma história da Primeira República é viável. Todavia a complexidade do movimento é seu maior trunfo e sua grande armadilha. As várias facetas do conflito geram uma diversidade de recortes de trabalho, criando possibilidades distintas de apropriação da guerra bem como pontos de fuga de uma história única. Aqui se privilegiou as crenças religiosas, os aspectos mágicos e místicos do conflito, estratégia que talvez se mostre mais eficiente no trato do movimento em relação a tentativas amplas de síntese e grandes resumos que são necessárias, mas que geralmente acabam generalizando e incorrendo em reducionismos na busca por uma explicação didática e de fácil apreensão de questões complexas acerca do conflito, como apontado na análise sobre o material didático. Sendo assim, cabe lembrar que o *e-book* não é um livro didático no sentido clássico do termo. Ele é uma produção didática que pode ser apropriada por diferentes esferas sociais, o ambiente escolar é fundamental, mas não é o único.

4 O SAGRADO NO CONTESTADO

Todas as discussões, reflexões, análises, críticas e diálogos estabelecidos com relação ao produto didático e sua elaboração, são derivados em maior ou menor grau de um aspecto fundamental da religiosidade sertaneja: a sacralização.

Somente a partir da crença autônoma e particular do movimento foi possível idealizar e, posteriormente produzir, um material alicerçado em objetos mágicos.

É através do elemento fantástico e da crença no transcendental que o material propõe uma forma de compreensão da guerra sob novas diretrizes e para além da metodologia estabelecida em apostilas e livros didáticos. Sendo assim, pensar sobre a temática é indispensável para compreender o produto e em especial seu conteúdo.

De acordo com o cientista das religiões, Mircea Eliade o processo de sacralização de objetos é notório e recorrente na história. Segundo ele:

O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano. A fim de indicarmos o ato da manifestação do sagrado, propusemos o termo *hierofania*. Este termo é cômodo, pois não implica nenhuma precisão suplementar: exprime apenas o que está implicado em seu conteúdo etimológico, a saber, que *algo de sagrado se nos revela*. Pode-se dizer que a história das religiões - desde as mais primitivas às mais elaboradas - é constituída por um número considerável de hierofanias, pelas manifestações das realidades sagradas. A partir da mais elementar hierofania - por exemplo, a manifestação do sagrado num objeto qualquer, uma pedra ou uma árvore - e até a hierofania suprema, que é para um cristão, a encarnação de Deus em Jesus Cristo... (ELÍADE, 1957 p. 17)

O trecho aponta duas *hierofanias*: a elementar, caracterizada pela sacralização de coisas, tais como objetos e a suprema, definida pela carnalidade de Cristo. Ambas podem ser percebidas dentro do movimento do Contestado.

A que tange a cultura material é exposta no produto didático. O desenvolvimento de uma série de poderes adquiridos por determinados artefatos se relaciona diretamente com a raiz religiosa do movimento, característica fundamental desse processo de sacralização. Já a forma suprema surge através da deificação dos "monges", especialmente a partir do momento que estes desaparecem da região.

Entretanto no caso dos objetos, Elíade indica que para entender a prática, esta deve ser lida a partir do conceito de transcendência. Para ele:

O homem ocidental moderno experimenta um certo mal-estar diante de inúmeras formas de manifestações do sagrado: é difícil para ele aceitar que, para certos seres humanos, o sagrado possa manifestar-se em pedras ou árvores, por exemplo. Mas como não tardaremos a ver, não se trata de uma veneração da *pedra como pedra*, de um culto da *árvore como árvore*. A pedra sagrada, a árvore sagrada não são adoradas como pedra ou como árvore, mas justamente porque são *hierofanias*, porque "revelam" algo que já não é mais pedra, nem árvore, mas o *sagrado*, o *ganzandere*. (ELÍADE, 1957 p.18)

O trecho sugere uma espécie de descompasso entre a experiência do sagrado e a concepção racional do homem moderno ocidental. O processo de desencantamento do mundo para alguns grupos sociais foi extremo. O cientificismo se colocou como uma grande barreira que poucos geralmente tem fôlego ou desejo de transpor.

No caso do Contestado, essa incapacidade de compreensão traduziu-se em condenação. Em especial por parte das forças oficiais que detrataram e deturparam amplamente as manifestações religiosas da população sertaneja, sugerindo que se tratava de uma crença fanática e inferior.

Entretanto como esclarece Elíade, a caracterização do sagrado em um objeto atende a um paradoxo fundamental. Especialmente para compreender sua manutenção enquanto coisa terrena.

Manifestando o sagrado, um objeto qualquer torna-se *outra coisa* e, contudo, continua a ser *ele mesmo*, porque continua a participar do meio cósmico envolvente. Uma pedra *sagrada* nem por isso é menos uma *pedra*; aparentemente (para sermos mais exatos, de um ponto de vista profano) nada a distingue de todas as demais pedras. Para aqueles a cujos olhos uma pedra se revela sagrada, sua realidade imediatamente transmuda-se numa realidade sobrenatural. Em outras palavras, para aqueles que têm experiência religiosa, toda Natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade cósmica. O Cosmos, na sua totalidade, pode tornar-se uma hierofania. (ELÍADE, 1957 p. 18)

O trecho sugere que a condição de sagrado não é um descolamento absoluto do imanente e do material. Pelo contrário, a sacralização se desenvolve a partir também de uma manutenção das características terrenos dos objetos.

A aparente “dualidade” se expressa nas duas *hierofanias* supracitadas no movimento.

Para além da Espada Elétrica, o facão permanecia enraizado na lógica imanente. Especialmente a partir do seu uso cotidiano para fins de labor. Assim como o estandarte do movimento mantinha-se, para além de seus poderes em campo de batalha, como um objeto simbólico que cumpria uma função prática de identificação do grupo. Da mesma forma, os monges sacralizados e deificados também permaneceram no imaginário do grupo enquanto sujeitos de carne e osso, apesar de suas capacidades sobrenaturais.

A constante presença da fé na transcendência gera uma entrada clássica para compreensão do conflito, aliás bastante explorada pela historiografia. No entanto a tentativa aqui é perceber a forma como os sertanejos articulavam essa crença e suas simbologias com os objetos que eventualmente foram dotados de poderes sobrenaturais. Para a partir daí refletir sobre o produto elaborado com base nessa relação.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, socióloga que escreve sobre o conflito em 1957, a situação social da região antes do movimento poderia ser definida como de “dominação-submissão”, de um pequeno grupo sócio-político sobre a grande maioria dos caboclos. Sendo assim, a única via que se conservava aberta a ação era a religiosa. Somente o elemento sobrenatural era capaz de gerar equidade de forças em um pretenso conflito. Aderir ao movimento era antes de tudo abandonar o modo de vida habitual, onde estabelecia-se o profano e o imanente, e orientar-se religiosamente de acordo com as “leis do monge”.

Através desse “código bento”¹⁵, eram estabelecidos parâmetros objetivos com o intuito de organizar e estruturar os “quadros santos”. Todavia uma série de histórias e práticas buscavam evocar um permanente sentido do sagrado, onde a magia constituía-se em trunfo para aqueles que dedicavam sua vida ao culto de José Maria e lutavam contra a república e suas “leis do diabo”.

Lendas se formavam nos acampamentos. As “virgens” viam no céu cidades santas atacadas por exércitos celestes, combates entre

¹⁵ Expressão utilizada por Maria Isaura Pereira de Queiroz para se referir ao conjunto de regras que ordenavam o movimento.

cavaleiros, desfiles de anjos. José Maria aparecia a quem rezava constantemente com muita fé. Nos momentos críticos da luta, o Monge aparecia entre as nuvens, à testa de bandos de cavaleiros sobrenaturais. São Sebastião, padroeiro dos caboclos, aparecia e lutava por eles, e São Jorge, montado no seu cavalo branco. (QUEIROZ, 1957 p.42)

A constituição do sentido do sagrado no movimento resultava numa série de tradições e rituais que se retroalimentavam e acabavam por construir um cenário para a manutenção do ideal de sacralidade ao mesmo tempo que também convertia-se em consequência desses costumes.

Segundo Queiroz (1957), nem mesmo os mortos e feridos poderiam ser deixados para trás sem um enterro em “solo consagrado”, cláusula pétrea para desfrutar de um lugar junto a José Maria e conservar o “direito” a ressurreição. Graça que os sertanejos sempre que podiam procuravam negar aos soldados do exército nacional, exumando seus corpos ou os deixando insepultos.

Outra prática que exemplifica o contexto ritualístico eram os “livros santos”, utilizados em curas e benções ou mesmo lidos publicamente, como a “História de Carlos Magno e dos 12 Pares de França”, que de acordo com testemunhas ouvidas pela socióloga, era comentado pelo monge em voz alta, aos fiéis ajoelhados e cheios de veneração.

4.1 AS GESTAS CAROLÍNGEAS E MESSIANISMO

O conto medieval surge como uma forma de tradição a partir de narrativas fantásticas, onde guerreiros iluminados pelo poder de Deus combatiam todo tipo de inimigos, desde árabes infiéis até feiticeiros. A série de histórias é utilizada no produto didático como forma de contextualização da guarda no movimento. Além de expor o uso imanente e sobrenatural do facão entre os guerreiros. Entretanto a adoção também atende a necessidade de marcação dos ritos que promoveram um ambiente de magia e transcendentalidade entre os seguidores do monge.

Segundo a historiadora Márcia Espig (2010), o livro se difundiu na América portuguesa e espanhola a partir da influência ibérica. No Brasil a matéria carolínea teria penetrado sobretudo a partir da tradução romanceada, de origem castelhana.

A obra, ainda de acordo com Espig, teria chegado ao Brasil por volta do século

XVI e seria composta por um conjunto de 157 capítulos curtos. A maior parte com tramas simples, episódios transmissíveis e adaptáveis que por seu forte componente oral incitava leituras em voz alta, proporcionando seu aprendizado por analfabetos e ampliando sua divulgação. Por conta disso, freqüentemente era o único livro encontrado em grandes propriedades brasileiras, gerando relativa influência em produções culturais em nosso território como: folhetos de cordel, cavalhadas, congadas e etc.

No Contestado, a presença da obra a princípio foi vista como um elemento anômalo que confirmaria o caráter fanático do movimento. O livro serviria apenas para fins recreativos e lúdicos. Especialmente por ser lido para "selvagens" e "incivilizados" que da obra nada poderiam extrair não ser distração momentânea. Visão em larga medida advinda dos relatos militares, como o produzido pelo primeiro tenente Herculano Teixeira d'Assumpção em 1917 onde ele afirmava que:

"[...] são incorrigíveis admiradores das lendas do grande filho de Pepino - o "Breve"- o heróico Carlos Magno, rei dos francos e Imperador do Occidente. Em geral, em todos os lares, desde os mais fartos aos mais necessitados, é commum a existencia do conhecido livro phantasioso " A História de Carlos Magno ou os Doze Pares de França" - e isso também fal-os propender para aventuras". (ESPIG, 2010. p 51)

O emprego do termo "fantasioso" no trecho é interessante na medida que abre duas possibilidades de apropriação.

Inicialmente pode ser entendido de forma pejorativa, sugerindo que a história apenas perpetuava a irrealdade perniciosa a qual os sertanejos eram ao mesmo tempo expostos e expositores. Entretanto, o termo também pode ser lido a partir dos elementos que constituem a ascese espiritual do grupo.

Sugiro um questionamento como forma de perceber a obra a partir da crença cabocla: caso o livro não se constituísse enquanto uma história fantástica faria sentido no contexto do movimento e seria lido em voz alta por José Maria?

É possível imaginar que ele contribuiu para construção de elementos mágicos e sobrenaturais que perpassaram a religiosidade dos sertanejos. Mas o oposto talvez faça mais sentido. A obra se adapta a um ambiente prévio de crença no sagrado, no místico, no mágico e no extraterreno, logo, fala mais sobre José Maria e

seus seguidores do que Magno e seus pares. Ademais, como aponta Espig, a partir da década de 50 e 60 a renovação nos estudos sobre a guerra deu fôlego para novas interpretações e tentativas de desvendar o significado da presença da obra entre os sertanejos.

A influência do livro na organização se concretizou a partir da criação de uma guarda especial entre os sertanejos, que ao longo do movimento teve variadas funções e recebeu o nome de os "Doze pares de França", numa clara alusão ao grupo francês.

Na narrativa medieval, os "Doze Pares" eram apresentados como cavaleiros honrados e dignos. Sua coragem e valor punham medo em seus inimigos e motivação nos que iriam combater ao seu lado. Auxiliados pelo poder de Deus e suas fantásticas espadas podiam sozinhos vencer exércitos inteiros.

O grupo do Contestado era composto por vinte e quatro homens que assim como os franceses lutavam, além de outras questões, por sua crença religiosa. Além disso, mais uma vez o elemento fantástico e sobrenatural entra em cena. Os cavaleiros originais, de acordo com as narrativas, possuíam poderes para além do plano terreno. Suas espadas, assim como os facões para os sertanejos, eram mágicas e carregavam consigo a força do sagrado.

Segundo o General Setembrino de Carvalho, os Doze Pares exibiam grande habilidade de luta, em especial no manejo do facão. Ele narrou em 1916 que:

"Os flanqueadores da esquerda [...] travaram uma desabrida luta à arma branca com os famigerados Doze Pares de França, que empunhavam na mão esquerda uma bandeira branca, e com a direita manejavam allucinadamente um afiadíssimo facão rabo de galo. Foram seis mortos." (ESPIG, 2010. p 52)

O afiado instrumento, como apontado anteriormente, é um dos objetos centrais do produto didático. Sua representatividade para o movimento expressa com perfeição o processo de sacralização ou hierofania elementar, que se desenvolvia no Contestado.

Além disso, a fantástica transmutação do instrumento na poderosa Espada Elétrica reforça a constituição de um universo mágico e fantástico, gerando uma,

dentre outras possibilidades de compreender a luta sertaneja a partir dos elementos e histórias lúdicas.

De acordo com Walter Benjamin, a ludicidade é um ingrediente importante para atração e posterior compreensão de histórias. Tal perspectiva oferece a possibilidade de compreender a história e sua produção pela forma como concebemos a infância, desnaturalizando-a e atribuindo-lhe identidade própria.

Em *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*, ele reflete de forma poética:

Da biblioteca da escola recebe-se um livro. Nas classes inferiores os livros são distribuídos. Vez ou outra apenas se ousa expressar um desejo. Frequentemente veem-se com inveja livros almejados caírem em outras mãos. Por fim, recebeu-se o seu. Durante uma semana o leitor esteve inteiramente entregue à agitação do texto, que, suave e secretamente, densa e ininterruptamente, envolveu-o como flocos de neve. Adentrou-se assim o interior do livro com ilimitada confiança. Silêncio do livro que atraía mais e mais. Cujo conteúdo não era assim tão importante. Pois a leitura ainda caiu naquela época em que se inventam na cama as próprias histórias. A criança vai rastejando esses caminhos semi-encobertos. Durante a leitura ela tapa os ouvidos; o seu livro fica sobre aquela mesa demasiado alta e uma mão está sempre sobre a página. Para criança, as aventuras do herói ainda são legíveis no torvelinho das letras como figura e mensagem na agitação dos flocos. Sua respiração paira sobre a atmosfera dos acontecimentos e todas as figuras bafejam-na. A criança mistura-se com os personagens de maneira muito mais íntima do que o adulto. É atingida pelo acontecimento e pelas palavras trocadas de maneira indizível, e quando a criança se levanta está inteiramente envolta pela neve que soprava da leitura. (BENJAMIN, 1984, p.104).

Benjamin assinala através do texto uma importante relação mágico-lúdica que uma criança pode estabelecer com o livro e a leitura que, via de regra, nos círculos acadêmicos de produção de história, assume uma dimensão pouco imaginativa, criativa ou atraente. Para o teórico alemão a criança se relaciona de forma muito mais íntima que um adulto com os personagens de sua leitura, chegando a misturar-se ou confundir-se eventualmente com os heróis de seu livro favorito.

Apesar de o foco analítico estar centrado em uma leitura infantil e suas experiências peculiares, Benjamin abre portas para percepções de públicos mais amplos, como o jovem por sua proximidade etária e apropriações de saberes metodologicamente afinados com o segmento estritamente infantil, assim como para o espectro geral da sociedade, tendo em vista a necessidade de expansão da linguagem lúdica, criativa e original na produção de história para o segmento não

acadêmico, que de acordo com De Groot (2016) vem consumindo história de diversas formas e através de diferente meios, principalmente os associados à ficção.

Por esse motivo é tão importante perceber a guerra a partir das relações sobrenaturais e fantásticas.

Pensar o Contestado é pensar um movimento que carrega uma fluidez no trânsito e na apropriação de alguns conceitos que são indispensáveis para compreensão do que ocorreu naquela região entre os anos de 1912 e 1916.

Até mesmo o termo “limite” que adquire relativo e efêmero protagonismo nos primórdios do enlace, talvez possa ser percebido não apenas como um caractere indelével para gênese ou mesmo manutenção de uma guerra material, na concepção historiográfica militar, mas também ponto obrigatório para articulação do movimento dentro de uma lógica simbólica associada ao caráter místico e mágico presente entre os sertanejos. Onde o imanente e o transcendental encontram-se intimamente ligados ou mesmo constituindo uma unicidade.

Por conta disso, uma reflexão acerca do Contestado deve extrapolar os limites impostos pelo litígio territorial e adentrar de forma profunda na igualmente tênue e por vezes inexistente linha que separava o sagrado e o profano para os sertanejos.

Partindo desses apontamentos Maria Isaura Queiroz buscou compreender o movimento e seu aspecto religioso, místico e sagrado a partir de uma lógica messiânica.

Apesar de tomar múltiplas raízes como parâmetros para articulação teórica proposta, como a busca de uma gênese judaica para o termo messianismo, e propor um engessamento conceitual do movimento, cabe destacar a proposição na qual a autora expõe que “O movimento (messiânico) estabelece uma segregação rigorosa dos fiéis em relação ao mundo profano, o que constitui garantia de sua continuidade e eficácia” (QUEIROZ, 1957).

Ao interpretar que o messianismo, e neste caso também o movimento do Contestado, segmenta intencionalmente seus adeptos a perceberem um mundo bipartido entre o sagrado e o profano, a autora defende que não se trata de um movimento autístico, enquanto uma fuga despropositada do real, mas ao contrário,

somente consegue se estruturar enquanto movimento vivo e dinâmico na medida em que percebe suas possibilidades e limites no plano imanente e busca a partir disso configurar diferentes formas de luta através da apropriação de elementos sobrenaturais.

A leitura de Pereira Queiroz advoga em prol da desconstrução da tese de fanatismo por parte dos sertanejos, já que propõe um enraizamento terreno do sentido do sagrado. Além disso, o argumento também pode ser acionado como forma de legitimar a dupla natureza dos objetos mágicos para os rebeldes. Fato que reforça a possibilidade do uso desses artefatos como método para compreensão da crença e talvez do movimento como um todo.

Já para o sociólogo Maurício Vinhas de Queiroz, o caráter messiânico do movimento se desenvolveu da seguinte forma:

(...) o movimento messiânico, como foi o que descrevemos no Contestado, é todo aquele em que um número maior ou menor de pessoa, em estado de grande exaltação emotiva, provocada pelas tensões sociais, se reúnem no culto a um indivíduo considerado portador de poderes sobrenaturais, e se mantêm reunidas na esperança mística de que serão salvas de uma catástrofe universal e (ou) ingressarão ainda em vida num mundo paradisíaco: a terra sem males, o reino dos céus, a cidade ideal. (VINHAZ DE QUEIROZ, 1966, p. 251)

O elemento catalisador do grupo inicialmente eram as tensões sociais, todavia o fervor emotivo desemboca, segundo Vinhas, no culto a figura de José Maria. A partir disso o conflito anteriormente de raiz eminentemente social e imanente se configura em uma guerra santa, onde os seus participantes orbitam em torno de um simbolismo religioso original criado a partir da experiência em vida do messias.

Todavia é preciso ter cuidado para não compreender a prática como um simples descolamento da realidade e a partir disso taxar os sertanejos de “fanáticos”, ignorantes e aculturados, equívoco cometido por uma linhagem historiográfica do movimento¹⁶, que infelizmente acabou em parte apropriada e divulgada por pesquisadores, professores e inserida em diversos ambientes que se propõem de aprendizagem como a *Wikipédia*.

¹⁶Linhagem originada notoriamente a partir dos trabalhos de Oswaldo Cabral e Aujor Ávila da Luz.

De acordo com Vinhaz de Queiroz, “O movimento (messiânico) estabelece uma segregação rigorosa dos fiéis em relação ao mundo profano, o que constitui garantia de sua continuidade e eficácia”. Sendo assim tal secção não configura o Contestado como um movimento autístico, ou seja, fechado nele mesmo, enquanto uma fuga despropositada do real, mas ao contrário, somente consegue se estruturar enquanto movimento vivo e dinâmico na medida em que percebe suas possibilidades e limites no plano imanente e busca a partir disso configurar diferentes formas de luta através da apropriação de elementos sobrenaturais.

É fundamental que a compreensão do messianismo no conflito se dê nesses termos dentro do ambiente escolar. Pois através desse prisma de análise é possível perceber os sertanejos enquanto sujeitos ativos de sua própria história, que não se limitavam a um grupo de analfabetos que se moldavam como massa acéfala ao sabor da primeira oração evocada pelo “subversivo” José Maria ou por seus pares. Figuras importantes na estruturação do movimento, mas que guardam distinções em suas práticas e características.

A tradição dos “monges” na região do meio oeste catarinense pode se configurar como uma portada entrada para se pensar o raio de ação das instituições sociais durante a Primeira República. Todavia, o fenômeno no Contestado também pode servir como modelo expositivo para compreensão de contextos religiosos semelhantes, além de desconstruir o mito historiográfico do isolacionismo dos sertanejos, pautado em alguma medida na relação de oposição entre o litoral x interior. Segundo Monteiro:

A figura típica do beato, peculiar ao catolicismo rústico do Nordeste, encontrava, nesta mesma época, seu correspondente meridional no monge, cuja atuação, sob vários aspectos, foi semelhante à dos congêneres do Nordeste. Não são apenas estes, entretanto, os pontos de contato. Também no sertão catarinense - ao que parece, em proporção maior - havia escassez de padres. (MONTEIRO, 2006, p. 80)

Apesar de o autor apontar uma ausência maior de padres na região catarinense, o fato não deve ser compreendido como uma desconexão completa entre a tradição dessas figuras “beatificadas” e uma estrutura católica oficial.

Em 1960, Oswaldo Cabral analisa o movimento por outro viés, buscando em certa medida esvaziar o papel da religiosidade enquanto elemento fundante do

conflito. Para o autor tratou-se de um conflito com bases primordialmente sociais. Segundo ele:

Embora persista ainda, com demasiada insistência, a premissa do fanatismo religioso, tendo até, recentemente, surgido trabalhos que a ele correlacionam a sublevação, querendo apontá-la como resultante de aberrações e da religiosidade do sertanejo e responsabilizá-las pelos crimes cometidos, entendemos que a tese é insustentável, desde que recuemos a observação, procurando identificar a procedência e origem dos fios que tramaram a bandeira da luta, da qual se tem olhado apenas para a cruz que estampava e não para o tecido de que foi feita. (CABRAL, 1960. p 6)

Cabral aponta como germe da agitação social, aos moldes críticos de uma análise do cangaço e o papel desempenhado por Lampião, a figura de José Maria. Sua agência maléfica e subvertera sob predispostos incultos, matutos e aculturados sertanejos teria os levado a reclamar sua precária condição de vida num movimento de banditismo social.

A articulação proposta, não apenas desloca o sentido do sagrado e do religioso da condição de protagonismo interpretativo como também destitui o próprio sertanejo que, segundo o autor, não possuía autonomia de pensamento ou compreensão da lógica que estruturava o movimento do qual inocentemente participava. Até mesmo a adoção do termo “fanáticos” para designar os seguidores de José Maria, apesar de demonstrar compreensão do papel da religiosidade no conflito, revela traços pejorativos na reflexão proposta na medida em que defende um catolicismo oficial e secularizado em detrimento da “crença rústica” e “perniciosa” implantada pelo monge nos quadros santos.

Além disso, Cabral utiliza a própria ascese católica para definir o que seria uma guerra santa, argumentando que mesmo a igreja romanizada não enxergava práticas heréticas no movimento, apesar de pontuar algumas falhas de conhecimento e outras técnicas ritualísticas vistas como primitivas e de pouca relevância, assinalando que em verdade o discurso do fanatismo enquanto perigo social só havia sido incorporado pelas forças oficiais a fim de legitimar sua luta por uma liberdade religiosa ameaçada juntamente com o regime republicano.

Segundo o autor:

Foi para defender uma liberdade de culto para o resto da Nação e para defender o regime – que afinal nunca estiveram ameaçados –

que se fez apelo às armas, quando a verdade era bem diversa, pois o que se fazia era agredir, sob o pretexto de uma prática religiosa que afinal era assegurada pela Constituição, um grupo de sertanejos que se avolumava dia a dia, levados a se unirem menos por um sentimento de exaltação mística do que por circunstâncias que foram lembradas e citadas mas nunca avaliadas na sua verdadeira extensão e tomadas na sua exa importância na gênese do movimento. (CABRAL, 1960. p 15)

Para Cabral o que ocorreu no Contestado foi um conflito com raízes eminentes sociais que apesar de se relacionar com o misticismo a religiosidade e o sentido de sagrado, só pode ser consumado por causas imanentes, especialmente a marginalização dos sertanejos enquanto um grupo de sujeitos não encaixados na organização social estabelecida. Sobre o contexto ele argumenta que:

A campanha do Contestado foi uma luta de marginais, desajustados, portanto uma luta de fundo eminentemente social, e que, por incompreendida no seu início, não teve o remédio imediato que teria evitado a sua continuação e os sacrifícios que determinou. (CABRAL, 1960. p 18)

Reforçando a importância do fator social em detrimento do religioso, Cabral afirma que diversos depoimentos de pessoas da região, confirmavam que a fé no monge e em sua santidade permaneciam intactas ainda no fim da década de 1950, fato interpretado como a manutenção dos fatores religiosos presentes no momento da eclosão do conflito, mas que de forma isolada não eram suficientes para um novo embate.

Apesar do movimento proposto por Cabral ser original na medida em que historiograficamente propunha uma nova concepção do movimento, é pouco plausível imaginarmos, invertendo a teoria sugerida, que somente os aspectos sociais e imanentes seriam o bastante para precipitar semelhante embate, visto que a condição de precariedade e penúria a qual os sertanejos estavam submetidos manteve-se semelhante por um longo período, talvez em alguma medida, até os dias de hoje, levando em consideração o fato da região possuir o menor índice de desenvolvimento humano em Santa Catarina. Sendo assim, talvez seja mais coerente pensarmos o movimento de forma mais complexa, onde diversos aspectos convergem para a gênese e manutenção do conflito.

Pensando um movimento multifacetado, que não discrimina primazia de fatores para compreensão do ocorrido, Douglas Teixeira Monteiro (1974) procurou

entender a construção de uma comunidade que viveu, organizou-se e lutou contra seus adversários dentro de um espaço e um tempo míticos.

O sociólogo assinala que existiu até o início da década de 1970 duas linhagens historiográficas que pensavam o movimento de forma restrita.

O primeiro viés interpretativo seria a compreensão dos sertanejos enquanto sujeitos limitados por sua condição biológica e geográfica. O clima, as condições da terra e a composição étnica do movimento seriam fatores que em conjunto teriam favorecido objetivamente o movimento, que possuía caráter religioso, mas que se pautava em relações concretas e reais. A partir de uma relação de reflexão sobre a cultura brasileira, abandonou-se as explicações naturais e abonou-se condições sociais, culturais e históricas como elementos indispensáveis para compreensão de um Brasil polarizado, entre um litoral europeizado, civilizado mas postiço, e o sertão autêntico, rústico mas pouco conhecido, elevado a partir dessa visão ao patamar de ambiente misterioso, místico e mágico.

Para o autor, o movimento primava por uma co-extensão mútua entre o sagrado e o profano, entre o céu e a terra. De forma que o equilíbrio do grupo estava sempre atrelado ao balanceamento desses dois elementos indispensáveis para crença dos sertanejos.

A fragilidade da estruturação e organização da luta em termos práticos e objetivos era compensada com a exacerbação nas crenças escatológicas e messiânicas. Os obstáculos do mundo imanente eram subjugados pela crença transcendental. Simultaneamente, conforme a possibilidade de êxito terreno do conflito ia diminuindo, maior a necessidade de uma rigidez na crença sobrenatural da luta, fato perceptível na construção da crença acerca de José Maria.

A fé no monge não se restringiu ao aspecto terreno. Acreditar em São José Maria, assim nomeado entre os sertanejos após sua morte em 1912, simbolizava uma crença mística enraizada na realidade, um homem-deus, que teria sido construído justamente nas brechas do catolicismo oficial e de um “*deus otiosus*”, que apesar de criador, não se encontrava, como o monge santificado, envolvido na operação do mundo real e de seu cotidiano.

O auto-sacrifício profetizado pelo próprio monge assinalou uma ligação direta

entre o mundo sagrado e o profano, na medida em que a vítima se transformou em um elo entre os dois mundos. O monge adquiriu sua plena condição de sagrado após sua morte. De acordo o sociólogo: “Seja como for, uma coisa é certa. Após o combate do Irani, ocorre um desenlace, uma quebra da barreira entre o sagrado e o profano expressa pela passagem do *santo compadrio* para a *santa irmandade*”. (MONTEIRO, 1974.p 156). Ou seja, como uma espécie de paixão de cristo, todos que tomaram parte no sacrifício adquiriram caráter sagrado. Dessa forma, o compadrio terreno e imanente deu lugar para a santa irmandade, através principalmente de uma mudança no status dos participantes da confraria e das práticas adotadas posteriormente a fim de conjugar tal condição na ordenação do movimento. Segundo Monteiro havia uma inversão da lógica estruturante do grupo. Para ele:

(...) a convivência cotidiana com o sobrenatural não é apenas o reflexo de uma das características gerais do universo social rústico. Em certo sentido, pode-se dizer que, se antes o mundo mágico-religioso rústico constituía a atmosfera que circundava as atividades profanas, na irmandade, ocorreu o inverso – o centro da vida social passa a ser marcado pela religiosidade e as atividades profanas adquirem sentido em sua função. Em outras palavras, na coextensão sagrado-profano a tônica desloca-se para o primeiro termo. Pode-se falar em uma quase imanência do sagrado, marcado não somente pela rotina diária das devoções religiosas, pela abertura da comunidade com relação ao sobrenatural, mas de modo especial, pelo caráter concreto assumido pela espera. (MONTEIRO, 1974. p 139)

A inversão proposta assinala uma relação de predominância do sagrado sobre o profano, cujas práticas e funções só adquirem importância a partir da ótica do sacralizado na comunidade. Todavia, a coexistência entre o imanente e o transcendente e sua fusão constante, abriria as portas para um novo reino, renovado e criado dentro da ascese sertaneja. Para o autor:

Um outro aspecto a ser considerado com referência às crenças escatológicas, é que a realização do *reino* não era vista como um evento extraterreno, mas com a instauração de uma ordem nova, em um espaço desta terra, ainda que transfigurado. Nenhuma indicação ocorre no sentido de que os fiéis seriam arrebatados coletivamente. Ao contrário, esperava-se que o céu descesse até a terra, que o vale de Santa Maria e os terrenos sagrados de Taquaruçu dessem os frutos de sua sementeira e que, à semelhança dos monges todos os que tinham passado para o Exército Encantado regressassem com os anjos e São Sebastião. O *reino* não seria nem deste mundo, nem de um outro mundo, mas neste mundo renovado. (MONTEIRO, 1974. p 138)

O surgimento desse novo reino dentro de um mundo renovado iria satisfazer os sertanejos tendo em vista sua necessidade premente de manter-se em contato objetivo com uma sociedade da qual são excluídos e marginalizados ou incluídos apenas através da lógica da dominação e submissão. O desligamento social provocado pelo fenômeno messiânico não deve levar a comunidade a uma revolta alienada, mas a construção de um mundo reelaborado onde os preceitos terrenos sofrem uma apropriação autônoma através da lente do sobrenatural, levando o grupo a criação de uma nova religião. Tal teoria foi defendida pelo sociólogo Maurício Vinhas de Queiroz em sua obra *Messianismo e Conflito Social* de 1966, onde argumenta que a crença dos sertanejos não poderia ser encarada enquanto um catolicismo rústico, tampouco oficial e romanizado.

4.2 OS MONGES

A lógica messiânica estabelecida para o movimento, a interpretação é exterior aos sertanejos, aponta para as figuras sacralizadas dos "monges" que passaram pela região. Sem eles, talvez o conflito não adentrasse o campo do fantástico, limitando os revoltosos a uma querela imanente em busca de emancipação social e melhoria de vida. Modificando inclusive seu termo comparativo. Em vez de Canudos, o movimento poderia ser identificado como uma forma de cangaço. Além de impossibilitar a produção de um material didático nos moldes do *e-book* proposto. Sendo assim, é indispensável pensar o papel desses homens que andaram pela região, de que forma foram convertidos em indivíduos sacralizados ou mesmo santificados pelos sertanejos e como esse processo é influenciado e influencia a caracterização religiosa do movimento.

Segundo o historiador Alexandre Karsburg, a tradição religiosa centrada na figura de João Maria de Agostini, primeiro monge registrado pela história a passar pela região, inaugura a crença que se ampliaria para outros dois andarilhos que transitaram pela região sul e sudeste do país.

Em todo o planalto meridional do Brasil a tradição religiosa de "São João Maria" é muito presente, crença viva e em constante transformação. Fontes d'água, grutas, cavernas, lapas, cruzeiros, capelinhas e imagens do santo estão espalhados de São Paulo ao Rio Grande do Sul, principalmente no interior do Paraná e Santa Catarina mostrando a todos a força desta devoção que remonta a um monge andarilho tornado santo pelo povo em

meados do século XIX. Ao longo das décadas, outros sujeitos se fizeram passar ou foram confundidos com o eremita João Maria de Agostini, o primeiro da série de monges andarilhos que palmilharam o sul do Brasil. Envolto pelas brumas do passado e “sufocados” pela tradição popular, os indivíduos denominados monges foram estudados como se fossem seres incorpóreos que podiam aparecer e desaparecer a qualquer momento. (KARSBURG, 2016. p 105)

A parte final do texto sugere a forma como esses indivíduos eram vistos por uma parcela da população da região. Para além do aspecto carnal, transcendiam as leis da física através do uso de poderes sobrenaturais. Capacidades possivelmente associadas ao processo de sacralização e santificação pelo qual passaram os monges. Uma segmentação dessa estrutura de crença se evidencia no processo de mutação dos objetos, a princípio comuns e cotidianos como o facão, em armas bentas com poderes mágicos. Os monges contribuíam para produção, ao mesmo tempo que eram produto dessa estrutura ascética.

De acordo com Karsburg (2016) o primeiro a passar pela região, João Maria de Agostini foi descrito por testemunhas e imprensa da época como um monge italiano de "longa barba nevada" que se estendia até o peito. Aparentava 50 anos em 1848 e vestia-se de maneira simples com sapatos rústicos. Notório devoto de Santo Antônio, o monge teria declarado em audiência com o presidente da província do Rio Grande do Sul que era natural da cidade de Roma e "peregrinava cumprindo uma promessa feita a Santa Mãe de Deus". Somente em território brasileiro, de acordo com pesquisadores, Agostini teria percorrido uma extensão de terra que ia de Sorocaba, no interior de São Paulo, até Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Sua presença se caracterizava geralmente pela instituição do culto a Santo Antônio e pelas fontes de água que o monge fazia abrir nos locais que posteriormente se afamavam como "águas santas".

Apesar da historiografia reconhecer além de Agostini, ao menos outros dois monges que teriam passado pela região em tempos distintos e com características particulares, Karsburg relata que para os devotos só havia um, "São João Maria".

Após a obra de Cabral (1960) continuaram os estudos a respeito do personagem Monge João Maria, mas abordando-o pela perspectiva popular, sobretudo a partir dos que estiveram envolvidos na Guerra do Contestado ou de seus descendentes. Produziu-se número significativo de fontes orais, atestando que para o devoto só existiu um monge: "São João Maria". Desse modo, qualquer tentativa de empreender uma análise em separado dos tais monges se tornou inibidora, pois a tradição oral não fazia distinção entre

eles.(KARSBURG, 2016. p 110)

É possível percebermos um processo de santificação de João Maria. Nesse percurso, a memória popular teria personificado em Agostini a tradição religiosa e a fidelidade aos monges. Dessa forma, o primeiro monge representaria a fé e crença nos demais. Fato possível a partir da expansão do culto a sua imagem que eventualmente teria gerado uma horda de novos "monges" que reclamavam parentesco ou mesmo a herança simbólica do italiano. É o triunfo do nome de "João Maria" como o "santo eremita".

Em seu livro publicado em 1960, Oswaldo Cabral apresentou entrevistas feitas com antigos moradores do interior de Santa Catarina que haviam encontrado o monge. Os relatos sugerem sujeitos fisicamente distintos, indicando que haviam alguns "monges" transitando na região. Vejamos as descrições:

Conheci o monge em 1893 [...] ele era um homem de fisionomia bonita, estatura média, enxuto de carnes. Tinha os cabelos castanhos, que não eram ainda grisalhos. Usava alpercatas e os seus pés pareciam de moça (D. Maria Cordeiro Pacheco, moradora de Três Barras, SC. A mesma entrevistada afirmou que as fotografias que do Monge correm, não são dele) (CABRAL, 1960, p. 166-167).

O monge [...] tinha a barba branca. [...] Tinha os olhos castanhos amarelados, supercílios grandes e cerrados, cabelos compridos, sendo de meia altura. As suas feições eram as de um alemão ou italiano (D. Ana Maria de Quadros conheceu o monge em 1905 ou 1906, em Chapéu do Sol, no Paraná, às margens do Rio Iguaçu) (CABRAL, 1960, p. 167-8).

É um ancião de estatura regular, alourado, tendo sotaque espanhol (Cleto da Silva narrando a passagem do monge por União da Vitória em 1896) (CABRAL, 1960, p. 150).

Era um homem de seus cinquenta a sessenta anos, de estatura média, vestido pobre, mas descentemente (Frei Rogério Neuhaus, do encontro que teve com o monge em Capão Alto, SC, em 1897) (CABRAL, 1960, p. 152).

Meio de estatura [...], cachimbo pendente da boca irônica, olhos claros e vivos, encravados em órbitas fundas, nariz fortemente adunco, cavanhaque fino, longos cabelos crespos, orelhas atochadas de cabelos, dava ao conjunto a impressão de um tipo judaico... (Cel. Caetano Costa, morador da Lapa, PR, diz ter visto o monge em 1895) (CABRAL, 1960, p. 157).

Um caboclo de barba cerrada, grisalha e curta, baixo de estatura [...] vi que tinha a mão grossa de trabalhador, não percebi a falta de um dedo. Pensei comigo: este homem não pode ser brasileiro, antes espanhol ou italiano. Não podia ter 60 anos (Frei Oswaldo Schlenger diz ter encontrado este monge em 1901, nas proximidades de Canoinhas) (CABRAL, 1960, p. 158).

Mais do que um corpo o monge era uma ideia difusa pela região. A construção de um personagem no imaginário social de parte da população sertaneja. Essa representação é emblemática porque eleva a crença do movimento a um novo patamar. O transcendente, o sobrenatural, o mágico e o místico agora não se restringem ao conteúdo da crença ou seja a tradição dos monges, mas ampliam-se para forma de se acreditar. Colocando em outras palavras, além de crer no poder sobrenatural do monge, é possível perceber uma transcendência do próprio ato de acreditar no monge, metodologicamente, formando uma possível dupla sacralidade.

Outra forma de compreender a dificuldade de definir e historicizar os sujeitos que "incorporaram" a persona monge se dá pela necessidade de manutenção do santificado enquanto aquele que não pode ser apreendido pelo terreno. Tal característica é fundamental na constituição de mitologias, lendas, cosmogonias e deificações. O elemento deificado se organiza em outro tempo e outro espaço, o não humano. Logo, a incorporação dessa impossibilidade se materializa no discurso daqueles imbuídos e imbricados no processo.

O segundo monge historicizado atendia pelo nome de João Maria de Jesus. Possivelmente, na esteira de seu antecessor ele adotou o mesmo nome como forma de se associar a Agostini.

Segundo consta, o monge tinha fama de pregador e bom conhecimento de ervas medicinais. Além disso, foi contemporâneo da Revolução Federalista e ostentaria o rótulo de monarquista. De acordo com a historiografia, teria passado pela região nas duas últimas décadas do século XIX.

Apesar de adotar o nome de João Maria, o Coronel Pinto Soares, sem citar a origem da informação, disse se chamar Anastás Marcaf, de nacionalidade francesa (CABRAL, 1960, p. 159).

O registro do personagem teria sido feito por um médico que o conheceu. De acordo com ele:

O monge é um tipo especial que convém ser conhecido. Caminha só por estes sertões, nada conduz, nada pede. Se chega a uma casa, dão-lhe de comer, ele só aceita o que é mais frugal e em pequena quantidade; não dorme dentro das casas a não ser nas noites de chuva torrencial. Conversa com os moradores sem ostentação, sem impostura, sua conversa é calma, como quem fala para si só, porém todos o ouvem, todos lhe obedecem; sua

figura é humilde porém todos o respeitam e estimam. Nunca diz para onde vai, nem quando. Anoitece e não amanhece; raramente, porém, passa por um lugar mais de uma vez. (KARSBURG, 2016. p 115)

O tom romanceado da descrição sugere certa admiração por parte do médico. Mesma sensação que este julga que o peregrino desperta nos demais. Entretanto o relato também indica que o respeito angariado junto a população tem origem na postura de rejeição aos valores mundanos adotada pelo andarilho. Comportamento semelhante aos monges da idade média, que devotavam suas ações ao divino, ignorando as questões terrenas, especialmente as mais superficiais. Tais medidas aproximavam o monge de um ideal de sagrado na medida que apontava suas ações para o plano do sobrenatural.

O desaparecimento de João Maria de Jesus está envolto em grande mistério e incertezas. Autores indicam diversos lugares e tempos diferentes para o paradeiro do andarilho. Cabral sugere que ele teria sumido no morro "encantado" do Taió.

O paradeiro dos monges também se constituía em um momento de expressão de sua sobrenaturalidade. A forma duvidosa e turva como deixavam as regiões, reforçava no imaginário sertanejo uma pretensa capacidade de desmaterialização. Característica geralmente associada na fé dos rebeldes aos santos, bentos e sagrados. Curiosamente, dos três monges, José Maria, o último deles é o único a ter seu fim notório e marcado na história. Fato que também não invalidou a possibilidade de sua sacralização.

Segundo Vinhaz de Queiroz (1966) o terceiro monge, na verdade fora um militar, ou mesmo teria participado do regimento policial do estado do Paraná. Seu nome seria Miguel Lucena de Boaventura. Seu primeiro registro em território catarinense data do ano de 1912, na cidade de Campos Novos, onde ganhava fama como curandeiro. A adoção do nome José Maria, estima-se que surgiu como forma de associar-se ao culto de João Maria na região.

Segundo Ezequiel Antunes (1918), o andarilho dizia-se irmão de João Maria e justificava sua presença na região indicando que estava ali para continuar sua obra. Apesar da semelhança reivindicada, havia uma diferença importante entre José Maria e seus antecessores, a forma como lidavam com seus seguidores.

Ao contrário dos monges anteriores, José Maria fazia gosto na reunião de

pessoas no seu entorno. A porta de entrada para a formação de um grupo de fiéis ao peregrino foram as práticas de cura.

Para além da escassez de médicos que havia na região, a forma como os sertanejos encaravam as doenças e conseqüentemente seus tratamentos levava grande parte da população a buscar remédio em práticas como benzeduras ou em ervas medicinais. Essa característica elucida em parte a organização espiritual dos rebeldes que compuseram o movimento.

O que havia eram opções de cura e uma delas gozava de popularidade junto ao povo da região. Crer na cura através de um ritual de benzedura ou de curandeirismo, é crer em alguma medida que as doenças não afligiam apenas o corpo em seu aspecto material, mas se relacionavam antes de tudo com a alma, com o transcendente. Sendo assim, o responsável pelo processo deveria igualmente possuir certos predicados e habilidades ligados ao sobrenatural. Não à toa, dois dos três monges históricos que passaram pela região, notoriamente são descritos como curandeiros. Era a ponte estabelecida entre os monges e a população, entre o corpo e alma, entre o imanente e o transcendente, entre o sagrado e o profano.

Não coincidentemente, após a morte de José Maria na Batalha do Irani, primeiro embate oficial do conflito no ano de 1912, o monge não teria sido enterrado "a sete palmos do chão" pois acreditava-se que José Maria iria ressuscitar a qualquer momento devido a suas capacidades extraterrenas previamente expressas nas práticas de cura. Nem a morte estabelecia um limite concreto entre o terreno e o sobrenatural. A fluidez entre os planos sugere quase uma fusão entre eles. Evidenciando que talvez a questão fronteiriça realmente foi extremamente importante para compreensão do que ocorreu no Contestado, entretanto é pouco provável que estejamos falando de geografia.

A partir dos apontamentos sobre a crença sertaneja, uma questão fica evidente, os processos de sacralização tem suas raízes na religião, mas notoriamente extrapolavam a seara da espiritualidade e ampliava-se para outros aspectos da vida do grupo. Destacar a forma como os sertanejos construíram uma tradição de crença nos monges que passaram pela região não é apenas uma maneira de exemplificar um desses processos de sacralização, mas uma porta de entrada para perceber o quanto esse conceito, juntamente com o sobrenatural, o

encantado e o mágico são indissociáveis de qualquer tentativa de compreensão do movimento.

Não apenas andarilhos e peregrinos eram sacralizados. O livro contendo a história de Carlos Magno e os Doze Pares de França em certa medida foi sacralizado, fontes de água eram sacralizadas, virgens foram sacralizadas, objetos foram sacralizados, a bala de uma *Smith and Wesson*¹⁷ poderia ser sacralizada. Para além de estabelecer um juízo de valor ou definir como fanatismo, é possível compreender a crença sertaneja como um modo de vida onde a fé não obedecia a segmentações. Ela se fazia presente na maior parte do tempo. Essa condição é possivelmente a maior particularidade do movimento e por consequência sua maior atração. Especialmente para elaboração de um produto didático que visa alcançar o maior público possível a fim de visibilizar e popularizar o conflito. Com um pouco de ousadia, levando em consideração o público jovem e escolar como alvo, bem como a população em geral, inclusive aqueles que não tem interesse pela escrita tradicional da história, podemos imaginar que adotar a temática religiosa e da fé sertaneja para publicizar o conflito quase se autojustifica. Caso contrário, qual outra temática caracteriza melhor o movimento ao mesmo tempo que se converte em uma possibilidade de atração tão criativa, lúdica, imaginativa e original?

¹⁷ Revólver de fabricação estadunidense muito utilizado pelos sertanejos.

CONCLUSÃO

Neste último capítulo proponho uma revisão e uma pequena síntese dos processos que constituíram a dissertação e o produto didático. Pretendo pontuar os principais métodos utilizados e as implicações do uso do recorte temático escolhido para produção histórica e suas possibilidades de inserir-se na historiografia sobre o movimento e somar-se aos demais trabalhos desenvolvidos a partir da nova historiografia sobre o Contestado.

A elaboração do produto e por conseguinte de seu parte escrita, partiram de um descompasso entre alguns pontos relativos a popularização da Guerra do Contestado. Desacertos especialmente relacionados à produção acadêmica sobre o conflito e sua transição para o ambiente escolar, a produção de materiais didáticos e a formação de docentes, os métodos utilizados pela história e suas produções para alcançar os estudantes e o público mais amplo e a necessidade de reforçar aspectos historiográficos em prol de uma história diversa e multifacetada em oposição a um ideal de história única.

Para este fim, foi elaborado um produto baseado na relação entre a cultura material e a religiosidade dos sertanejos. De forma mais específica, um *e-book* que propôs um caminho para publicizar e gerar uma compreensão do movimento através da exposição e contextualização de objetos e artefatos de uso cotidiano dos caboclos, que a partir de uma relação de sacralização se transformavam em armas com poderes extraordinários e sobrenaturais.

Além disso, o produto foi concebido afinado com as metodologias da história pública e para consumo e aliado a uma base estética inspirada no “Livro dos Artefatos Mágicos” da saga de *Harry Potter*. A publicação com caráter de entretenimento, apesar de longe de utilizar a metodologia dos processos e pesquisas da história, serviu para concepção da ideia para o *e-book* a partir da relação entre os objetos da saga e o universo mágico do bruxo. Relação que se assemelhou à proposta do produto didático com o diferencial do processo histórico presente na obra sobre o Contestado.

O processo de elaboração do *e-book* utilizou-se da historiografia sobre o movimento, além de fontes como os relatos militares que descreviam as crenças e

práticas sertanejas. Cabe destacar que a escassez de fontes sobre os objetos converteu-se em um dos grandes obstáculos para elaboração do produto, tendo em vista a impossibilidade de uma variação de narrativas sobre a cultura material dos sertanejos. Fato que eventualmente pode ter gerado certo maniqueísmo no enredo da obra.

Partindo dessas premissas, é possível imaginar que o produto se converta numa boa ferramenta para a ampliação do conhecimento sobre o Contestado. Especialmente pelo alcance de alguns objetivos importantes propostos na fase inicial de sua concepção. Entre eles sua parte estética, dinâmica linguística e conteúdo afinado com a nova historiografia sobre o conflito.

No que tange a parte visual, em especial através das ilustrações originais o produto pôde conceber aspectos até então inéditos dos objetos mágicos que, inicialmente estavam restritos apenas ao plano imaginativo. A partir dessa iconografia a obra ganhou em criatividade, ludicidade e fantasia, gerando maior atração ao produto e abrindo a possibilidade de problematização do movimento a partir dessas imagens.

Na parte da linguagem, mesmo com os percalços de adaptação linguística ao público alvo original apontados no primeiro capítulo, ainda assim a obra primou por um vocabulário acessível ao mesmo tempo que utilizou-se de um linguajar dinâmico e fluido com o objetivo de alcançar um público amplo e pouco afeito a conceitos do universo acadêmico.

Além desses dois aspectos o diálogo constante com a historiografia atual sobre o movimento foi fundamental para construir um produto afinado com o que há de mais recente com relação as pesquisas históricas. Ademais são essas perspectivas que ampliam o debate sobre diversos aspectos do conflito e buscam visibilizar o movimento, retirando-lhe da condição de história regional e o inserindo no circuito da historiografia nacional.

Caso os objetivos propostos tenham sido alcançados de forma eficiente, a obra soma-se a um esforço coletivo de construção de uma memória do Contestado que eleva o grupo a condição de sujeitos de sua própria história onde não seriam subalternizados ou marginalizados em oposição de uma história oficial e nacional.

Como é sugerido no *e-book*, trata-se de uma defesa do sertanejo.

Ainda que resguardando os métodos da história e os processos de pesquisa, não é possível ocultar o fato que o produto não visa popularizar a temática como um objetivo em si mesmo. Arte pela arte. Especialmente no contexto atual onde a função do historiador vem sendo constantemente atacada por grupos que, além de outras coisas, lutam pela possibilidade de controle das narrativas e rumos da história.

Sendo assim, o produto também ambicionou advogar em prol da luta sertaneja travada até os dias de hoje através de conceitos como, memória, identidade, representatividade e demandas sociais. Entretanto destaco a necessidade de que outros trabalhos sejam produzidos a fim de dar conta da popularização da guerra. Pesquisas que aprofundem as relações entre o movimento e a cultura material, que de forma geral são poucas ou não preconizam a relação; ou mesmo a possibilidade de trabalhar outras temáticas sobre o conflito a partir de metodologias lúdicas e imaginativas no campo da história pública e para consumo. O produto aqui dissertado é apenas uma contribuição, uma picada aberta à facção com muita dificuldade. Que evidentemente deixou alguns clarões, mas também muitos trechos de mata fechada.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. 2012. (18m49s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>> Acessado em: 28 de junho de 2020

ANTUNES, Ezequiel. **O Contestado entre Paraná e Santa Catarina**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1918

ASSIS, Arthur Alfaix. A didática da história de J. G. Droysen: constituição e atualidade. **Revista Tempo**. 2014 vol. 20.

ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira d'. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

BENJAMIN, Walter. (1984). **Reflexões**: A criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus. (Original publicado em 1974).

_____. (1985). **Obras escolhidas I**: Magia e técnica, arte e política (S. P. Rouanet, Trad.) São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1974).

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: Uma Discussão Conceitual. Dados. 1997, vol.40, n.2.

CABRAL, Oswaldo R. **João Maria**: interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

CARVALHO, Tarcísio Motta de . **"Nós não tem direito"** - Costume e direito à terra no Contestado. In: ESPIG, Marcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. (Org.). A Guerra Santa Revisitada - novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p. 33-7.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e Dominação**. Editora UFS, 1987.

DE GROOT, Jerome. **Consuming History**: Historians and Heritage in Contemporary Popular Culture. 2.Ed. Londres: Routledge, 2016.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões . São Paulo:

Martins Fontes, 1992.

ESPIG, M. J. **As orações no movimento do contestado**: uma prática cultural. In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. (Org.). *A Guerra Santa Revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p.93 -118.

_____. Os Doze Pares de França no Movimento do Contestado. **Revista História Catarina**, Lages, p. 47 - 56, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Quais as afinidades entre um mestrado profissional em ensino de história e a história publica?**. In: MAUD, Ana maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane trindade. (Org.). *Que história publica queremos?*. 1ed.são paulo: letra e Voz, 2018, vol. 1, p. 49-59.

GASKELL, Ivan. **"History of Things,"** In: Marek Tamm and Peter Burke (Hg.), *Debating New Approaches in History*. Bloomsbury, 2019, 217-232, 239-246.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror**: quatro ensaios de iconografia política . São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KAISER, Jakzam. **Guerra do Contestado**: a revolta dos caboclos no sertão catarinense. 2. Edição. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira . Em busca dos monges históricos: fonte e historiografia. **Domínios da Imagem**, vol. 12, p. 105-120, 2016.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista**. Curitiba, p. 131-150, 2006.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um Estudo Sobre as Origens Sociais e a Formação Política das Lideranças Sertanejas do Contestado**, 1912 - 1916. (Tese de doutorado) Campinas: Unicamp/História, 2001.

_____. O Contestado na sala de aula. **Cadernos do CEOM**. vol. 30, p. 73-80, 2017.

MAGALHÃES, Gustavo Celso de ; HERMETO, Miriam . **História**: ensino fundamental II, livro 1 - 9o. ano/8a. série. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Educacional,

2014. v. 4.

MARCIAL, Criveláro [Pseudônimo de Dermeval Peixoto]. **A Campanha do Contestado**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1920.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado**. In: HGCB, tomo III, vol. 9. São Paulo: Difel, 2006, 2a.ed.

_____. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MUNHOZ, Nicollas. **Relato sobre as ilustrações do e-book**. [Entrevista concedida a] Felipe Augusto Werner dos Reis. Florianópolis, 2020.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. (1957), *La guerre sainte au Brésil: le mouvement messianique du Contestado*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado : 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, ROGERIO ROSA. **Nas águas do esquecimento**. O movimento do Contestado e o dever de memória. In: PRIORI, Angelo; GRUNER, Clóvis Mendes. (Org.). *Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim*. 1ed. Curitiba: Editora ANPUH/PR, 2016, v. 1, p. 29-53.

ROWLING, J.K. **O discurso de J. K Rowling em Harvard legendado..** 2008. (20m59s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=hFJ603lvatw>> Acessado em: 28 de junho de 2020.

ANEXO - EBOOK As Relíquias do Contestado



APRESENTAÇÃO

Esta obra foi idealizada e desenvolvida no PROFHISTÓRIA, programa de mestrado profissional em ensino de História, ofertado pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

Todas as ilustrações originalmente criadas para este *ebook* são de autoria do artista Nicollas Munhoz.



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1: ARSENAL	5
A Espada Elétrica	6
Objetos extras	12
CAPÍTULO 2: AMULETOS DE PROTEÇÃO	13
Os patuás	14
As orações	17
CAPÍTULO 3: RELÍQUIAS	21
As bandeiras	22
Objetos extras	27
UMA DEFESA DO ENCANTAMENTO E DOS SERTANEJOS	28
PARA SABER E CRER MAIS.....	29

INTRODUÇÃO (AO FANTÁSTICO)

Em 1915, antes de atear fogo em Santa Maria, os militares do exército brasileiro, sententos por glórias da cansativa empreitada contra os sertanejos, vasculharam todos os casebres de madeira do recém dominado lugarejo em busca de recompensas para si ou para as tropas. O saldo foi proveitoso, encontraram armas, munição, bandeiras, vestidos e até mesmo animais com os quais fizeram um grande banquete. Entretanto, um dos soldados que passeava pelo interior das casinhas deparou-se com um objeto estranho e diferente de tudo que havia visto. Sobre uma mesa bastante precária, encontrou um enorme vidro com um grande bocal branco. No seu interior, havia um pequeno caixão perfeitamente trabalhado em madeira. Ao seu lado, compondo o cenário em miniatura, quatro pequenas velas brancas também de madeira, uma caveira microscópica esculpida nos mínimos detalhes, além de uma cruz e uma pá.

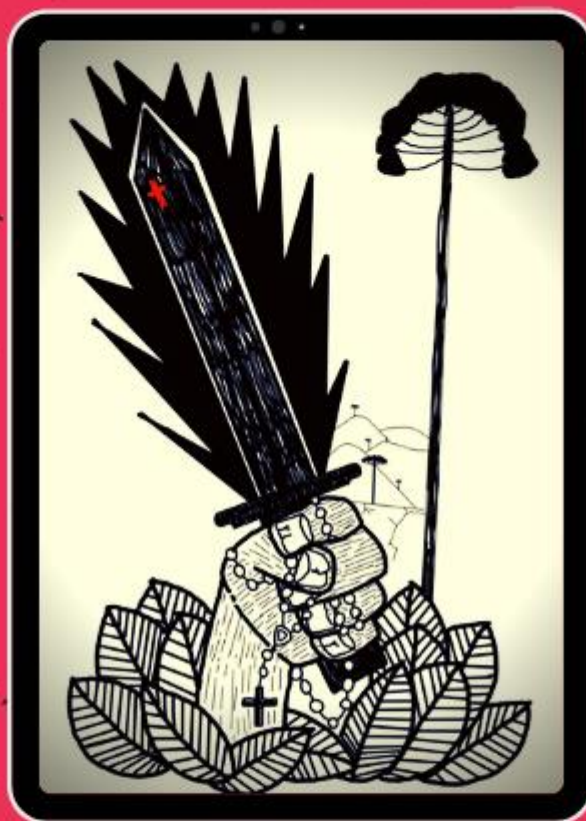
De acordo com o segundo-tenente do exército, Demerval Peixoto, que acompanhava toda ação, o artefato assombrou os militares pela perfeição dos objetos produzidos. Entretanto, na visão dos soldados, tudo aquilo não passava de uma "tola e inofensiva feitiçaria" feita por inimigos supersticiosos. Para eles, a luta se travava no campo de batalha contra inimigos de carne e osso. Crença que, em parte, era compartilhada pelos sertanejos, os quais, igualmente, lutavam contra o inimigo em um campo de batalha; mas, claramente, usavam outros métodos e outras armas.



CAPÍTULO 1

ARSENAL

A ESPADA ELÉTRICA



*"Quando brandida contra o
inimigo, era leve como a pena de
um passarinho"*

Ezequiel Antunes

A crença sertaneja

A religiosidade cabocla era fantástica. Uma crença poderosa marcada pela união de elementos de raízes africanas, indígenas e cristãs. Fé que nascia da busca por um equilíbrio entre a dura realidade do trabalho exaustivo e da exploração cotidiana com uma inabalável esperança em um novo tempo de igualdade e justiça social.

A organização dessa forma de religião resultou em uma tradição cheia de magia e misticismo nas terras do planalto catarinense, cujo ponto central foi a crença em viajantes e peregrinos, que por suas práticas de cura e pregações, acabaram adquirindo a fama de "monges".

Há quem diga que foram vários os "beatos" que passaram pela região, entretanto, três deles ficaram marcados na história e na memória do povo sertanejo.

Os dois primeiros atendiam pelo mesmo nome, João Maria. A diferença estava no complemento: um era de Agostinho, o outro de Jesus. Já o terceiro se apresentava ao povo como José Maria. Diferente no nome e no relacionamento com seus seguidores, mas tal como os anteriores, conhecedor de ervas medicinais, leitor da bíblia e pregador eficiente, o último dos "monges" foi o responsável por criar as bases do que viria a se transformar em uma santa irmandade cabocla. Dar forma e estrutura. Em suas pregações, anunciava que uma guerra estava por vir, assim como ordenava a construção de cidades santas e demais medidas preparatórias para o combate. Dentre as providências tomadas, uma merece destaque: a criação de uma guarda ritual conhecida como Os Doze Pares de Frañça.



O rei lendário:

Produzida na Europa medieval, a história de Carlos Magno e os Doze Pares de França reuniu em 157 capítulos algumas versões sobre o período em que Magno foi Imperador do Ocidente, por volta dos séculos VIII e IX. O texto se difundiu na América Portuguesa e Espanhola a partir da influência ibérica e, no Brasil, a expansão se deu, sobretudo, a partir de uma tradução romanceada de origem casatelhana.

Inspirados pela história medieval do rei católico Carlos Magno e seus fiéis protetores, os sertanejos criaram uma espécie de adaptação dos Pares de França para o sertão. O grupo do Contestado era composto por um número variado de homens, que com o desenvolvimento da guerra tiveram diversas funções, não somente a luta. Os cavaleiros originais, de acordo com as narrativas, possuíam poderes sobrenaturais. Suas espadas, assim como os facões para os sertanejos, eram mágicas e carregavam consigo a força de sua fé. Os caboclos, fascinados pela leitura do livro que era feita em voz alta na cidade santa de Taquaruçu, enxergavam nas proezas da vitoriosa monarquia religiosa de Magno uma representação fabulosa de sua própria guerra contra a tirania dos coronéis. Um relato muito próximo, em que o sobrenatural se unia à realidade e o poder da fé mobilizava homens e mulheres em defesa de sua terra e suas crenças.

Como o próprio monge alertava, os obstáculos da guerra iam além do mundo terreno e era indispensável que os sertanejos também estivessem preparados para lutar nessa frente de batalha, especialmente os Pares de França, tendo em vista sua grande responsabilidade e representatividade perante os seguidores de José e João Maria.

Curiosamente, para cumprir sua missão, a elite guerreira, geralmente, optava pelo uso do facão como principal arma de combate. Objeto leve e de rápido manuseio, que nas mãos daqueles homens se transformavam em verdadeiras espadas medievais a serviço do glorioso exército encantado que tinha à frente São Sebastião, São Jorge, São João e São José Maria.



Do facão à Espada Elétrica

Ser picado a facão era um dos grandes medos que assombravam os soldados responsáveis pela repressão ao movimento. Inúmeros são os relatos de militares que dão conta da prática. Até mesmo o afamado chefe da polícia do Paraná, Coronel João Gualberto, teria encontrado seu fim na ponta do afiado instrumento em 1912.

Todavia, a importância e a familiaridade com o facão estava associada, antes de tudo, ao seu uso indispensável nas roças e no corte da erva-mate, principal atividade econômica da região fronteiriça entre Santa Catarina e Paraná, em que grande parte da população cabocla tirava seu sustento.

Além disso, o talento ancestral para manusear o instrumento foi, em grande parte, imposto pela natureza braçal do trabalho sertanejo, que a partir do início dos conflitos amplia seu uso e transforma o antes objeto de ofício em uma arma importante, juntamente como revólveres e espingardas, na luta contra o exército.



Dois sertanejos posam com facões de madeira para as lentes do fotógrafo sueco Claro Jansson na década de 1910. A brincadeira com o objeto fazia parte da cultura e tradição dos caboclos da região.

A transformação

A mística que envolvia a transformação do facão na temível Espada Elétrica demonstra, com perfeição, o funcionamento da religiosidade nas cidades santas. A mescla de símbolos e rituais de origens e crenças distintas, fato mal visto pela elite da região, além do resto dos poderes oficiais, que insistiam em desqualificar as práticas e crenças espirituais dos sertanejos, qualificando o grupo como "fanáticos". No entanto, podemos dizer que eles eram rituais mais criativos e adaptados à realidade e cultura local para os caboclos. Fato que fica evidente no processo de conversão do facão em Espada Elétrica.



Inicialmente, os caboclos riscavam à ponta de faca uma cruz em cada uma das duas faces do facão, simbolizando uma espécie de condição sagrada do objeto. Posteriormente, a arma que poderia ser de metal ou composta por uma lâmina de madeira forte, passava por um ritual de benzedura.

Após o processo concluído, o mágico armamento adquiria poderes especiais quanto a sua força e leveza. Segundo os caboclos, quando erguida contra um inimigo, a Espada Elétrica era leve como a pena de um passarinho, mas ao desferir um golpe levava consigo a força de aproximadamente 700 quilos!

Magia x tecnologia

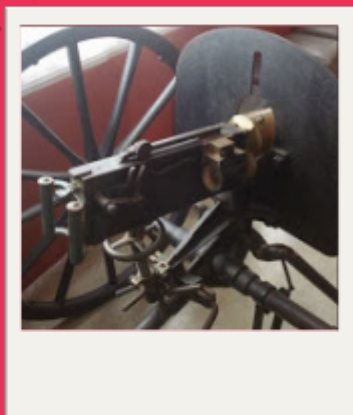
A utilização da Espada Elétrica na guerra, era vista de forma oposta por militares e sertanejos. Para as forças oficiais, o "Facão Fanatizado", como alguns militares o nomeavam, representava a anarquia no combate imposta pelos caboclos que picavam de forma animalesca seus inimigos.

Visão que, lamentavelmente, compreendia o sertanejo como um bruto. Um sujeito primitivo que limitado por sua ignorância seria incapaz até mesmo de lutar uma guerra de forma civilizada.

Já os moradores das cidades santas, sempre que possível, buscavam o entrevero a curta distância, no qual as armas de fogo eram pouco eficientes. Na visão dos caboclos, o facão simbolizava a luta justa, o combate honrado, sem a interferência da tecnologia e do poder econômico das forças oficiais, que, frequentemente era demonstrado pelo uso de armas com grande poder de destruição como metralhadoras, canhões e até mesmo granadas.

Em vista dessas condições, estratégias criativas produziam bons resultados, especialmente a prática da guerrilha, momento cujos caboclos contavam com o grande conhecimento da região aliado à crença no sobrenatural para assustar e provocar desespero em seus inimigos. A tática era simples: atiravam contra o batalhão no meio da mata e desapareciam. No desespero de não ver o inimigo, parte dos soldados entravam em pânico. Talvez imaginassem que lutavam contra fantasmas ou outras forças sobrenaturais. Alguns atiravam sem parar na mata até ficarem sem munição, momento perfeito para o ataque com a espada elétrica; outros, como relatos dão conta, simplesmente fugiam do combate.

Era a lei da compensação. Numa guerra materialmente desequilibrada, restava aos caboclos superar sua inferioridade bélica com criatividade, magia e facões afiados.



A Maxim Norddelt, metralhadora de origem inglesa fabricada no fim do século XIX, foi uma dos pesados armamentos utilizados contra os sertanejos. A arma tinha a capacidade de disparar cerca de 400 balas por minuto.

Contra a pesada artilharia, os caboclos utilizavam a seu favor o conhecimento da região, buscando confrontos nas matas fechadas, além de estratégias como provocar para acabar com sua munição e levar o embate para o corpo a corpo.

Objetos extras



Para além do facão, as armas de fogo eram indispensáveis para os sertanejos. No cotidiano, eram utilizadas, normalmente, na caça e proteção. Na guerra, frente a pesada artilharia das forças oficiais, elas se tornavam obrigatórias. Em descrição da tomada de Santa Maria, última Cidade Santa, o tenente Demerval Peixoto relatou que: "Todos se empenhavam na reação contra as avançadas forças e, somente depois de aprisionados, depunham as armas: a Winchester, a pistola amiga de dois canos ou um Smith and Wesson de grosso calibre, o facão inseparável e invariavelmente uma oração religiosa copiada em mau português". Além das armas, as munições também tinham um papel importante. Não era incomum que os sertanejos marcassem cruzes nas balas que iriam ser utilizadas nos conflitos como uma forma de benzer o pequeno e mortal objeto. Fato curioso que encontra semelhanças na história. Especialmente em ficções fantásticas onde é necessário um "empurrãozinho" do sobrenatural para destruir vampiros, lobisomens e toda ordem de criaturas que teriam "parte" com o diabo.

CAPÍTULO 2

AMULETOS DE PROTEÇÃO

OS PATUÁS



*"Um barbante imundo, era o
cordel abençoado que defenderia
do mal e tinha o tamanho de São
João Maria"*

Demerval Peixoto

Corpo Fechado

Desde que o mundo é mundo, homens e mulheres vem criando formas de se proteger, fechar o corpo. Com uma pitada de criatividade, geralmente, aliada a crenças em deuses e criaturas com poderes mágicos, produziu-se, ao longo da história, uma infinidade de objetos para defesa contra todo tipo de mal: desde os inofensivos, no qual um punhado de sal grosso é o bastante para evitar a encrenca, até os mais encardidos, quando só reza forte resolve.

Para os seguidores de José Maria o assunto era caso sério. Além de indispensáveis para qualquer caboclo que chegasse nas cidades santas, os amuletos de proteção eram considerados relíquias sagradas. Até mesmo militares e padres, ainda que de forma zombeteira, davam conta da importância do objeto e da crença que os sertanejos tinham em seus poderes mágicos. Narrando a tentativa fracassada de um sacerdote em convencer os caboclos a desistir da guerra, o tenente do exército Demerval Peixoto relatou que a maioria preferia lutar, pois segundo os sertanejos "seriam vencidas todas as tropas que não eram capazes de entrar no mato para brigar" e além disso, "as orações possuídas por eles, iriam defendê-los das balas dos soldados".



-D.C. Reichmann Maria Rosa transmite a ordem aos Pares de França (1993) Técnica: óleo sobre madeira. Dimensões: 80 x 50 cm. Fonte: Acervo particular - Fotografia de Sandro Moreira.

Passados cem anos da guerra, o poder das relíquias sagradas se mantém na memória coletiva. A imagem da virgem Maria Rosa carregando seu patuá enquanto conversa com dois Pares de França mostra a importância do objeto para representar a fé dos caboclos até os dias de hoje. Assim como a Artista contemporânea, Dea Reichmann, ao retratar os sertanejos em suas obras, outros artistas igualmente incluíram os objetos sagrados como forma de preservar de maneira conjunta a memória daqueles que participaram da guerra e dos objetos cujo uso consideravam indispensável no momento do conflito.

Livrai-nos do mal...

As descrições feitas dos patuás sugerem que o objeto possuía uma espécie de padronização, principalmente com relação a sua forma, matéria-prima e conteúdo. Ezequiel Antunes, médico do exército, o qual participou do conflito, relata que o objeto era produzido pelas mulheres das cidades santas e se caracterizava como 'um saquinho de pano com uma cruz branca de cadarço, uma corda de couro e recheado de bentinhos, e orações'. Menos imparciais em suas descrições, outros militares confirmavam às características físicas sugeridas por Antunes, apesar de não esconderem um certo desprezo pelo amuleto. Chamavam a relíquia de 'pedaço de cadarço', 'cordão imundo' ou a descreviam como 'gordurenta e enosada'.

O pouco prestígio do objeto entre os militares se explica pela associação que eles faziam entre o uso dos patuás e uma espécie de crença 'fanática', que acreditavam ter arrebanhado a população sertaneja e temiam haver se alastrado por todo planalto catarinense como uma 'epidemia'. Um temor totalmente descabido, fruto da união entre o preconceito contra o caboclo e a mais pura incompreensão do funcionamento de sua fé. Especialmente, com relação à magia presente nos objetos, pois a origem do poder dos patuás está numa prática católica bastante corriqueira: a devoção aos santos e orações.



A semelhança é clara e fácil de se confirmar. Basta perceber que assim como no 'pai nosso', o pedido é o mesmo, a diferença está apenas no destinatário, sendo assim: Livrai-nos do mal, São João Maria.

AS ORAÇÕES

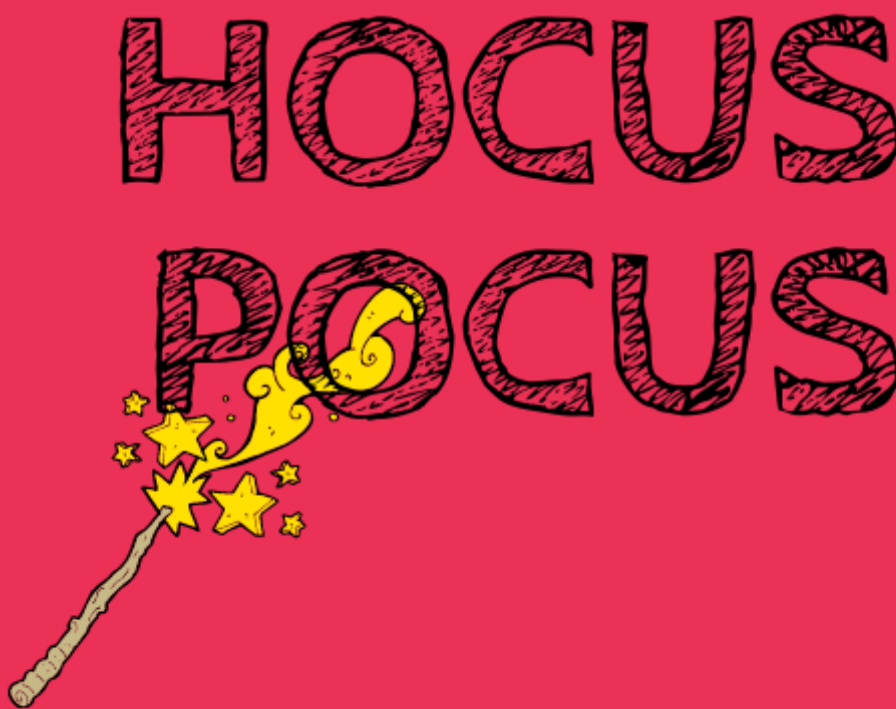


*"São João Maria, quem atira no
meu corpo atira na hóstia
consecrada porque entre a pólvora
e a espuleta, Jesus Cristo fez
morada"*

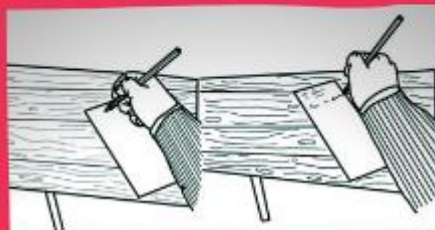
TRECHO DE ORAÇÃO DOS SERTANEJOS

O poder das palavras

Existem várias possibilidades e rituais para se criar magia. Geralmente, tudo depende de um processo minucioso que deve ser seguido à risca. Pode ser através de um encantamento com uma estranha receita que leva pedaços de unhas e sapos ou por meio de símbolos místicos cujas linhas traçadas em objetos produziram o mesmo fenômeno. Entretanto, mesmo após uma poção ser retirada do caldeirão borbulhante ou um símbolo mágico ser desenhado, ainda faltará a parte principal do ritual: as palavras mágicas. Abracadabra! Sim sala bim! Alakazam! São as palavras que finalizam os rituais mágicos, destrancam as portas do mundo sobrenatural e libertam todo poder. Para os sertanejos do Contestado, não era diferente.



Os "papelinhos sagrados"



A crença em uma série de divindades, santos e "monges" com poderes sobrenaturais estava, constantemente, presente no cotidiano dos caboclos, formando uma das bases da religião sertaneja. Por meio das pregações de José Maria, nos cultos e procissões a São Sebastião e em rituais de benzedura de objetos ou dos enfermos, as palavras abriam os caminhos e anunciavam os encantamentos. Entretanto, para além da pronúncia, outra prática importante da fé cabocla era carregar orações ou versos santos escritos em pequenos pedaços de papel.

Os chamados "papelinhos sagrados" deveriam ser guardados nos patuás ou qualquer outro lugar possível, até mesmo no bolso. Em alguns momentos eram escritos a lápis e em outros utilizando tinta preta, com cruzes e sinais. Todos os novatos que chegavam às cidades santas eram informados de que havia um escrivão de orações e que eles deveriam carregá-las consigo para proteção contra doenças, mandingas e brigas.

A escrita das rezas

Os versos que formavam as orações guardavam muitas semelhanças entre si e também com aquelas entoadas nas religiões de matriz afro-indígenas. Na maior parte rogavam pela proteção de um seleta e poderoso time formado pela Virgem Maria, São Sebastião e evidentemente, Deus. Além deles, São João Maria de Agostinho também era figura carimbada nas rezas fortes. Ainda que não reconhecido oficialmente pelo catolicismo, os "monges" eram adorados pelos sertanejos. A oração criada em homenagem ao primeiro dos monges demonstra perfeitamente o padrão utilizado pelos sertanejos para elaboração dos "papelinhos sagrados".

Oração de São João Maria de Agostinho

Deus onipotente, salvador do mundo e o rei poderoso do universo com a súplica que te faço e fazem os teus humildes servos que tiveram a felicidade de te caírem em graça como São João Maria de Agostinho que te beija os pés e que foi escolhido por vós mesmo para voltar ao mundo para guiar os teus filhos desviado do caminho do bem, do dever e do respeito faz com tua força imperiosa com tua vontade divina com que eu seja guiado nesta viagem pelo o amor que te consagro e que tenho em teu enviado. Que todos aqueles que me espreitarem com intenção mal fiquem com os olhos arrendados que braços malignos não me alcançarão dedos não tenham força para desfeixar armas, pernas não me possam alcançar, pragas sejam revogadas, balas sejam derretidas, bocas de cão e lobos sejam tapadas, raios e coriscos sejam desviados, os rios onde eu passar corrido pelos meus inimigos torne-o suas águas tão dura como dura são as Pedras, as escuridão da noite me sejam claro como o mais claro dia que tu dás; Em nome de tu Deus e Nossa Senhora do Socorro e São João Maria, São Sebastião que me defenderá com seu exército invisível. Peço que esta oração sendo rezada com a maior fé seja por ti ouvida Deus Padre, filho Deus Espírito Santo Amém Jesus.

As súplicas feitas na oração ao "monge" eram diversas. Desde proteção contra pragas até refúgio contra fenômenos da natureza, como raios. Entretanto, a prece tinha como foco principal os momentos de conflito, nos quais os ataques inimigos representavam o grande perigo, devendo ser contidos pela ação dos caboclos em conjunto com as forças sobrenaturais convocadas na reza que carregavam. Para os sertanejos o santo papelinho convertia-se num escudo invisível que os protegiam de balas, baionetas, grãndas ou qualquer outra tentativa de ataque, deste mundo ou não.

CAPÍTULO 3

RELÍQUIAS

AS BANDEIRAS



*"... Eles gritavam e batiam com as
bandeiras, que, diziam, de cada
vez que abaixavam eram 50
soldados que caíam;"*

HERCULANO TEIXEIRA D'ASSUMPÇÃO

Símbolo da fé

A palavra bandeira possui muitos significados. Uma breve pesquisa na internet sugere variados usos para o termo. A diversidade do seu uso pode estar relacionada a sua raiz. Em todas as hipóteses de origem da palavra, seja do latim, da língua castelhana ou do gótico, ela mantém a ampla definição de "símbolo". Entretanto, para o Contestado, cabe a manutenção da representação clássica de bandeira. Aquele objeto de pano, geralmente retangular, com várias cores, brasões, emblemas e legendas.

Para além de suas características materiais, uma bandeira expressa os ideais de um grupo, que, normalmente, possui desejos e objetivos em comum. Por simbolizar essas aspirações, se torna um elemento importante na crença. Em alguns casos, converte-se em objeto sagrado e alvo de grande devoção por parte daqueles que representa. Apoiadas nessas características e contando com a fé sertaneja, duas bandeiras teriam adquirido no trajeto do movimento a condição de artefatos mágicos: a bandeira do divino carregada por João Maria de Jesus em suas peregrinações durante a Revolução Federalista e o estandarte branco com uma cruz verde ao centro, utilizado com frequência nas batalhas.



Hassis O Contestado Terra Contestada (1985). Acrílica sobre madeira. Dimensões: 5m x 12m. Fonte: Acervo Museu do Contestado, Caçador SC.

Uma das produções artísticas mais importantes sobre a guerra, a obra 'Contestado - Terra Contestada', resume os principais fatos e períodos do conflito a partir da visão particular do seu autor, o artista Hiedy de Assis Corrêa. Ao longo dos 36 metros quadrados do painel, Hassis ilustra em sete módulos a crença em João Maria, a chegada da estrada de ferro, a expulsão dos caboclos de suas terras, o posterior conflito e o fim dos combates com o massacre e rendição dos sertanejos. Além disso, entre os objetos usados para retratar o importante cenário aparecem as duas bandeiras - fato que confirma o valor dos estandartes para representação atual do movimento na cultura popular e os eleva a condição de elementos significativos para análises sobre o conflito.

A bandeira do Divino

A importância da bandeira do Divino para os caboclos é resultado da união de duas tradições religiosas encontradas na região: a festa de origem católica em devoção ao espírito santo e as crenças nos três "monges" que passaram pelo território contestado. Entre os símbolos da Festa do Divino, a bandeira é o principal. Geralmente confeccionada na cor vermelha, possui no centro a imagem de uma pomba representando o Espírito Santo. Aqueles que são agraciados com sua presença, recebem o estandarte com toda pompa. Mesmo porque os fiéis acreditam que o objeto possui poderes especiais. Uma benção recebida com o uso do pano sagrado afastaria as doenças e até pragas da lavoura.



A extensão da fé na bandeira do divino produziu a mesma crença no objeto que João Maria de Jesus, um dos três "monges" que percorreram a região, frequentemente empunhava. Dentre os relatos produzidos sobre os "beatos", os que descrevem João Maria de Jesus costumam apresentar o curandeiro como uma figura simpática, humilde e de conversa calma; carregando consigo apenas bens materiais básicos, além de seu estimado estandarte. De acordo com a população da região, a bandeira era utilizada para benzeduras e rituais de cura. Até mesmo, combatentes da Revolução Federalista, movimento ocorrido no fim do século XIX com diversas batalhas em território catarinense, afirmaram que em contatos com o bento andarilho, esse pediu para tocar com sua bandeira nos feridos, além de benzer os soldados com o poderoso objeto com a promessa de proteção e de restabelecimento da saúde dos doentes.

A Bandeira Guerreira



Um grande lenço branco com uma cruz verde ao centro. Essa é a descrição mais comum da bandeira criada pelos sertanejos para simbolizar sua luta e a esperança em um novo tempo. Existem algumas interpretações sobre o significado das cores e desenhos do estandarte. De forma geral, o branco significaria o desejo de paz e de pureza que a rígida moral religiosa nas cidades santas exigia. O verde representaria a natureza, as florestas da região dominadas pela araucária de onde os sertanejos retiravam boa parte de seu sustento em forma de pinhão, mel, erva para o chimarrão, caça e até mesmo madeira para as casas e lenha para o fogo. A Cruz seria uma réplica das cruzes de madeira dos cemitérios caboclos. Simboliza a religiosidade cristã e a constante presença da morte em cada combate. Além disso, representa por sua cor verde, a esperança de paz e de uma vida melhor, onde todos seriam como irmãos.

Os poderes do estandarte

Nos momentos que antecediavam um conflito, a bandeira tornava-se um objeto ainda mais precioso para os seguidores de José Maria. Nunca partiam para briga sem passá-la sob as cabeças enfileiradas dos sertanejos que se preparavam para luta. Para os caboclos, a benção com o pano sãgrado iria protegê-los contra todo tipo de ataque do inimigo. Mas não parava por aí, faziam questão de carregar o estandarte até o campo de batalha onde sua presença no calor do embate gerava grande comoção e renovava a fé em sua luta.



Além de proteger e elevar o ânimo para as batalhas, a bandeira ainda guardaria um último e valioso poder. Segundo os caboclos, com alguns movimentos, o objeto sagrado poderia matar dezenas de inimigos. Crença confirmada no relato do segundo tenente do exército, Demerval Peixoto. Descrevendo uma das batalhas da guerra, o militar registrou que mesmo com a luta desequilibrada, tendo em vista o maior poder de fogo dos militares, os seguidores de José Maria não desanimavam. A cada intervalo para trocar as fitas das metralhadoras, surgiam mais caboclos. Cheios de coragem e com suas bandeiras em punho faziam movimentos no ar que descreviam o sinal da cruz. Para os caboclos, a ação reproduzida três vezes em sequência, fazia 50 inimigos caírem mortos instantaneamente.

Objetos extras



De forma geral os relatos sobre os monges que passaram pela região do Contestado descreviam sujeitos magros, com corpos desgastados de suas andanças e enfraquecidos pela pouca comida. Por isso, o uso do cajado normalmente simbolizava para esses peregrinos as consequências de uma vida de sacrifícios corporais em nome da fé. Além disso enquanto andarilhos, comumente subiam morros e adentravam a mata, momento onde o objeto poderia ser bastante útil. O cajado utilizado por João Maria de Agostini até hoje mobiliza fiéis. Em passagem pela cidade de Candelária no Rio Grande do Sul, o monge teria oferecido a um dos moradores do local com a peça. Passados 172 anos do fato, o cajado ainda é guardado com todo cuidado pelos familiares do presenteado. Gerando na região peregrinações de fiéis que buscam proteção e graças amarrando fitinhas com pedidos e orações no objeto.



Assim como na Santa Ceia, o ato de compartilhar o alimento é uma forma de comunhão entre homens e mulheres. O momento de nutrir o corpo e o espírito através de conversas, pensamentos e reflexões. Não se trata apenas de comer, mas da forma como isto é feito, congregando e partilhando o sustento, que segundo relatos, nunca faltava na panelinha de João Maria. Além do cajado, o monge, que carregava poucos pertences, levava consigo uma pequena panela. Por ser famoso na região do Contestado, costumava estar rodeado de fiéis, aos quais era comum que ofertasse um pouco de comida. Ao verem a pequena panela os convidados geralmente imaginavam que aquele panelinha não seria o suficiente para alimentar todos. Entretanto, os relatos dão conta que a panela não parava de dar comida até que todos estivessem satisfeitos. A cada novo prato que a panela enchia o espanto era geral.

Nota aos descrentes: uma defesa do encantamento e dos sertanejos

Este último texto vai para aqueles que não se convenceram do poder de São João Maria, continuam duvidando da glória e honra dos Pares de França, fazem pouco caso da força da Espada Elétrica e zombam da proteção gerada pelas orações e patuás. Meu primeiro aviso: tomem cuidado, pois vários soldados, que também não acreditavam, não sobreviveram para contar sua história.

Tenho certeza que o argumento não foi suficiente e que muitos continuarão sem dar ouvidos ao que digo. Talvez vocês tenham imaginado que não foi a magia das cruzes riscadas nos facões e nas balas que mataram os militares, não foi o trecho da oração a São João Maria de Agostini que defendeu os sertanejos. Vocês devem estar pensando "para tudo isso existe uma explicação racional". Aqui vem meu segundo aviso: tomem cuidado novamente: O encantado, o fantástico, o mágico, o místico são necessários em meio a um mundo cheio de lógica e incredulidade. Por esse motivo em especial, tomemos o partido da imaginação. Exaltemos a crença sertaneja e aqueles que a mantêm viva e, acima de tudo, aqueles que a mantêm mágica. Nos orgulhemos daqueles que resistiram a tirania dos coronéis e dos poderes econômicos e políticos. Enquanto alguns possuíam sua força na realidade, outros fortificaram-se num mundo encantado.

Sendo assim, meus caros descrentes, aqui vai o último aviso: acreditem, creiam, pois manter-se nesse descrédito é atacar novamente os caboclos e contribuir para uma segunda derrota, essa mais dolorosa pois a luta está sendo travada no imaginário, o campo de batalha preferido do sertanejos.

Salve São João Maria!

Para saber e crer mais

Textos:

AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

ESPIG, Márcia Janetê. Personagens do Contestado: Os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Pelotas: Editora e gráfica Universitária, UFPEL, 2011.

_____, Machado, Paulo Pinheiro (org.). A guerra santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

KARSBURG, Alexandre Oliveira de. O eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano. Tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012

MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. La Guerra Sainte au Brésil: Lê Mouvement messianique du "Contestado". Tese de doutorado. São Paulo: USP/FFCL, 1957.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e Conflito Social. São Paulo: Editora Ática, 1981.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Veredas de um grande sertão: A guerra do contestado e a modernização do exército brasileiro. Tese de doutorado, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

WELTER, Tania. O Profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Tese de doutorado, UFSC, Florianópolis, 2007.